



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA**

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1º grau canónico)

LOURENÇO DOMINGOS MURABELA

Compreender o matrimónio e a família na comunidade Lómwe, um desafio atual e para o futuro: um olhar moral e ético.

Dissertação final sob orientação de:

Prof. Doutor Gonçalo Martim V. P. Diniz

Lisboa

2024

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha gratidão a Deus Pai, pela vida que me concede dia após dia, e pela força que me dá a ultrapassar todos os obstáculos que apoquentam a minha pessoa, a minha família e a todos que fazem parte deste mundo. Os meus agradecimentos vão também aos meus pais, irmãos/as, e a todos os familiares, que directa ou indirectamente me acompanharam desde o meu nascimento até hoje. Pelo afecto e conselhos, vão os meus agradecimentos.

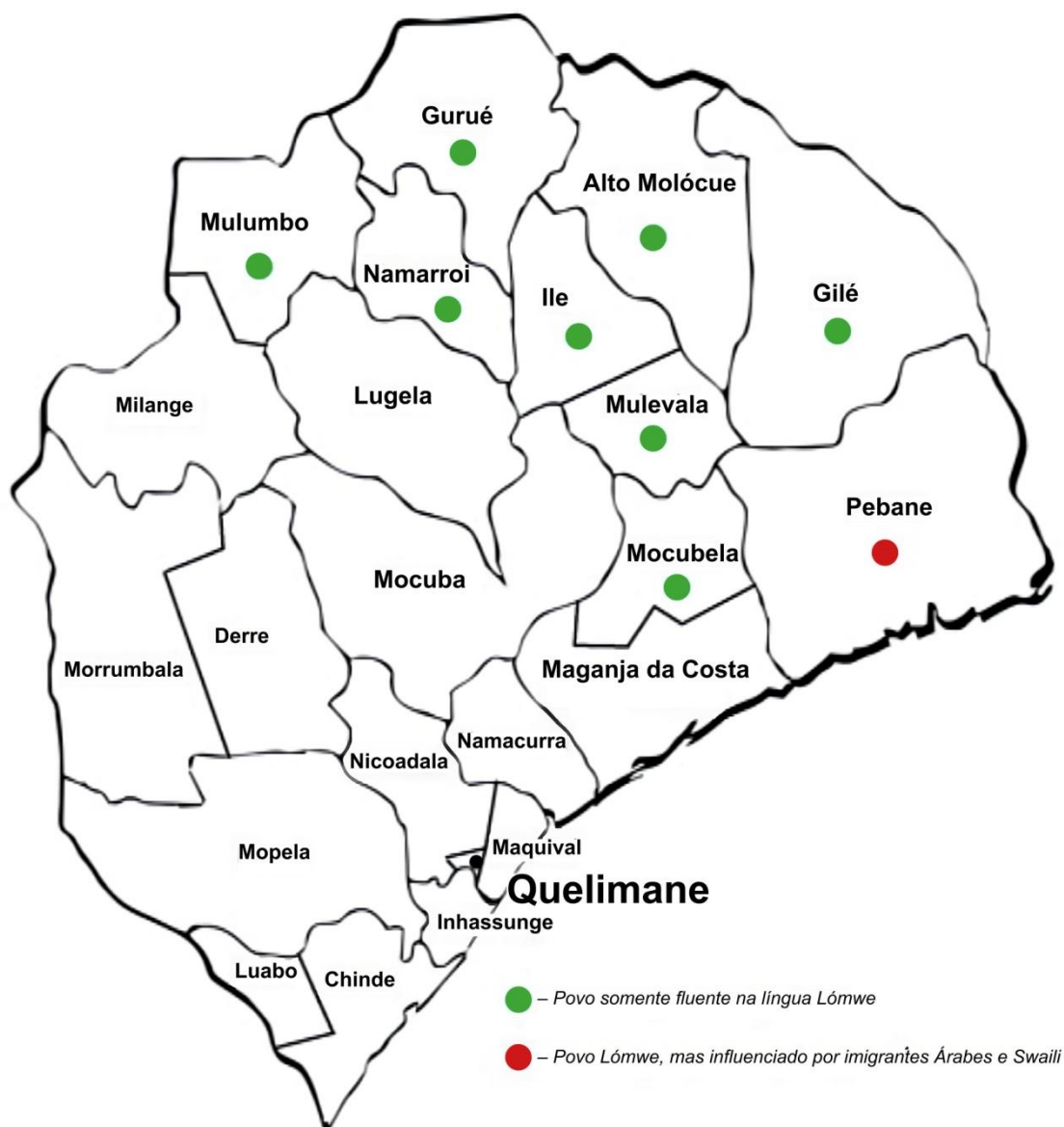
Em segundo lugar, endereço os meus agradecimentos ao meu Prof. Gonçalo Diniz, que tanto me acompanhou durante todo processo da minha pesquisa, e no meio de tantas dificuldade, soube de forma sábia e inteligente conduzir-me de tal sorte que o presente trabalho se tornou uma realidade. Não obstante, também merecem o meu agradecimento todos os docentes da Universidade Católica Portuguesa (UCP), colegas, amigos e funcionários da mesma instituição, que desempenharam um papel crucial para a minha formação.

Grande apreço e agradecimento aos Dehonianos da Província Moçambicana e Portuguesa, que me acompanharam durante esses momentos de formação, que, com toda bondade, humildade e generosidade ajudaram-me de forma incansável. Por fim, manifesto a minha gratidão àqueles que aceitaram a minha entrevista sobre alguns assuntos pertinentes. Refiro-me ao Pe. Egas Mário Francisco SCJ (Quelimane), Ir. Celestina D. Murabela (*irmã de sangue:Maputo*), Sheila Mussa Raja (Nampula), Florinda Victorino Agostinho (Maputo), Crispino Domingos (Maputo) e outros. A eles vai o meu muito obrigado.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	2
ÍNDICE GERAL	3
MAPA 1: REGIÕES OCUPADAS PELO POVO LÓMWE	5
RESUMO/ABSTRACT	6
SIGLAS E ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO POVO LÓMWE	12
1. O CONTEXTO GERAL DO POVO LÓMWE	12
1.1.Contexto económico	15
1.1.1. A recolha de produtos espontâneos da floresta	16
1.1.2. A caça e a pesca	17
1.1.3. A agricultura	18
1.2.Contexto político	19
1.2.1. As funções do chefe	21
1.2.2. A nomeação ou a escolha do chefe	22
1.3.Contexto religioso	24
1.3.1. A conceção de Deus e do mundo	27
1.3.2. A visão dos espíritos e antepassados	31
CAPÍTULO II – O MATRIMÓNIO E A FAMÍLIA NA VIDA DA IGREJA E NA TEOLOGIA	36
2. O CONCEITO DE MATRIMÓNIO	36
2.1.A origem da família e sua função	38
2.2.O significado do Matrimónio cristão	41
2.3.A doutrina pós-conciliar	43
2.3.1. O amor conjugal, sinal do amor de Deus pelo seu Povo	43
2.3.2. O amor conjugal, sinal do amor de Cristo pela Igreja	43
2.3.3. O casal cristão, testemunho do amor de Cristo	44
2.4.O Matrimónio e Família no contexto bíblico	44
2.4.1. Antigo Testamento	45
2.4.2. Novo Testamento	48
2.5.A conceção do Matrimónio e Família no Magistério da Igreja	51
2.5.1. A Encíclica <i>Casti Connubii</i>	52
2.5.2. Concílio Ecuménico Vaticano II	54
2.6.Matrimónio e Família no pensamento teológico	63
CAPÍTULO III – A TEOLOGIA CRISTÃ DIANTE DA ESPECIFICIDADE DA CULTURA LÓMWE	67
3. A COMPREENSÃO DO CICLO VITAL, NA PERSPECTIVA LÓMWE	67
3.1.A circuncisão como princípio moral e ético para o Matrimónio na sociedade Lómwe	69
3.2.Os valores morais e éticos na circuncisão dos rapazes e raparigas	72
3.3.O processo matrimonial	75
3.3.1. A consumação do Matrimónio na sociedade Lómwe	78
3.3.2. Os desafios atuais do Matrimónio e da Família no contexto Lómwe	83
4. O CELIBATO NO PENSAMENTO LÓMWE	88
CONCLUSÃO	93

Mapa 1: Regiões ocupadas pelo Povo Lómwe¹



¹ Cf. Patrício, D. T. J.; Alexandre, A e Jorge, A. D, *O Povo lómwe, sua expansão e a influência da modernização nos seus hábitos costumes*, Vol. 3, nº 2, 2023, acedido a 21 de Março de 2024, <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1312/1061>. Modificado por Pe. António Pedro Fernandes Monteiro SCJ, a 08 de Abril 2024.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema, “Compreender o matrimónio e a família na comunidade Lómwe, um desafio atual e para o futuro: um olhar moral e ético, à luz de Francisco Lerma Martinez,” na sua obra *O Povo Macua e a sua Cultura*. O objetivo principal é mostrar que os problemas do matrimónio e da família constituem hoje uma preocupação no seio da Igreja, mas também na sociedade em geral. A pesquisa encontra-se organizada em três capítulos, e em cada capítulo dividir-se-á em alguns pontos. No primeiro capítulo, é-nos proposto a olhar o contexto geral do *Povo Lómwe*: na sua dimensão geográfica, económica, política e religiosa. No segundo capítulo, tenta-se mostrar o matrimónio e a família, em três campos a saber, colocamos os fundamentos da compreensão cristã da família à luz da Sagrada Escritura; do Magistério da Igreja e da reflexão teológica. No terceiro capítulo, que constitui o coração deste trabalho, estabelecemos um diálogo fecundo entre a Teologia Cristã e a especificidade da Cultura *Lómwe*, cujo fruto é a conceção do matrimónio como missão em família.

PALAVRAS-CHAVE: Martinez; Matrimónio; Família; Moral africana; cultura; Lómwe, Celibato

ABSTRACT

The theme of this research is Marriage and the family's understanding in the Lómwe community, the current and future challenges: a moral and ethical insight, enlightened by Francisco Lerma Martinez, in his book *The Macua People and their Culture*. Our main goal is to show that the problems of marriage and the family are actually very important within the Church, but also in the society in general. We have organized this investigation in three chapters. In the first chapter, we establish the general context of the Lómwe people: following its geographica, economic, political and religious dimensions. in the second chapter, we lay the foundations of the Christian understanding of the family in the light of Sacred Scripture, the Magisterium of the Church, and theological reflection. In the third chapter, which is the heart of this work, we establish a fruitful dialogue between Christian theology and the specificity of the Lómwe culture, the fruit of which is the conception of marriage as a mission in the family.

KEYWORDS: Martinez; Marriage; Family; Africam morality; Culture; Lómwe; Celibacy,

SÍGLAS E ABREVIATURAS

Magistério

AL: *Amoris Laetitia*- Exortação Apostólica sobre a Alegria do amor- Papa Francisco)

CDC: Código de Direito Canónico (*Codex Iuris Canonici*)

CC: *Casti Connubii* -Carta Encíclica sobre o matrimónio cristão (Papa Pio XI)

CV: Concílio Vaticano II

DCE: *Deus Caritas Est*- Carta Encíclica sobre o amor cristão (Bento XVI).

EG: *Evangelii Gaudium*- Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (Papa Francisco).

FC- *Familiaris Consortio*- Exortação Apostólica sobre a Família cristã (Papa João Paulo II).

HV: *Humanae Vitae* – Carta Encíclica sobre a Regulação da Natalidade (Paulo VI)

GS: *Gaudium Et Spes*- Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual (Vaticano II)

LG: *Lumen Gentium*- Constituição Dogmática sobre a Igreja (Concílio Ecuménico Vaticano II)

VS: *Veritatis Splendor*- Carta Encíclica sobre o pensamento moderno (João Paulo II).

Sagrada Escritura

(Antigo Testamento)

Gn: Génesis

Ex: Êxodo

Dt: Deuterónimo

Js: José

Jz: Juízes

1Sm: 1ª Carta de Samuel

Tb: Tobias

Ez: Ezequiel

(Novo Testamento)

Mt: Mateus

Mc: Marcos

Lc: Lucas

Jo: João

Act: Acto dos Apóstolos

Rm: Romanos

1ª Cor: 1ª Carta aos Coríntios

Gl: Gálatas

Ef : Efésios

Hb: Carta aos Hebreus

(Outras abreviaturas)

UCP: Universidade Católica Portuguesa

SCJ: Sagrado Coração de Jesus

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa da área moral, apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, para a obtenção do Mestrado Integrado em Teologia do 1º grau canónico, tem como tema “*Compreender o matrimónio e a família na comunidade Lómwe, um desafio atual e para o futuro: um olhar moral e ético*”. Ora, a questão do matrimónio e família são temas muito debatidos na atualidade, tanto no campo eclesial como na sociedade em geral. Razão pela qual, faz-se necessário apresentar uma reflexão do mesmo.

Mas antes de tudo, é preciso entender que a sociedade Lómwe que constitui o objeto de estudo desta pesquisa, mudou completamente. E quando se diz mudou completamente, quer dizer que a sua transição demográfica significa duas realidades: por um lado há uma transição em termos de idade, e por outro, há uma transição em termos de mentalidade moral e ética no que concerne ao matrimónio e a família. Com isso, muitos elementos que no passado eram estáveis, começam a perder o seu valor moral, e várias posições precisam de serem examinados cuidadosamente.

No que concerne ao nosso tema acima citado, a questão que hoje se coloca tem a ver com os compromissos pronunciados entre os cônjuges: “até que a morte nos separe”. Este tem sido um dos juramentos pronunciados por ambas as partes (esposo e esposa), na celebração e realização de um matrimónio. Mas em muitos casos, essas promessas têm sido quebradas, provocando vários problemas como: divórcios, agressões físicas, abandono do lar, adultério que é o mais alto nível da infidelidade numa relação conjugal, acarretando várias crises nas famílias de hoje. Portanto, aqui reside o grande problema que motivou a refletir o tema em questão. O matrimónio e a família no contexto Lómwe, cada vez mais está a perder os seus valores morais e éticos.

A importância do tema em questão, reside no direito em que cada um tem a unir-se com outrem, por livre vontade, a fim de constituir uma família. Isto é um valor quer pessoal quer social. Portanto, os valores morais são transmitidos em várias formas: através de crenças, família, locais de trabalho, tradições, ritos, contos, etc, como é o caso do povo Lómwe. Por isso mesmo, verifica-se que alguns princípios morais podem ser aplicados numa área e outra não, num determinado momento todavia não para sempre. Isto tudo resulta da diferenciação do contexto cultural, estrutura social, factores económicos, políticos, língua, bem como as mudanças que ocorrem em cada sociedade.

Tendo formulado o tema central, enquadrado o problema e justificado a sua relevância, são agora apresentados os objectivos de pesquisa que em geral visa analisar criticamente a questão do matrimónio e família no seu contexto Lómwe. Contudo, a pergunta que não se quer calar é: até que ponto a reflexão proposta pela cultura, a Sagrada Escritura, o Magistério da Igreja e a Teologia, pode na atualidade ajudar o pensamento humano a ultrapassar a crise do matrimónio por um lado, e a crise da família por outro? Esta questão é complexa e provocadora, porém a resposta não tardará, sendo que surgirá ao longo dos capítulos que se seguem.

De um ponto de vista metodológico, a pesquisa será do tipo bibliográfico e documental. Bibliográfico porque a sua base de sustentação será a leitura e interpretação crítica de algumas obras incontornáveis sobre o matrimónio e família, como é o caso de: Sagrada Escritura, documentos do Magistério, artigos eletrónicos, consultas orais, obras bibliográficas da Teologia Moral africana e ocidental. E em definitiva, a pesquisa é de natureza Moral Teológica. Quanto a estrutura, o trabalho encontra-se organizado em três (3) capítulos. Importa referir que, cada capítulo dividir-se-á em alguns pontos, a fim de facilitar a organização e a sua compreensão.

No primeiro, é proposto um enquadramento teórico, em que se apresenta o contexto geral do povo Lómwe. Do ponto de vista geográfico, o povo e a região estudada neste trabalho, encontra-se localizada no centro de Moçambique, concretamente na Província da Zambézia. Esta região é conhecida como Alta Zambézia, talvez por possuir a montanha mais alta da região com 2420 metros de altura. A região foi evangelizada pelos missionários Jesuítas, e em seguida pelos missionários Dehonianos e Capuchinhos, respetivamente. Para a evangelização, foi usado o esquema tradicional e foram desenvolvidos três (3) temas mais pertinentes a saber: Igreja Comunhão, Igreja Ministerial e Cultura banto.

Para a sua sustentabilidade, o povo Lómwe vive fundamentalmente da agricultura. Portanto, a produção para o sustento é fruto da colaboração de toda família, isto é, do homem, da mulher e dos filhos. Em síntese, pode-se dizer que o povo Lómwe goza de uma economia que abrange, agricultura, a caça, a pesca e a recolha de produtos espontâneos da floresta. A política não é senão um aspeto familiar, cultural. Contudo, analisar-se-á a organização política enquanto processo familiar, e não como Estado da Nação.

Politicamente, os Lómwes estão organizados em clãs matrilineares exogâmicos, em tribos, e é lá onde é nomeado um chefe que na sua forma de ser possui poderes jurídicos, religiosos, militares, e morais. Este chefe escolhido em cada família, deve obedecer ou ser submisso aos chefes com poderes mais vastos, estabelecendo-se um princípio de hierarquia. No entanto, as funções, a escolha e a nomeação do chefe, são os pontos de máximos interesses, razão pela qual poderão ser discutidos e refletidos cuidadosamente no desenrolar da pesquisa.

Segundo os Lómwes, a religião é considerada como o piloto da vida, acompanhando a cada pessoa desde o nascimento até a morte. A religião é um elemento que conduz a todas as atividades públicas e privadas. O povo em estudo, encontra o seu valor moral e absoluto enquanto pratica a sua religião. Para os Lómwes, Deus existe e é Pai de todas as coisas visíveis e invisíveis. Veremos que o objetivo principal da religião é recriar um mundo bem organizado, onde haja a possibilidade de interpretar e controlar os fenômenos sociais e naturais.

O segundo capítulo, caracteriza o conceito, a origem e o significado do matrimónio e família na vida da Igreja e na Teologia. Terminada esta contextualização dos três elementos acima propostos, seguir-se-á a reflexão mais profunda e incontornável, no que diz respeito ao matrimónio e família no contexto bíblico, no Magistério e na Teologia. Importa aqui perceber que não é possível reflectir e aprofundar o tema do matrimónio e família sem que tenhamos presentes estas três esferas de saber.

No terceiro capítulo que constitui o coração deste trabalho, a atenção é sobre a Teologia cristã diante da especificidade da cultura Lómwe. Trata-se de mostrar de como é possível o ciclo vital e a circuncisão, que são elementos tradicionais e culturais, significarem e transmitirem os valores morais e éticos no seio da sociedade. Portanto, os Lómwes acreditam no ciclo vital e na circuncisão, porque ambos servem de valores morais para os cônjuges assim como a própria comunidade.

Portanto, a moralidade do matrimónio e da família na atualidade tem a sua origem nas tradições, costumes, regras, leis e tabus observadas nesta sociedade. Desde modo, a moralidade que se refere encontra-se fixada nestes moldes de comportamentos e condutas sociais. Na conclusão, além de recolher algo de quanto foi refletido, também apresentar-se-á uma questão aberta de reflexão.

CAPÍTULO I: O CONTEXTO GERAL DO POVO LÓMWE

Falar da contextualização histórica de um povo, é caracterizar na sua organização social e responder as questões principais a saber: “onde vive este povo que vamos tratar?” (*localização geográfica*); qual é a sua subsistência ou sustento? (*a sua economia*); qual é a função de cada um na sociedade em causa? (*pessoa como função ou participação*); e por fim, qual é a sua religião base? (*a sua forma de professar a fé*). No entanto, numa forma geral e resumida, o primeiro capítulo, nos é proposto a olhar “a contextualização histórica do Povo Lómwe”: na sua dimensão geográfica, económica, política e religiosa.

1. A localização geográfica do povo Lómwe

Do ponto de vista geográfico, a região estudada neste trabalho encontra-se localizada no Centro de Moçambique, concretamente na Província da Zambézia. Esta área é limitada ao Sul pelo Rio Licungo no Distrito de Mocuba, ao Norte pelo Rio Ligonha no distrito de Murrupula Província de Nampula, a Oeste pelo vizinho Malawi e a Leste pelo Oceano Índico respetivamente. A que salientar também que, este povo na Zambézia ocupa as regiões dos distritos de Gurué, Gilé, Ile, Alto Molócue, Namarroi, Mocubela, Mulevala, Mulumbo e Pebane, fazendo ao todo, os nove (9) distritos, como ilustra no mapa anterior.

“Esta região de Moçambique foi evangelizada a partir do século XVI, sobretudo pelos missionários “*Jesuítas*”. Nas primeiras décadas do séc. XX, devido às dificuldades climáticas e perseguições religiosas, o território foi abandonado quase na sua totalidade”². Em 1947, chegam os missionários “*Dehonianos*” e “*Capuchinhos*” que foram obrigados a recomeçar a obra de evangelização segundo o esquema tradicional. Sem dúvida, os Missionários começaram com as construções das escolas das crianças confiada exclusivamente às Missões Católicas depois de 1941. “Como pode-se notar destas primeiras reflexões, evangelizar equivale simplesmente a levar o Evangelho”³

Nesta época encontramos muitas realizações dos missionários. Entre as quais, destacam-se: a publicação de algumas gramáticas, vocabulários, os estudos direcionados à cultura, que estavam ligadas a catequese e aos sacramentos, e por fim, a organização

² Cf. Ciscato Elias, *ao serviço Deste Homem, Apontamentos de Iniciação Cultural*: Edições Paulistas-Africa, (Maputo- Moçambique, 1989), 7.

³ Cf. Fisichella, Rino, *A Nova Evangelização, Um desafio para sair da indiferença*, (Lisboa: Paulus, 2012), 23.

das semanas missionárias com a importância nacional. Depois do Concílio Vaticano II, o foco principal encontra-se na tradução dos livros litúrgicos e da Bíblia. O outro elemento muito importante nesta época, foi o repensar da vida da própria Igreja no seu funcionamento, da corresponsabilidade dos leigos e até o estilo de missão em todos os aspetos. Manuel Clemente na sua obra afirma: “a nova evangelização visa proporcionar aos nossos contemporâneos o encontro com Jesus Cristo; em todas elas urge reavivar uma fé contrariada por contextos culturais que lhe resistem, bem como à sua incidência social”⁴

Como não bastasse, os missionários sentiram a necessidade de uma paragem para refletir. Assim, foram feitas duas reciclagens diocesanas: a primeira em 1975 com a duração de três semanas, e a segunda em 1984 durante oito dias na qual foram desenvolvidos os seguintes temas: “*Igreja Comunhão*”, “*Igreja Ministerial*”, e “*Cultura banto*”⁵.

a). A Igreja como Comunhão: “se existe um princípio que anima toda a conceção eclesiológica do Vaticano II, é o princípio da comunhão. Comunhão que exprime, de uma parte, a união dos membros do povo de Deus entre si e com sua cabeça, com Cristo e com os homens e, de outra, a participação nos mesmos bens, sobrenaturais”⁶. Os Dehonianos e os Capuchinhos, também familiarizaram-se com esta ideia, razão pela qual, a Igreja como comunhão torna como o ponto de partida para a sua evangelização. Os alicerces teológicos que constroem e fundamentam a Igreja como comunhão, resumem-se em dois aspetos a saber: por um lado, “a teologia da comunhão” e por outro, a própria necessidade da inculturação da fé, porém, uma fé vivida a todos os níveis. No entanto, esta forma de pensar é feita a luz da *1Cor 12,1-11* como ilustra o texto:

A respeito dos dons do Espírito, irmãos, não quero que fiqueis na ignorância. Sabeis que, quando éreis pagãos, vos deixáveis arrastar, irresistivelmente, para os ídolos mudos. Por isso, quero que saibais que ninguém, falando sob a acção do Espírito Santo pode dizer: (...) Há diversidades de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de serviços, mas o Senhor é o

⁴ Cf. Clemente, Manuel, *O tempo pede uma Nova Evangelização*, 3ª edição: (Portugal- Prior Velho: Paulinas, 2013), 66.

⁵ Cf. Ciscato, Elias, *ao serviço Deste Homem, Apontamentos de Iniciação Cultural: Edições Paulistas-Africa*, (Maputo- Moçambique, 1989), 7-9

⁶ Cf. Corral Salvador, Carlos & Urteaga Embil, José M^a, *Dicionário de Direito Canónico*: (São Paulo: Loyola, cop. 1993), 372.

mesmo; há diversos modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos (1Cor 12, 1-31).

A teologia da comunhão é compreendida como uma “*Igreja família de Deus*” “*Igreja peregrina*”, Igreja em movimento com uma permanência construção, a partir da base do Povo Deus, dos discípulos de Jesus e é desenvolvida num contexto pastoral. Para o povo Lómwe em particular, o conceito da Igreja família, é muito importante quer na sua dimensão individual assim como na dimensão social. Não se pode compreender a questão da “*Igreja à família*” como uma comparação, porque a teologia que pode sustentar a imagem da Igreja família de Deus traz consigo as suas raízes à partir das primeiras comunidades cristãs. “A multidão dos que haviam abraçado a fé, tinham um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seu ao que lhe pertencia, mas entre eles tudo era comum” (Act 4,32). Como pode-se ver, trata-se de uma família na qual todos se sentem pertencentes a uma comunidade sem exclusão, independentemente da sua condição. Aqui, o individualismo perde o seu valor de ser.

“A *Igreja família de Deus*, é constituída por famílias cristã que, em fidelidade ao sacramento do matrimónio, se tornam Igrejas domésticas, espaços onde se pode encontrar os diversos aspetos da Igreja Inteira”⁷. Quando se fala da Igreja como reunião de comunidades, refere-se da comunidade composta pelos membros da família cristã em matrimónio: marido, esposa e filhos. É lá onde tem acontecido o grande mistério da evangelização. Portanto, a família torna um lugar onde os membros evangelizam e são evangelizados. “Trata-se de uma reflexão que propõe o reconhecimento de uma alteridade que transcende e obriga a uma postura moral, ética e cristã que acolhe o diferente, em uma sociedade que se enriquece na pluralidade dos seus intervenientes”⁸. Num contexto teológica pode-se concluir que, a Igreja realiza a sua missão, a partir da experiencia concreta do povo.

b). A Igreja Ministerial: este elemento, torna profundamente co-natural às exigências deste povo. Assim sendo, o mistério pascal, isto é, “morte e vida” passou a ser o centro da catequese daquele povo. A passagem da vida à morte está contemplada na cultura, mas também na moralidade do próprio povo em causa. “A ministerialidade da Igreja faz crescer a consciência da responsabilidade dos leigos na animação, vocação

⁷ Cf. Maria, Ester Lucas José, *A reflexão teológica em Moçambique independente (1975- 2022)*, Artigo submetido a (01.01.2023 e aprovado a 04. 10. 2023), 42.

⁸ Cf. Maria, Ester Lucas José, *A reflexão teológica em Moçambique independente*, 51.

e missão da Igreja Universal (...).”⁹. A vocação e missão de todos os batizados, são concretizados no serviço de cada um e empenho de cada um dos membros da comunidade. Portanto, com a ministerialidade não significa que há falta dos ministros ordenados, mas sim é uma forma de viver a nossa vocação batismal, na qual faz de todos nós discípulos ministerial “*ad intra e ad extra*” que é o ponto principal da nossa fé. se assim for, estamos a concretizar o mandado ou a vivência de Jesus Cristo como afirma a Escritura: “ Ide e fazei discípulo por mim, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo,...” (Mt 28,19-20). José Nunes afirma que, é “a partir de Jesus que se pode e deve falar mais propriamente da realidade missionária”¹⁰

Segundo Maria Ester Lucas José, no seu artigo intitulado a reflexão teológica em Moçambique independente afirma: “os cristãos, empenhados na comunidade cristã em diferentes ministérios eclesiais, sentem-se responsáveis pela animação da fé uns dos outros e pela missão de Evangelização confiada a Igreja universal”¹¹. Com tudo, a Igreja está na sua génese, mostrando a sua identidade com dimensão universal, porem inspirada na experiência das primeiras comunidades cristã, com uma finalidade muito clara: a Igreja é convidada a testemunhar a sua fé para a sua salvação.

c). O outro elemento a destacar e que foi contemplado nas reflexões dos missionários foi a questão da “*cultura bantu*”. É muito importante falar da questão cultural, porque é pela cultura que procuramos chegar a uma nova síntese de vida da evangelização. Portanto, o tema da cultura é de grande atualidade na Igreja de hoje, e refletir nele como missionários, significa iluminar a pastoral, viver os sinais dos tempos nesta Igreja, amá-lo e procurar chegar ao coração do povo com a qual vivemos. Feita esta breve advertência inicial sobre a “localização do povo” em causa, agora convirá explicar o segundo passo sobre a sua economia ou a sua sustentabilidade.

1.1. Contexto económico

Os Lómwes como um povo, não escapam às regras gerais do acentuado domínio da “*economia agrícola*”, para a sua sustentabilidade. E para o seu funcionamento, seguem

⁹ Cf. José, Luzia & Bento, Domingues, *Igreja das palhotas. Génese da Igreja em Moçambique entre o colonialismo e a Independência* (Lisboa: edição do Centro de reflexão Cristã, 1989), 101-114 *apud* Maria, Ester Lucas José, *A reflexão teológica em Moçambique independente (1975- 2022)*, Artigo submetido a (01.01.2023 e aprovado a 04. 10. 2023), 38.

¹⁰ Cf. Nunes, José, *Teologia de Missão. Notas e perspectivas*, 2ª ed. Obras missionárias, (Pontifícias: Lisboa 2008), 21.

¹¹ Cf. Maria, Ester Lucas José, *A reflexão teológica em Moçambique independente (1975- 2022)*, Artigo submetido a (01.01.2023 e aprovado a 04. 10. 2023), 39.

determinadas regras de divisão do trabalho por género (*homem e mulher*), por idade (*adultos, crianças, jovens*), cabendo ao homem as tarefas mais árduas a saber: a corte das árvores, a caça e a pesca, competindo à mulher a larga maioria de todas as outras atividades da produção agrícola. Duma forma geral, pode-se afirmar que a produção para o sustento, é fruto da colaboração do homem, da mulher e dos filhos (família). Logo, “o homem e a mulher gerem juntos a comida, assim como gerem os filhos”¹².

“Quando o exigem as circunstâncias ou a tradição, o trabalho coletivo e não remunerado, torna-se prática eficaz em algumas tarefas. Nesta economia de subsistência, a caça, em certas regiões, reveste ainda algum interesse. O mesmo se diga da pesca, para núcleos fixados no litoral”¹³. Neste contexto, pode-se concluir que o povo Lómwe, por um lado vive fundamentalmente da agricultura. Mas também, por outro, a pesca nos rios da região, a caça e a recolha de produtos espontâneos da floresta, fazem parte da sua economia. “É insignificante a percentagem de habitantes destas regiões que vivem de recursos provenientes de outros sectores, como, por exemplo, dos serviços públicos”¹⁴.

1.1.1. A recolha de produtos espontâneas da floresta

Os povos destas regiões acima mencionadas, recolhem frutos silvestres da floresta, próprios para a alimentação da família. Para tal, exige-se o mínimo de competências técnicas e alguns instrumentos rudimentares para a sua realização. O tipo de trabalho que aqui está mencionado, normalmente é tarefa das mulheres porque obedece a determinadas normas ou critérios.

Para além das frutas espontâneas que são recolhidas para a alimentação, recolhem-se também outros materiais como por exemplo: lenha (*Ikuni*), para o fogo da cozinha; bambu (*muthala*) e paus (*mwiri*), para construções das palhotas ou das casas; barro (*oloko*), para utensílios domésticos; cordas de casca de árvores (*mukwoyi*), sal (*makha*), obtido das cinzas de umas ervas ou arbustos; raízes (*mutathari*), folhas (*makukhu*), e sementes (*mmiso*), de várias árvores, arbustos e outras plantas, com que se preparam medicamentos tradicionais e, produtos de higiene ou beleza.

¹² Cf. Ciscato Elias, *ao serviço Deste Homem, Apontamentos de Iniciação Cultural*: Edições Paulistas-Africa, (Maputo- Moçambique,1989), 35.

¹³ Cf. Estado Maior, Comando Naval de Moçambique. *Moçambique: agrupamento étnico, aspetos do estudo do meio humano*: (Lourenço Marques: Comando Naval de Moçambique 1969), 116.

¹⁴ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical,1989), 51.

1.1.2. A caça e a pesca

Dando agora um pequeno passo em frente, podemos afirmar que o fator caça apresenta-se associado, deste o seu aparecimento a homens. Este processo da caça tem vários fins. A caça era usada para se defender dos perigos dos animais ferozes, mostrar forças e obter carne para a alimentação. A caça tem sido uma atividade complementar da economia agrícola e é praticada somente pelos homens e rapazes iniciados, isto é, aqueles que passaram no rito de iniciação.

Só em casos raros é permitido a presença de crianças. Antes da caça, pede-se a proteção dos antepassados para uma boa sorte. E durante a caça e na distribuição da carne devem ser respeitados os costumes tradicionais, morais e éticos. A carne é conservada, usando-se o método de a secar ao lume mas depois de a salgá-la. “As peles, depois de curtidas, são utilizadas para fazer bolsas, capas, cintos e para certos instrumentos musicais. O rabo dos animais é usado em vários ritos de passagens, como símbolo de autoridade e de poder sobrenatural; os ossos também são aproveitados para a ornamentações e como instrumentos de averiguação”¹⁵.

Nesta economia de subsistência, em que a “caça” reveste algum interesse em todas as regiões do povo Lómwe, o mesmo se diga também da “pesca”, para o núcleo fixado no litoral assim como nos rios que se encontram no continente. No entanto, os Lómwes aproveitam os mesmos rios e mares da região para completarem a sua dieta alimentar. Durante a estação chuvosa, esta prática de pesca é feita nas zonas pantanosas. “O peixe serve para se alimentar, para venda e também é usado na troca de produtos como: “farinha de milho”, “mandioca”, “feijões”, “arroz”, instrumentos de trabalho (*enxada, catanas, facas.... etc*)”¹⁶.

As técnicas de pesca na zona são variadas. Nos terrenos pantanosas são usadas as mãos; nos rios são usadas as armadilhas de bambu (*cana-da- Índia*), em forma de funil denominado por nassa (*elema*); rede de pesca, anzóis (*nimeso*) e por último o veneno. Enquanto isso acontece para a pesca por um lado, por outro, usam várias técnicas para se defender de alguns animais, especialmente do jacaré ou crocodilo, das cobras venenosas, nos rios de maior curso.

¹⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 53.

¹⁶ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 53.

1.1.3. Agricultura

Seria óbvio afirmar que a atividade económica Lómwe, também radica essencialmente na agricultura. Em algumas regiões, assume considerável importância a criação dos animais. No entanto, a agricultura é a atividade económica mais importante do povo. Com os produtos da terra cultivada, os Lómwes resolvem todos problemas da sua alimentação. Para além da alimentação, também eles cultivam para troca com outros produtos e para venda em dinheiro físico, para o pagamento dos serviços tais como: “impostos”, “educação dos filhos”, “hospital”, “pagamento das viagens em caso de um acontecimento”, “festas” e outras atividades. No cultivo da terra, podemos distinguir três fases:

A preparação do terreno. Numa primeira fase, encontramos o destroncamento das árvores em toda parcela do cultivo. Esta atividade acontece no tempo de verão, principalmente nos meses de Agosto, Setembro e outubro. Em seguida realiza-se a queima das ervas e a limpeza do terreno, antes das primeiras chuvas, para que possa facilitar o processo da sementeira. Para a preparação do terreno, usa-se o machado e uma enxada de pequenas dimensões e cabo curto; não usam o arado nem estrumes, visto que estamos num país de extrema pobreza. Os trabalhos desta face pertencem ao homem.

“*Sobre a sementeira*”: numa região onde a pobreza faz parte da vida da população, a chuva é um elemento muito importante para agricultura. “Pois, na região não existe qualquer sistema de rega dos campos. Por isso, sem chuva não há água e sem água não há sementeira. Desta forma, depois da preparação do terreno, espera-se com ânsia as primeiras chuvas, que são chamadas «*aparicação de Deus*»”¹⁷.

“Com a chegada das primeiras chuvas, modifica-se todo o panorama: a esperança de um ano de abundancia começa a ser realidade, a sobrevivência imediata está assegurada com a sementeira, pelo que todo povo salta e canta de alegria”¹⁸. Este trabalho é da máxima responsabilidade das mulheres, porém sem exclusão dos homens. No entanto, entre o tempo da sementeira até a colheita, vários serviços são realizados, a fim de deixar limpos os campos. Este processo de limpeza, é realizado pelo menos por três (3) vezes, sendo a primeira a mais importante de todas.

¹⁷ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 54-55.

¹⁸ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 55.

A última parte do cultivo da terra ou da agricultura, culmina com a colheita dos produtos, nomeadamente: o algodão, o milho, o arroz, o feijão, o amendoim, a mandioca etc. Não obstante, não temos uma técnica ou instrumentos principais, visto que depende do que se quer colher. Porém, vários instrumentos são usados: as mãos e em caso de necessidade pode-se recorrer as facas, as catanas, e as enxadas. Este é tempo de alegria para toda família, razão pela qual a participação é de todos os membros da família inclusive os vizinhos.

Terminada esta fase da colheita, segue-se então o ponto mais alto que é a festa, onde são convidados todos aqueles que fazem parte da família e aqueles que ajudaram no trabalho. Aqui, prepara-se as bebidas tradicionais de milho, resultante do campo, para o agradecimento dos antepassados assim como o Divino supremo. Desta forma, os produtos recolhidos do campo são armazenados ou conservados na pequena despensa da casa para o consumo diário. Portanto, a base da alimentação diária do povo Lómwe, tem sido a “*farinha de milho*” ou a “*farinha de mandioca*”. Porém, na falta da mesma usa-se a farinha de mapira, o arroz, acompanhada com o feijão ou com as verduras cozidas.

Segundo a minha experiência pessoal, a agricultura que abrange as áreas acima citada no mapa, é do tipo seminómada. “Uma vez que, depois de alguns anos de cultivo de um determinado terreno, abandona-se o lugar e procura-se outro, normalmente não muito distante, para aí se abrir um novo campo”¹⁹. De fato concordo com este autor, porque eu mesmo faço parte deste povo e é assim como tem acontecido com várias famílias. Terminado o primeiro ponto que compunha a questão económica, agora passar-se-á no segundo ponto sobre a questão política.

1.2. Contexto Político

Para o povo Lómwe, a política não é senão um aspeto do modelo familiar, cultural, moral e ético. Este modelo visa facilitar a organização social em todos os aspetos. “No âmbito político da sociedade considera-se tal tudo o que é, ao mesmo tempo, público, orientado para um fim e que implica uma diversificação de poder entre os indivíduos”²⁰. Portanto, duma forma geral e resumida, analisa-se aqui a organização política enquanto processo, sem fazer referência ao conceito de Estado, porque o tipo de organização

¹⁹ Cf. Martinez, Francisco Lerma. *O Povo Macua e a sua cultura*, 56.

²⁰ Cf. Martinez, Francisco Lerma. *O Povo Macua e a sua cultura*, 68.

política do povo Lómwe é um sistema, uma vez que não existe um governo formal que abranja toda a sociedade.

No meu ponto de vista, procurar-se-á explicar como se distribui o poder, como se chega a determinações decisões e elas concretizam, tanto a nível interno como nas relações externas, sem deixar de lado o simbolismo que acompanha a tomada de posse da autoridade local ou familiar.

A sociedade Lómwe está organizada em clãs “*matrilineares exogâmicos*” chamados (*nihimo*). Nos direitos de sucessão e transmissão opera a via “*uterina*”²¹. Aqui, os familiares submetem-se ao mando de um chefe que na sua forma de ser possui poderes jurídicos, religiosos e militares, ou mesmo todos os indivíduos que se consideram provenientes de um antepassado comum.

Porém, em alguns casos, os chefes locais devem obedecer aos chefes com poderes mais vastos, estabelecendo-se um princípio de hierarquização. O conselho de um ancião da comunidade ou da família tem grande valor, porque tende a limitar o poder tradicional dos chefes, na medida em que impede os desmantos, exigindo o rigoroso imperativo de regras que reclamam observância moral, ética dentro da sociedade. Nesta primeira parte o que pode-se reter, é que os chefes locais ou os régulos não se arriscam a qualquer decisão sem prévia consulta à sua máxima autoridade.

Para além do chefe ou régulo que exerce um poder absoluto e limitado na região, na sociedade Lómwe cada parte da linhagem tem a sua própria autoridade designado “*tio materno*” (*Atata*)²², que é o irmão mais velho de pai ou de mãe. No entanto, o conjunto de todos tios, tem um decano que é o chefe da linhagem intitulado por “*nihimo*”²³. O *nihimo* é a designação que se dá a uma autoridade do conjunto das partes de uma determinada linhagem, cuja funcionalidade é formar a primeira unidade social Lómwe chamada “*Nloko*”²⁴.

²¹ Cf. Estado-maior, Comando Naval de Moçambique. *Moçambique: agrupamento étnico, aspetos do estudo do meio humano*: (Lourenço Marques: Comando Naval de Moçambique 1969), 116.

²² Tio paterno. Avô. Tratamento respeitoso para as pessoas mais velhas, mesmo desconhecidas. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 9.

²³ Clã. Estirpe, linhagem. Agregado familiar, pelo lado materno. Família uterina. Parentela: Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, 210.

²⁴ Povo, tribo, nação. Raça. Conjunto de muitas pessoas que formam uma nação. 2. Grupo, fila fileira, multidão: Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, 229.

Para além desta autoridade acima citada, também encontra-se o chefe de um conjunto de linhagem que vive numa determinada povoação ou área. Em cada parcela deste povo constitui um chefe, que é conhecido como “*Mwene*”²⁵. Em seguida, está a figura da mulher mais importante, chamada “*Apwiyamwene*”²⁶. Esta mulher não exerce diretamente a autoridade, porém, constitui uma espécie de conselheira com papel de grande relevo na sociedade e nos ritos.

Moralmente falando, o Papa João Paulo II dizia que “as famílias devem ser as primeiras a trabalhar para que as leis e as instituições do Estado se abstenham de lesar, mas sobretudo sustentem e defendam positivamente os direitos e os deveres da família. Neste sentido, as famílias devem ser cada vez mais conscientes de ser as «protagonistas» da política familiar e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade”²⁷. Importa referir que todos que fazem parte da familiar, cada um/a exerce um serviço para a construção da própria sociedade. “Vários chefados podem reunir-se à volta de um chefe mais importante, formando um chefado maior e tendo como chefe do mesmo o chefe mais importante da região”²⁸.

1.2.1. *As funções do chefe*

É óbvio afirmar que o chefe de um chefado é muito importante porque desempenha muitas funções a saber: Ele goza da função “*representativa*”, isto é, possui uma autoridade máxima dentro da área que lhe compete; possui a função “*legal*” e “*judicial*”, tornando o guardião das leis, podendo com o seu conselho legislar segundo a tradição; guarda toda moral e ética, fazendo uma administração da justiça, presidindo aos julgamentos dos problemas que apoquentam a população dentro da sua área de jurisdição;

Possui também as “*funções sociais*”, promovendo o bem comum do seu povo, isto é, económico e social, (*a mudança de zona para a cultura dos campos etc*); a “*função cultural*”, mantendo a função interna dos membros da sociedade e fortifica a fidelidade às tradições culturais e a identidade do povo; por fim a “*função militar*” que comporta a

²⁵ Régulo, regedor, chefe soberano. Rei, chefe de clã: Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, 176.

²⁶ Sogra. Mãe da própria esposa. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, 6.

²⁷ Cf. Igreja Católica, Papa, 1978- 2005 (João Paulo II). (Ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, 16.01.82) aput Branco, Raul. *A Família na palavra de João Paulo II*, Ministério do emprego e da segurança social direcção –geral da família, (Lisboa, 1993), 42.

²⁸ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 70.

organização da defesa do chefado contra os perigos externos por um lado, e por outro, preside aos ritos da comunidade (*as orações*), completando assim com a “*função religiosa*”.

1.2.2. A nomeação ou a escolha do chefe

A nomeação ou a escolha do chefe é feita com base a uma linhagem que conserva o poder, normalmente tem sido a linhagem de um antepassado fundador da aldeia ou chefado denominado “*Nikholo*”²⁹. Por isso mesmo, afirma-se que a eleição de um chefe, após a morte do anterior é feita entre os seus sucessores uterinos. Porém este processo deve respeitar todos critérios de sucessão, na qual se destaca o sobrinho materno do chefe já falecido, como um dos primeiros sucessores.

Martinez afirma que: “não havendo sobrinhos maternos do chefe falecido, segue-se a linha de sucessão. O filho do chefe falecido nunca poderá ser chefe, está excluído da linha de sucessão”³⁰. Para se escolher um sucessor, segue-se as regras estabelecidas dentro da comunidade. Portanto, o candidato deve reunir os seguintes requisitos:

1). Pertencer à linhagem do chefe já falecido por via uterina, e ter uma idade considerável, para desempenhar moralmente a sua função numa forma clara e segura, evitando a “*corrupção*”, “*abusos e violências contra os cidadãos inocentes*,” “*vinganças*”, “*favoritismo*”, “*arrogância*”, “*ambição*”, “*insensibilidade ao povo*” e *desorganização generalizada dentro da comunidade*.

2). Ter participado nos ritos de iniciação; ter suficientemente qualidades de líder (*ser carismático*); ter um comportamento social, moral e ético aceitável; e gozar de uma posição económica e social normal ou equilibrada.

Depois destas avaliações, concretiza-se a escolha do chefe e segue-se com o rito de investidura. O rito de investidura passa por várias etapas. Duma forma resumida, não poderei fazer menção de todas as etapas que o autor nos oferece, mas pelo menos duas etapas que são vistas como importantes.

²⁹ . Ancião, antepassado. Tronco de uma família, gente grande. Pessoa muito velha. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MPAT: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 213.

³⁰ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 71.

- ✓ A 1ª etapa é a instrução “*Olakiwa*”³¹ (*ser aconselhado*): esta etapa é a mais importante deste processo. Esta forma de aconselhamento do novo chefe, tem acontecido numa palhota construída para o efeito. Durante esta festa, orientada por um mestre chamado “*Namuku*”³² (*instrutor*), o recém-eleito é criticado pelo seu comportamento anterior.

“Faz-se um apanhado das características da sua personalidade tendo em consideração todos os aspetos da sua vida do passado, com a finalidade de corrigir os defeitos e o mau comportamento”³³. Dentre vários apanhados da vida, destacam – se a vida familiar, o trabalho, as relações sexuais, o respeito pelas organizações sociais, o respeito pelos outros, e caso tenha as faltas graves o novo chefe é injuriado e insultado para que volte a consciência. O rito de censura pelo mau comportamento, muitas vezes tem sido uma ação levado a cabo para toda sociedade do povo Lómwe e faz parte dos vários ritos de passagem do ciclo vital. A repreensão da pessoa faz parte da primeira fase de instrução. O outro elemento a ser destacado sobre a instrução, destina-se a explicar ao recém-eleito os deveres e direitos da sua nova posição ou função social e a etiqueta que deve observar a partir desse momento. Tudo isto, muitas vezes tem acontecido à noite para que não haja distúrbios.

- ✓ A 2ª etapa da investidura do chefe baseia-se na “*apresentação ao público*”: depois da primeira etapa acima citada, o novo chefe é apresentado ao povo e posto no seu trono, assumindo o seu poder. No entanto, tratam-se de ritos de agregação: banho, unções e investiduras.

Para além do chefe que é escolhido, na organização política da sociedade Lómwe, também encontra-se a mulher mais importante chamado “*Apwiyamwene*”. Esta mulher está sempre ao lado do chefe em ativo, cuja função se pode traduzir como. “*Rainha*”, “*mulher mais importante*” que serve como conselheira. No entanto, seja qual for, trata-se de uma figura muito importante na sociedade, e a sua conduta deve ser diferente de todas as mulheres. Pode-se afirmar que, a mulher representa o ventre original da

³¹ . Ser instruído, ensinado, educado; ser iniciado, circuncidado. Ter ido a iniciação ou fanação. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MPAT: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 290.

³² . Padrinho ou madrinha da iniciação, de rapazes ou raparigas; mulher concelheira e educadora das raparigas nas cerimónias de iniciação; médico tradicional que cura as doenças. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MPAT: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 194.

³³ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 72.

linhagem, por isso mesmo, ela é considerada a “*mãe das mães*”, porque desempenha ao mesmo tempo como elo de ligação entre os antepassados e a sociedade, e é “*guardiã dos valores morais, éticos*” de toda família onde faz parte, garantindo o futuro da sociedade.

A mulher mais importante (*Apwiyamwene*), tem exercido as suas funções na sociedade da seguinte forma: por um lado, como alta conselheira, deve sempre ser consultada pelo chefe (*Mwene*) no governo da sociedade, na administração da justiça e na eleição de um novo chefe. Por outro, desempenha um papel ativo de primeira ordem na vida ritual, especialmente nos ritos de iniciação feminina e nos sacrifícios. Na minha humilde opinião, como pode-se ver, toda vida política deste povo, está organizada em vista de um bem supremo, onde a “*unidade*” é a base da sociedade Lómwe.

1.3. Contexto Religioso

A religião enquadra-se nas questões que estão presentes na vida da Igreja e no horizonte existencial de qualquer ser humano na história de salvação. Este ponto pretende trazer ao centro as questões inerentes à religião. Não obstante, não podemos falar da religião do povo Lómwe sem a sua contextualização prévia. Perante este discurso tão pertinente, cabe nos perguntar: que significado traz a religião e qual é a finalidade da mesma perante a sociedade em causa? Esta e outras perguntas são necessárias no momento de tratar da religião.

Etimologicamente, o termo “*religião*” vem do latim “*religare*”, que significa “*ligar*” “*unir*”. De fato a religião é um conjunto de mitos (*relatos sagrados, símbolos*), ritos (*preces, ações, sacrifícios*) e normas (*mandamentos, preceitos, regras*) com o qual o homem exprime e realiza seus contatos com Deus³⁴. Esta forma de pensar sobre a religião, é partilhada também pelos diversos autores: Aristóteles afirma que “*todos os homens estão convencidos de que os deuses existem*”³⁵; Bergson faz a seguinte observação sobre a religião: “*Houve no passado e há ainda hoje sociedades humanas que não têm nem ciência, nem arte, nem filosofia. Mas não existe nenhuma sociedade*

³⁴ Cf. Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 48.

³⁵ Cf. Aristóteles, De coelo et mundo I, 3, 270b,5-6 *apud* Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 50.

sem religião”³⁶. Portanto, não há povo sem religião. Assim sendo, o homem continua sendo um ser religioso.

Cícero é outro autor destacado sobre a religião. Segundo este autor, “o homem é naturalmente religioso, porque a realidade que o circunda, com a sua força, com o seu fascínio, e com o seu terror, sugere a ela a existência de um ser superior. E segundo a bela definição de Max Scheler, o “*Homo-religiosus*” é “o homem que interiormente participa de Deus e da sua força”³⁷. Segundo Cícero, “*religiosus* é aquele que trata com cuidado e atenção dos assuntos referentes ao culto aos deuses, e se diz religioso justamente porque relê (*ex relegendo*) como é chamado de elegante aquele que elege (*ex elegendo*)”³⁸.

São Tomás de Aquino, homem de grande sensibilidade espiritual, toda sua vida dedicou-se ao trabalho da filosofia e teologia na qual foi movida pela própria religião. Aquino, liga a religião ao culto a Deus Criador. O homem liga-se a Deus e não pode se afastar desta realidade suprema. Agradece a Deus por sua vida e todo bem que lhe é dado. Baruch Spinoza, racionalista holandês também aprofundou a questão da religião, principalmente na sua obra intitulada “*Tratado teológico-político*”. Spinoza, afirma categoricamente que: “a religião consiste essencialmente na obediência a Deus..., a religião universal ou católica abarca somente aqueles dogmas que são indispensáveis para assegurar a obediência a Deus, pois sem ela (*a religião*) essa obediência torna impossível”³⁹.

Por sua vez, Emanuel Kant examina este pensamento de Spinoza. Para Kant, “a religião não consiste em dogmas ou em observâncias, mas numa disposição do coração para observar todos os deveres humanos como se fossem mandamentos divinos”⁴⁰.

Segundo Kant, o conteúdo da religião coincide com a moral, porque estas duas realidades estão ligadas de modo estreito, sendo que a principal divergência entre ambas

³⁶ Cf. H. Bergson, *Les deux sources de la morale et de la religion*, cit, p.105 *apud* Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 50.

³⁷ Cf. M. Schler, *L’eterno nell’uomo*, cit, pp. 238-239, *apud* Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 51.

³⁸ Cf. Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 51.

³⁹ Cf. S. Tomás de Aquino, *Summa contra gentiles* III, Cap. 119.

⁴⁰ Cf. Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 52.

é a linguagem utilizada para expressar essas obrigações. No entanto, a moral kantiana tem usado uma linguagem formal para expressar a questão do dever. Para Kant, o dever deve ser praticado como um princípio fundamental para todos aqueles que gozam da razão. Ao passo que a religião, ao invés de conceber o dever como aquilo que ordena, de acordo com a moralidade, ela concentra-se no ser supremo, isto é, os deveres desempenham o papel dos mandamentos ou das normas divinas.

A questão da religião será adotada também por Durkheim e Romano Guardini, cuja leitura e interpretação é distinta daquela que tinha sido proposta por vários autores. Segundo Durkheim, “uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e praticas que unificam numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem”⁴¹.

Por sua parte Guardini na sua obra intitulada “*fenomenologia da religião*” afirma que, a religião “é a única plenitude válida e definitiva; a que defini o último significado do ser, habitual apenas no valor religioso”⁴².

Como pode-se verificar, a definição da religião é quase infinita nos vários campos. Na filosofia, sociologia, política, cultura, moral, teologia etc. Portanto, para Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino, a questão da religião deve-se a própria natureza do homem ser racional. É esta racionalidade que faz com que o homem seja religioso.

Na África negra ou subsariana, a religião é considerada como o “*piloto da vida africana*”, que acompanha a cada pessoa deste o nascimento até a morte e, conseqüentemente dá sentido a todas as atividades públicas ou privadas”⁴³. Com esta forma de reflexão, pode-se compreender que a vida do homem africano está completamente enraizada no “*tecido religioso*”, isto porque é fácil compreender de que a religião penetra profundamente na vida de cada um, de tal forma que não é normal encontrar um africano sem religião. Caso aconteça (*um africano sem religião*), supõe

⁴¹ Cf. E. Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, (Paris, 1912), 65. Apud Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 53.

⁴² Cf. R. Guardini, *Fenomenologia e teoria della religione*, cit, p. 203. Apud Mondin, Battista: (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica (São Paulo: Paulus, 1997), 53.

⁴³ Cf. Suana, Eduardo Mouzinho, *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique*. (Salamanca: Universidade pontifícia de Salamanca, 2013), 19.

para a mesma pessoa uma exclusão da comunidade ou mesmo da própria família a que pertence.

Theissen afirma que a “religião é um sistema cultural de sinais que promete o *“proveito da vida mediante”* a correspondência a uma realidade última. Frequentemente, na religião, por *“proveito da vida”* entende-se algo bem concreto, acima de tudo saúde e auxílio”⁴⁴. A religião pertence ao fenómeno eminentemente humano, isto é, não se pode falar da religião nos animais. E este é um facto indiscutível, porque a religião repousa na distinção entre o homem e os animais. Logo os animais não têm religião.

Por um lado, enquanto estes autores evidenciam a função positiva da religião, por outro a religião torna um elemento que impregna toda a vida da sociedade Lómwe. A religião torna um elemento central da sua cultura e a chave principal de entendimento da sua própria identidade, valores morais e éticos. No entanto, percebe-se que grande parte do povo em causa (*Lómwe*), está concentrada em volta de um valor absoluto (*Deus*) que é a força vital. Sem mais longa, pode-se aferir de que, os Lómwes acreditam também num Criador do Céu e da terra como professamos no Credo que é a doutrina da emanção:

A religião como elemento estrutural do mundo, está ao serviço da vida, dando unidade a todo processo vital e estando presente em todas e cada uma das suas etapas. O ciclo vital adquire consistência, unidade e energia transformadora na dimensão religiosa, sendo esta uma das suas competências fundamentais. As práticas do culto também fazem parte desta dinâmica e não tem outra finalidade senão, na riqueza do seu simbolismo, obter do seu Supremo através da mediação insubstituível dos antepassados, a proteção para a vida individual e da sociedade⁴⁵.

1.3.1. *A conceção de Deus e do mundo*

Como se pode verificar, para os Lómwes a religião torna um conjunto cultural de reflexões, sentimentos e ritos cuja fundamentação está nas crenças constituídas em dois mundos. O *“mundo invisível”* e o *“mundo visível”*. Desta forma, a representação Lómwe do mundo ... é *antropocêntrica*, isto é, o homem e o mundo são correlativos e complementários, chegando a considerar que o mundo sem homem não tem sentido, e o

⁴⁴ Cf. Theissen, Gerd, *A religião dos primeiros cristãos: Uma teoria do cristianismo primitivo*, Tradução Paulo F. Valério- (São Paulo: Paulinas, 2009), 21.

⁴⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 225.

homem não pode ser pensado sem seu vínculo corporal com o mundo”»⁴⁶. No entanto, para o povo Lómwe, Deus é antes concebido como uma família, porque emana uma relação com os seres humanos. Deus é concebido como aquele que está ao mesmo tempo próximo dos homens por um lado, por outro como um mistério.

No pensamento Lómwe, Deus exprime a sua natureza tanto em formas masculinas como femininas. “A maternidade de Deus é amplamente expressa em provérbios, canções e nomes dados a Deus em vários grupos étnicos desta família”⁴⁷. Embora Deus seja frequentemente chamado “*Pai*”, existe uma outra forma muito significativa que o é apresentado também como “*Mãe*”. Isto mostra claramente de que Deus está basicamente para além da identidade do género. Esta forma de chamar “Deus Pai” ou “Deus Mãe” traz consigo uma mentalidade meramente geral: a qualidade do seu amor e o carinho que Ele possui para como o seu povo.

É chamado Pai e Mãe ao mesmo tempo, porque exprime ao mesmo tempo o que Ele mesmo manifesta aos seres humanos como protetor e fonte de toda vida existencial. Esta forma de pensar Deus como “*Pai*” e “*Mãe*” ao mesmo tempo, manifesta-se na parte matriarçais assim como patriarçais. Assim é chamado para sublinhar o amor-perfeito de Deus. Deus é aquele que “*cuida das pessoas*”, “*acarinha*” e “*amamenta*” a cada ser humano criado por Ele. Para o povo Lómwe, um dos elementos mais marcantes do culto é a abundância de regras estritas de pureza impostas a todos os envolvidos na realização de rituais dirigidos a Deus. Me refiro de ritos de “*purificação*” e “*tabus*” relativos a regras de pureza ritual.

Qualquer pessoa que seja, para presidir a uma cerimónia religiosa dirigida a Deus, (orações, sacrifício ou adivinhação, é preciso uma purificação do corpo e da mente antes da sua realização. Os anciãos devem abster-se não só de relações sexuais com as suas esposas, ou outra mulher que seja, mas também certos alimentos, atividades e maus pensamentos. Esta prática de purificação aqui referida, mostra-nos a pureza de Deus. Por isso, não é adequado aproximar-se do “*Supremo*” com um mau pensamento, um coração sujo, ou mesmo com as mãos sujas. Duma forma geral e resumida, podemos afirmar que Deus é imaculada; Deus é o Rei “*puro*” que não compactua com o mal. A

⁴⁶ Cf. B. Burgos, op. cit., p.494. *apud.* Suana, Eduardo Mouzinho. *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique.* (Salamanca: Universidade pontifícia de Salamanca, 2013),49.

⁴⁷ Cf. Asante, Molefi Kete & Mazama, Ama. *Encyclopedia of African Religion*, (California: 2009), 291.

noção de pureza de Deus traduz-se em três (3) atributos, a saber: santidade, retidão e a bondade, sendo este último, de que nenhum mal que ocorra no mundo pode ser atribuído a Deus, porque aquele que é puro não pode ser autor de atos malévolos.

Numa linguagem humilde, os Lómwes acreditam que a “*santidade*”, a “*retidão*” e a “*bondade de Deus*”, traz consigo uma esperança da vida porque é com Deus que tudo dá certo. Há um provérbio na parte do povo: que só através da vontade de Deus é que se pode encontrar uma mulher ou um marido para constituir o matrimónio em vista de uma família, um bom emprego, uma boa riqueza, ou se recupera a saúde. Em suma, Deus não é a fonte do mal. E todos os mitos sobre a origem do sofrimento deste mundo são da responsabilidade do próprio homem, razão pela qual se apresenta Deus como puro. Vale a pena aqui mencionar que esta noção de pureza, remete a uma outra hipótese de que Deus possui um bom coração para com todos. Por conseguinte, com a sua bondade é este coração que poderá incarnar nas virtudes da verdade, da imparcialidade, principalmente que se vai traduzir como um mandamento de amor ao próximo, compaixão e perdão.

Para os Lómwes “*quem ama o próximo*”, “*quem tem compaixão para com o outro*”, “*quem perdoa*”, torna um homem livre no pecado. Assim, a bondade de Deus tem sido uma fonte importantíssima da moralidade do povo. E a noção de Deus como juiz e supremo do pensamento e das ações humanas não se baseiam somente na pureza e propriedade da sua imanação e criação, mas também o facto de que nada lhe escapa. Conclui-se que Deus é entendido como a Origem e o sustentador de todas as coisas, o Ser Absoluto e Transcendente; a Força Vital Oculta que colocou seu espírito em todos os seres do universo”⁴⁸.

Verificada a questão de Deus, mediante a todas as confirmações realizadas pelo povo Lómwe, agora passar-se-á a reflexão sobre os antepassados. Até hoje, o culto do povo Lómwe tem sido indireto, isto é, o culto é direccionado aos antepassados. Ao passo que em todas as manifestações dos sacrifícios como a oração principal inicia normalmente com a invocação a Deus. Logo, pode-se perceber numa forma clara a presença de Deus nas expressões de culto do povo. Indo diretamente ao assunto, com a experiência pessoal, os Lómwes não deixam de invocar os espíritos bons dos seus

⁴⁸ CF. J.mbiti, op. cit, pp. 43-44. Apud. Suana, Eduardo Mouzinho. *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique*. (Salamanca: Universidade pontifícia de Salamanca, 2013), 49.

antepassados e ao mesmo tempo recorrer as práticas mágicas para afastarem dos espíritos maléficos. Nota-se também que os Lómwes recorrem com frequência às habilidades dos “adivinhos” e o “curandeirismo” com a finalidade de desvendar as causas de todos os sofrimentos que apoquentam a sociedade. Refere-se de doenças, mortes, roubos e outros males.

Pode-se dizer, pois, que a relação com o mundo divino constitui elemento fundamental de toda vida e existência dos seres animados e inanimados. Para os Lómwes o “*mundo dos homens*” é composto por dois aspetos: o “*mundo dos mortos*” e o “*mundo dos homens vivos*”. Como não bastasse, estes dois mundos estão completamente ligados, não-se podendo falar de um fora do outro. “..... os viventes invisíveis estão unidos aos visíveis e intervêm a seu favor como intermediários indispensáveis entre estes e o Ser Supremo”⁴⁹. Portanto, é óbvio afirmar-se que “por sua natureza, os mortos são menos poderosos que Deus, porém são mais poderosos que os homens vivos e os demais seres criados”⁵⁰. Ora, a superioridade do mundo dos mortos sempre prevalece depois da morte em relação aos vivos.

Ao passo que o “*mundo dos homens vivos*” numa forma geral, goza de uma máxima autoridade em relação aos outros mundos como: animal, mineral e vegetal. A relação destes dois mundos (*dos mortos e dos vivos*), manifesta-se através dos chefes ou reis tradicionais, porque são eles que fazem com que tudo acontecesse, com o seu poderio moral, religioso e ético. A diferença que existe entre estes três mundos acima mencionados (*animal, mineral e vegetal*) é o facto de que cada um possui suas características próprias.

O mundo animal: este mundo é caracterizado pela locomoção, sensação, isto é, são seres vivos que sentem e movem por sua própria autonomia. Este mundo animal, de uma forma pode ser superior ao homem, principalmente na sua quantidade, mas também em certa forma na sua força. Força porque encontramos alguns animais que têm uma capacidade de tirar a vida a um homem. Esta seria uma capacidade natural e a sua diferença com o “*mundo vegetal*” manifesta-se na vontade e na sua capacidade de mover-se dum lado para outro. O mundo animal é muito importante e é benéfico para o

⁴⁹ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 245.

⁵⁰ Cf. Suana, Eduardo Mouzinho, *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique*: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique. (Salamanca: Universidade pontifícia de Salamanca, 2013), 49.

próprio homem. Os animais constituem a matéria para o sacrifício com a finalidade de restaurar o equilíbrio da natureza, quando o homem enfrenta várias situações da sua vida e da família em geral.

O mundo vegetal: em princípio este mundo é considerado superior em relação ao outro último, isto é, o mundo inorgânico ou mineral. Por um lado, a sua superioridade justifica-se por este possuir a vida, mas também é de extrema importância na vida humana assim como religiosa, porque é lá onde podemos encontrar os lugares sagrados para a realização do sacrifício e orações. Refere-se principalmente por baixo de uma árvore. As plantas possuem o ciclo de vida com uma alternância de geração.

O outro elemento a destacar neste ponto é o *mundo inorgânico*. Este mundo é o mais insignificante de todos acima mencionados. É um mundo completamente manipulável pelo homem. Por exemplo, a trovoada que é considerada como força oculta, é manipulada por certos homens para fins obscuros. “O mesmo acontece com a chuva e o vento considerados como componentes do mundo inorgânico sob o controle de Deus e dos mortos mas alguns homens podem possuir o seu segredo e manipulá-los para o seu benefício ou em prejuízo de outrem”⁵¹.

1.3.2. *A visão dos espíritos e antepassados*

Hoje fala-se muito nas relações utilitárias dos espíritos. Martinez nos apresenta algumas questões que ajudarão a refletir e a compreender a questão dos espíritos na visão do povo em destaque. “Quem são estes espíritos? Que características têm? Quais as suas funções? Que lugares ocupam no mundo invisível? Como atuam concretamente?”⁵². Partindo do pressuposto de que os Lómwes acreditam numa vida além da morte, implica portanto afirmar que, existem seres humanos que viveram neste mundo visível e que, pela morte desempenham a uma função de protetores ou intermediários.

⁵¹ Cf. Suana, Eduardo Mouzinho, *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique*, 50-51.

⁵² Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 245.

Segundo Martinez, os espíritos (*Munepa*)⁵³ refere-se a pessoas dos falecidos. O espírito é alguém que viveu connosco, que já passou pela morte e que, agora, se encontra no mundo invisível”⁵⁴. A questão do espírito é uma realidade muito complexa, porque com a morte há uma profunda transformação. Segundo os Lómwes, este acontecimento de transformação, faz com que a pessoa seja diferente na sua forma de atuação. E como não bastasse, o espírito (*munepa*) está contemplado no grupo dos antepassados, que é o fim último de todos os membros da sociedade. Porém, para que isso aconteça, isto é, para que a pessoa seja verdadeiramente antepassado deve possuir alguns méritos culturais, morais e éticos enquanto em vida.

Uma das características que devemos saber é que, os espíritos (*minepa*) continuam a fazer parte da comunidade, do clã e da família a que pertenciam antes da sua morte. Logo, pode-se afirmar que não é a morte que faz com que o elemento de uma família desapareça, ele continua a viver por causa do seu espírito. O espírito nunca, e nunca mesmo é considerado como Deus, mesmo que tenha um poder sobre-humano. Porém, tem uma função de elo de ligação com o Ser Supremo de forma intermediária.

O outro elemento chave e importantíssima é que para os Lómwes, os espíritos conservam a sua individualidade perante o Ser Supremo juntamente com os outros seres que se encontram no mundo invisíveis, mas também sem deixarem de lado o seu nome e lugar social a que pertenciam antes da sua partida para casa do Pai.

No ponto de vista Lómwe, acredita-se de que os espíritos têm sentimentos, e tendo sentimentos podem reagir perante algumas situações do mundo terreno, principalmente da sua família. Eles (*os espíritos*), podem ficar tristes e chateados caso aconteçam desavenças na família a que pertenciam em vida. Mas para que isso não aconteça, em certas circunstâncias, os espíritos necessitam da boa resposta e boa colaboração por parte da família vivente. Portanto, “quanto mais numerosos forem os membros ancestrais, mais fortes e profundas serão as raízes do tronco para a sociedade em geral”⁵⁵.

⁵³. Alma. Espírito. Alma ou espírito de pessoas falecidas. Alma desencarnada ou seja, depois de separada do corpo. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MPAT: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 154.

⁵⁴ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 247.

⁵⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 247.

Os Lómwes acreditam na existência de dois tipos de espíritos: espíritos bons (*munepa waphama*)⁵⁶, estes vivem em volta dos cemitérios, árvores sagradas, nas montanhas de referências, e nos rios mais importantes. Ao passo que os espíritos maus (*minepa sonanara*)⁵⁷, não têm lugares fixos. Eles vagueiam por lugares incertos semeando terrores no seio da família ou da comunidade. São conhecidos como espíritos maléficos. Fazendo uma resenha sumária, pode-se compreender o mundo em três (3) níveis a destacar: “*Mundo de Deus e dos antepassados*”; “*Mundo dos seres humanos*”; e o “*Mundo da natureza*”. Estes três elementos ou níveis acima mencionados, traz consigo uma visão ampla, na qual pode-se afirmar categoricamente de que o mundo é visto como uma “*rede de relação*” entre o divino, o homem e a natureza. Suana na sua reflexão afirma:

É óbvio considerar estes todos mundos como “*lugares teofânico*”, por constatar que o negro africano concebe o cosmos como portador de mensagens divinas, ou seja, há um pouco do divino em tudo que existe. Aliás, alguns lugares como: montanhas, bosques, rios, etc., parecem privilegiadas para a presença de Deus, dos antepassados e dos espíritos. (...) o homem bantu sente e pensa que só pode existir e desenvolver as suas próprias virtualidades, o ser original e próprio ser em união com Deus, com todos os outros membros espirituais com todos os homens, com todos os outros seres do universo: animais, árvores, pedras, etc. Dito de outra forma, “*muntu*” existe quando é capaz de estabelecer a relação vertical e horizontal com todos os seres que povoam o cosmo⁵⁸.

Portanto, não podemos falar da religião fora do próprio homem. Ela (*a religião*), é considerada como o elemento essencial do ser humano porque acompanha a cada pessoa desde o seu nascimento até a sua morte. Nesse caso pode-se afirmar que a religião é vista como força ordenadora do mundo. A religião é uma parte fundamental da cultura, tal como a linguagem, trabalho, a arte, a política, a moral. Ela torna importantíssima porque, para além de ter uma função soteriológica (*para a salvação*), também funciona como princípio de unificação e de apoio cultural assegurando todos os valores morais e éticos de todos os povos do planeta.

⁵⁶ . *Espíritos bons*, (tradução da minha autoria: através do conhecimento popular ou senso comum).

⁵⁷ . *Espíritos maus, ou espíritos malignos* (tradução da minha autoria: através do conhecimento popular ou senso comum).

⁵⁸ Cf. Suana, Eduardo Mouzinho, *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique*. (Salamanca: Universidade pontifícia de Salamanca, 2013), 51.

Chegado ao final deste primeiro capítulo, somos agora surpreendidos por uma questão de natureza “*moral teológica*” muito pertinente. Faz sentido falar da moral no matrimónio e família, partindo do conhecimento cultural? Na minha opinião diria que sim, faz sentido, porque “a cultura designa tudo aquilo com que o homem apura e desenvolve os inúmeros dotes do corpo e do espírito... e torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda comunidade civil...” (Gs 53). A cultura é uma maneira com a qual cada povo concebe e desenvolve a humanidade, isto é, o ser pessoa.

Assim sendo, “a própria cultura passa por um momento de reflexão e de reestruturação, porque o ser humano que não é estático, progride, cresce e tenta satisfazer os seus anseios, buscando respostas para suas inquietudes existenciais”⁵⁹. Esta forma de repensar natural os nossos valores morais e éticos traz consigo uma reflexão que tem o seu ponto de partida, valores culturais e até tradicionais. Para o povo Lómwe, a ética e a moral são de importância capital, isto é, são baseados nos costumes, nas leis tradicionais, nos tabus e nas tradições de cada povo ou clãs. Para tal, Deus tem uma extrema importância neste processo, porque é d’Ele (Deus) onde emana a verdadeira moralidade.

O que acabamos de refletir neste primeiro capítulo, faz parte da organização social do povo Lómwe na sua dimensão geográfica, económica, política e religiosa. Geralmente, são considerados como um povo pertencendo ao grupo Lómwe, habitantes no centro de Moçambique, concretamente no norte da província da Zambézia. A sua economia baseia-se na agricultura, sendo complementada pela criação de animais, caça e pesca nos rios mais importantes da região. O outro elemento chave que foi mencionado foi a sua organização política. A organização política é um dos elementos importantes que nos permite conhecer adequadamente as relações humanas dentro duma determinada sociedade, porque faz parte do modelo cultural. Como não bastasse, não seria estranho afirmar que, para o povo Lómwe a política está orientada para um fim público e que na sua funcionalidade implica uma diversificação de poderes entre os indivíduos que a compõem a própria família ou clã. A religião torna um dos elementos muito importante deste povo. Eles acreditam nas forças divinas (Deus), sem deixar de lado a veneração dos antepassados.

⁵⁹ Cf. Suana, Eduardo Mouzinho, *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique*, 55.

O objetivo principal da religião segundo o povo Lómwe é sempre o mesmo: recriar um mundo organizado onde haja possibilidade de compreender e, pelo menos em certa medida, controlar os acontecimentos que apoquentam a própria família. Por isso, a religião tem entre o povo a máxima importância porque visa interpretar e controlar os fenómenos quer da natureza assim como da própria sociedade em causa.

A cultura e a tradição são os elementos importantíssimos na vida do ser humano, porque nos direcionam a uma forma de viver no mundo com o próximo. Para os Lómwes, moral e religião é vista como mesma coisa, porque as duas realidades têm a mesma finalidade. Quando falamos da organização política, económica e religiosa, embora seja culturalmente e tradicionalmente, estamos a aceitar a uma forma de viver no mundo que possibilita manter o equilíbrio das forças da ordem e da estabilidade social. Logo, para os Lómwes Deus faz-se presente a partir da sua cultura. O conhecimento do mundo terreno e Celeste, a revelação de Deus e do seu Filho Jesus Cristo, nunca está desligado do contexto geográfico, social, cultural e religioso.

CAPÍTULO II: O MATRIMÓNIO E A FAMÍLIA NA VIDA DA IGREJA E TEOLÓGICA

O segundo capítulo deste trabalho faz um estudo geral da problemática do “*matrimónio e família*” na vida da Igreja. Importa aqui perceber que não é possível aprofundar o tema do matrimónio e família sem mergulhar profundamente no seu itinerário existencial. Não obstante, o que se irá ler neste capítulo não pretende ser de modo nenhum nada mais do que uma série de considerações à luz “*Bíblica*”, “*Magistério*” e “*Teológica*”. Não se trata de saber todos os dados, factos ou mesmo de resolver os problemas do “*matrimónio e família*”, mas sim, de discernir os acontecimentos que produzem repercussões profundas na atualidade, em toda a vida moral-ético, religioso e social. Razão pela qual surge o pensamento de que, “ao examinarmos os problemas de ordem moral devemos fazê-lo numa perspetiva de procura de maior perfeição”⁶⁰.

“O matrimónio, revestindo embora formas diferentes, é uma instituição que se pode dizer comum a todas as sociedades como base da família”⁶¹. Todavia, “o “*matrimónio e família*” devem ser tratados à luz do Evangelho e da experiência humana porque ocupa o primeiro lugar entre aqueles problemas de maior urgência deste tempo que mais atinge o género humano” (GS 46). O “*Evangelho*” é a luz decisiva por um lado, e por outro a experiência humana pertence às fontes de conhecimento da moral cristã. Logo, pode-se afirmar categoricamente que o matrimónio e a família, de facto são temas tratados de forma ampla e complexa na história da Igreja e na sociedade em geral. Com tudo, seria pertinente no meu ponto de vista, primeiramente evocar a definição dos termos “*matrimónio*” e “*família*” no seu contexto geral, mas também sem deixar de lado no seu contexto bíblico.

2. O conceito de matrimónio

“O matrimónio é uma união mútua, exclusiva, vitalícia, de uma só carne, entre um marido e uma mulher, caracterizada pela fidelidade, verdade, confiança, amor e compromisso”⁶². “É a extrema ligação humana na qual duas pessoas se comprometem

⁶⁰ Cf. Soares, J. A. Da Silva, *Paternidade consciente e responsável*, Guia da vida matrimonial, 4ª edição atualizada, (Braga: 1969), 173.

⁶¹ Cf. Sevilha, Joaquim, *Amor e casamento*. Textos para o ensino religioso, Edição do secretariado Nacional da Educação Cristã, (Santarém: 1984), 13.

⁶² Cf. Atkinson, David. J, et al. *New Dictionary of Christian Ethics & Pastoral Theology*: Universities and Colleges Christian Fellowship, Leicester, (England: 1995), 639.

plena e fielmente uma com a outra, numa viagem ao longo da vida de profunda partilha, respeito mútuo e crescente intimidade”⁶³. É uma realidade social e afetivo que um homem e uma mulher assumem livremente o compromisso de viverem juntos num relacionamento matrimonial como marido e mulher por toda vida. Leclercq na sua obra a “família” define o matrimónio como uma “união legítima do homem e da mulher de acordo com as regras”⁶⁴.

Para o nosso autor principal (Francisco Lerma Martinez), mostra o quão o matrimónio é muito importante na vida do homem, porque nele (*o matrimónio*) ocupa a terceira fase do ciclo da vida. “Pelo matrimónio, o homem e a mulher, formando a célula mais elementar da sociedade, colocam-se ao serviço direto e concreto da transmissão da vida”⁶⁵. Para o povo Lómwe, o matrimónio tem sido um elemento chave e a sua raiz está na fonte vital. Neste sentido, existem três (3) palavras-chaves que irão ajudar a compreender a questão do matrimónio na sua totalidade. Por um lado encontramos o termo “*othela*” (casar-se: referindo-se ao homem); e por outro o termo “*otheliwa*” (ser casada: referindo-se a mulher); por fim o termo “*othelana*” que significa a união inalterável do homem e da mulher.

Não obstante, o código de 1983 tem a sua visão sobre a definição do matrimónio. Esta visão busca a sua sustentabilidade no contrato e na comunhão entre o homem e o seu criador. No entanto, o matrimónio é visto como uma comunhão de Deus e do homem e um contrato indissolúvel, sendo pois, para toda vida. “O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio íntimo de toda vida, ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges à procriação e educação da prole, entre os batizados foi elevado por Jesus Cristo Nosso Senhor á dignidade de sacramento” (CDC 1055 § 1). Por sua vez, a bíblia que é a fonte inspiradora de muitos, traz consigo uma definição muito clara com o verdadeiro significado do matrimónio. Esta definição bíblica contempla vários termos que ajudam a compreender o matrimónio no seu todo.

Segundo a Bíblia, “o matrimónio é uma instituição divina pela qual um homem e uma mulher se unem por amor numa comunhão social e legal com o propósito de

⁶³ Cf. Atkinson, David. J, et al. *New Dictionary of Chistian Ethics & Pastoral Theology*, 639.

⁶⁴ Cf. Leclercq, Jacques, *A Família*, Editora da universidade de São Paulo, Tradução de Américo da Gama, (São Paulo 1968), 22.

⁶⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 159.

estabelecer uma família, (cf. Gn 1, 27-28; 2,18-24) ”⁶⁶. “É permanente e só pode ser dissolvido pela morte do marido ou da esposa” (cf. Rm 7, 2-3). Permanente porque em nenhum momento pode-se quebrar, somente a morte de um deles, por um lado, e por outro não pode ser contrato porque o contrato visa as condições pré- estabelecidas. O matrimônio é uma aliança porque ela é sempre selada pelo sangue e acompanhada pelo juramento diante de Deus, para Deus e para o seu cônjuge. Aqui, Jesus se apresenta como o esposo da nova aliança, (cf. Jo 3, 28-30). Da carta aos Efésios Paulo vê na união matrimonial um sacramento da relação entre Cristo e a Igreja, ora vejamos:

Submetei-vos uns aos outros, no respeito que tendes a Cristo; as mulheres, aos seus maridos como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja- Ele o salvador do corpo. (.....). Por isso, o homem deixará o pai e a mãe, unir-se-á à sua mulher e serão os dois uma só carne. Grande é este mistério; mas eu interpreto-o em relação a Cristo e a Igreja. De qualquer modo, também vós: cada um ame a sua mulher como a si mesmo; e a mulher respeite o seu marido (cf. Ef 5, 23-33).

A Bíblia também define o matrimônio como “*amor responsável*”, na qual cada parceiro tem o dever e obrigação de pôr em prática a sua própria responsabilidade amorosa. Por outro, o matrimônio é visto como uma união de “*arrependimento e perdão*”, porque depois de uma desavença os dois devem fazer uma introspeção e confissão imediata dos pecados cometidos. Quem perdoa também é perdoado diz o Evangelista Mateus: “perdoa as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido” (cf. Mt 6,12-15). É importante referir que, o amor ágape é a base do matrimônio. Importa referir que, nenhum casal é permitido optar pelo divórcio, o importante seria descobrir os problemas e procurar resolver e ultrapassar. Antes de mais nada, pode-se afirmar que a doutrina bíblica do matrimônio está completamente ligada ao desenvolvimento da história da salvação.

2.1. A origem da família e sua função

“A família é o agregado humano baseado no matrimônio. Este resulta da diferenciação e complementaridade dos sexos, levando o homem e a mulher a procurar uma união estável a realização pessoal e a sua projeção nos filhos”.⁶⁷ Esta família constituída pelos “*pais*” e “*filhos*”, viu-se sobretudo em épocas passadas, onde a autoridade foi em geral atribuída ao “*páter-famílias*”. Por um lado, o Antigo

⁶⁶Cf. https://www.igrejaalianca.com.br/sys/arquivos/tipo_conteudo_arquivo/tipo_conteudo_arquivo-549.pdf, acessado a 15 de Abril de 2024. Dicionário da Bíblia de Almeida, 2ª edição (Brasil: 1999), 60.

⁶⁷ Cf. Falcão Manuel Franco. *Enciclopédia Católica Popular*, (Paulinas-Prior Velho: 2004), 193.

Testamento, põe a origem da família no ato criador de Deus que, ao sexto dia, criou o homem e a sua mulher à sua “*imagem*”, os abençoou na unidade de uma só carne dizendo-lhes: “*creceis e multiplicai-vos, encheis e dominais a terra*” (Gn 1,26-28; 2,18-24). “A família é uma célula viva da sociedade humana e da igreja”⁶⁸. O Papa Francisco, define a família como “uma viagem cheia de desafios, tal como, aliás, a própria vida; e são incalculáveis, a força e a carga de humanidade que ela encerra: (...), a família é um lugar em que se vive a alegria do amor” (AL 9).

Funções da Família: quando falamos da questão da família, queremos nos referir da busca de realização do homem depois do seu nascimento: “quando o homem nasce e chega a este mundo, é a própria família que lhe acolhe; e é nela que o homem aprende a marcar os primeiros passos; é na família que ele encontra essa primeira teia de relações que o vão ajudar a desenvolver todas as suas potencialidades pessoais e sociais”⁶⁹. Portanto, podemos ainda acrescentar que, o homem poderá adquirir a sua “*consciência*”, os “*seus valores*” e a sua própria “*dignidade*”, através da família. Assim sendo, a família tem, portanto, um papel único e insubstituível na vida e na realização do próprio homem.

A procriação: A família é a que garante a sobrevivência da espécie. No entanto, podemos afirmar que, a ação procriativa é a que permite que os filhos sejam gerados. Ela está presente em toda escala animal, porém, na espécie humana ela adquire condições muito particulares. Em suma podemos dizer que, no nosso tipo de sociedade, para que uma família exerça plenamente sua função procriadora, gerando filhos saudáveis, educados, bem ajustados psicologicamente e socialmente deve haver entre o homem e a mulher que iniciam essa família. Em resumo, podemos concluir que, na medida em que se realiza a si própria, assegura a continuidade da grande família humana pela geração.

A função Educativa: Este elemento consiste essencialmente na formação do homem no seu caráter. Assim sendo, pode ser a educação das novas gerações. Dá aos seus membros segurança física, moral e social, contribuindo para o desenvolvimento da sua personalidade, conservando e transmitindo, às novas gerações tradições e costumes que fazem parte do enriquecimento da própria coletividade. Esta educação não pode ser

⁶⁸ Cf. Smedt, D, *Amor conjugal*, Pastoral e diálogo, Traduzido por Maria Manuela Cobra Pereira, (Lisboa: 1964), 13.

⁶⁹ Cf. JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias Gratissimam sane*, nº 2. Apud Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral, A família, Esperança da Igreja e do Mundo, (Coimbra: 2004), 3.

confundida de forma algum, com o simples desenvolvimento ou crescimento físico do próprio indivíduo. A educação é um processo vital, na qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente de ambas as partes, isto é, de quem educa e também, de quem recebe a própria educação.

Nós podemos pensar que, a “educação” é apenas uma adaptação do indivíduo ao seu meio. Esta forma de pensar, seria uma ilusão, porque ela (*educação*), é muito mais do que isso. A educação tem sido uma atividade “*criadora*”, que visa a levar o próprio ser humano na realização das suas potencialidades físicas, intelectuais, morais, e espirituais.

Também, podemos pensar que a educação visa responder às demandas da formação profissional. Acreditamos que não é esse a função da educação. “ A educação do homem integral abrange todos os aspetos do seu corpo e da sua alma, ou seja, atinge toda sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, domestica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la”⁷⁰. Como podemos ver, a educação é um processo contínuo, inesgotável e nunca é interrompida. Portanto, ela começa quando a criança nasce e se estende até a morte.

Portanto, os elementos acima mencionados, conduzem naturalmente a questão fundamental: “qual é a função da família? Para responder esta questão tão importante, irei apresentar os dois (2) elementos, que são por excelência as funções da família: “função económica e função emocional.

Função económica: normalmente a função económica é a que garante a subsistência e o conforto de toda família aqui em causa. Não podemos falar da família sem que tenhamos presente este elemento da economia. Portanto, a economia torna como base material para a vida em conjunto ou mesmo individual. Este elemento económico compreende duas etapas a saber:

- ✚ A primeira etapa visa e representa uma distribuição das tarefas a cada um dos membros da própria família. No entanto, cada membro da família é responsável de trazer uma parcela de ajuda para o bem-estar para todos.
- ✚ A segunda etapa, irá basear-se no esforço realizado fora de casa por alguns membros da família, obtendo os recursos financeiros que irão responder as necessidades de casa, ou mesmo os problemas que apoquentam a todos.

⁷⁰.Cf. Garcia, Edília Coelho, *Educação Moral e Cívica na escola Média*, (Brasil: 1972), 70.

Função emocional: A função emocional é representada pelo amor. Este amor irá ligar os diversos membros da própria família, mas também a todas as pessoas que fazem parte deste mundo. “Entre os membros da família, existe o mais nobre sentimento de que é capaz o animal racional, o amor. É dentro da família que se desenvolvem todas as formas de amor que, posteriormente, se estendem para fora”⁷¹.

No entanto, encontramos vários tipos de amor dentro da família: o amor conjugal entre marido e mulher; o amor paternal de pai para filho; o amor maternal de mãe para filho; o amor filial dos filhos para os pais; o amor fraternal de um irmão para outro; e por fim o amor ao próximo, que é dirigido a toda humanidade em geral.

2.2. O Significado do matrimónio Cristão

Para falarmos do significado do matrimónio cristão, seria óbvio colocarmos a questão que é muito pertinente: “*por que razão o matrimónio é definitivo e indissolúvel?*” No entanto, a resposta a esta questão, encontra-se na Sagrada Escritura. Ela dá-nos uma primeira razão baseando-se no livro de Genesis, contrariando às escolas rabínicas que apaziguavam as exigências de Deus.

“Aquilo pois que Deus uniu, não o separe o homem” (cf. Mt 19,6). E isso significa que, dois seres que se unem em Deus pelo matrimónio, ficam a formar aos seus olhos uma só criatura, e o próprio Deus se compromete com eles nesta união”⁷². Como podemos ver, não se trata de um simples contrato de fidelidade, mas é o próprio Deus a realizar esta misteriosa união do homem e da mulher.

Este compromisso humano, fundado no amor de um homem e de uma mulher, respondem por sua vez o plano de uma vocação, respondendo assim, a acção de Deus. Assim sendo, Deus compromete-se nesta união: cria-a, fundamenta-a, e garante-a contra todos os perigos de rutura. É mesmo este o primeiro carater do matrimónio cristão. No entanto, o que constituí o casamento é a união de dois seres, em Deus e por obra de Deus, tornada pública por um rito e atestada pela palavra de Cristo. Já não são dois, mas uma só carne. Este seria o primeiro significado ou razão da indissolubilidade do matrimónio cristão.

⁷¹ Cf. Garcia, Edília Coelho, *Educação Moral e Cívica na escola Média*, 74.

⁷² Cf. Thurian, Max, *Matrimónio e Celibato*, traduzido por António Lópes e Francisco Correia, (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1969), 39.

O segundo significado da “*indissolubilidade do matrimônio cristão*”, seria do Apóstolo S. Paulo aos Efésios. Na carta aos Efésios, Paulo faz a seguinte exortação: “*maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja*” (cf. Ef 5,25). “Paulo, cita o Antigo Testamento, isto é, o livro de Gênesis, onde ele baseia o mistério de Matrimônio e escreve: “por isso o homem deixará pai e mãe, ligar-se-á a mulher e passarão os dois a serem uma só carne”.⁷³ Por sua vez, Paulo exorta os maridos a amarem as suas esposas com a dedicação com a qual Cristo alimentou a sua Igreja. A mulher deve observar a atitude da Igreja relativamente a Cristo, para segundo ela, conformar a sua vida em relação ao esposo.

Se Paulo exorta o homem e a mulher a se conformarem as suas relações às que unem Cristo e Igreja, é porque existe um grande mistério já na própria instituição do sacramento do matrimônio na Criação. Por isso mesmo, afirmamos que o matrimônio cristão é um símbolo da unidade de Cristo e da Igreja, no seu amor e ainda do seu mútuo sacrifício, cumpre-lhe, por isso, ser cada dia mais concreta e visivelmente aquilo que já é profundamente; daí a exortação aos maridos para amarem as suas esposas, como Cristo amou a Igreja, e às esposas a serem submissas aos maridos como a Igreja o é a Cristo.

No entanto, caso os esposos cristãos não tiverem este amor, esta unidade, este sacrifício, fazem mentir o símbolo que eles próprios, pelo matrimônio, constituem, tornando assim o segundo caráter do matrimônio cristão. Portanto, “*unidos em Deus e por Deus, os esposos cristãos significam a união de Cristo e da Igreja*”⁷⁴.

Duma forma geral, o matrimônio cristão que é frequentemente renovado, segundo o pensamento Paulino (Ef 5, 21-25), poderá ser uma pregação viva e atual do mistério do amor recíproco na pessoa de Cristo com a sua Igreja. Portanto, o marido que põe em prática este amor com a sua esposa, como o seu próprio corpo, esquecendo o seu eu, tornará mais perceptível o amor e o sacrifício de Cristo que se entregou totalmente pela igreja. Nestes textos de Gênesis (Gn 2,24; 1,27) que S. Paulo cita, Ele reconhece ou descobre uma realidade que é a “*prefiguração profética da união de Cristo com a Igreja*, e vê um mistério oculto durante muito tempo, e agora revelado dum modo semelhante ao mistério da salvação dos Gentios.

⁷³ Cf. Thurian, Max, *Matrimônio e Celibato*,40.

⁷⁴ Cf. Thurian, Max, *Matrimônio e Celibato*,41.

2.3. A Doutrina Pós-Conciliar

O Papa João Paulo II, na sua exortação Apostólica, “*Familiaris Consortio*” aponta três elementos que nos fazem compreender melhor do matrimônio cristão:

2.3.1. O amor conjugal, sinal do amor de Deus pelo seu Povo.

“Deus criou o homem à sua imagem e semelhança chamando-o à existência *por amor*, chamou-o ao mesmo tempo *ao amor*. Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação, e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. O amor é, portanto, a fundamental e originária vocação do ser humano” (FC 11). Portanto, esta seria uma leitura feita a partir do livro de Gênesis, onde o matrimônio é visto como uma união “una e indissolúvel”, porque o homem deixa os seus pais e une-se à sua esposa, tornando os dois uma só carne.

A outra justificação seria da Revelação e da experiência de fé de Israel. Aqui, encontramos o próprio Deus que ama o seu povo e faz uma aliança com ele, encontrando a sua imagem no amor conjugal. As evidências são encontradas nos profetas, quando chamaram de prostituição à idolatria e adultério à infidelidade do povo, perante a Aliança com Deus. Mesmo assim, Deus nunca abandonou o seu povo, mantém-se fiel às suas promessas e à sua aliança. Por isso, o amor fiel de Deus, é apresentado como modelo das relações de amor fiel que devem existir entre o esposo e a esposa.

2.3.2. O amor conjugal, sinal de amor de Cristo pela Igreja

“A comunhão entre Deus e os homens encontra a sua definitiva realização em Jesus Cristo, o Esposo que ama e se dá como Salvador da humanidade, unindo-a a si como seu corpo” (FC 13). Paulo, na sua carta aos cristãos de Éfeso (5,25-33), relaciona com o amor que o marido tem a sua esposa, com o amor de Cristo que amou a sua Igreja e se entregou por ela.

No entanto, os maridos devem amar as esposas, tal igual como Cristo amou a sua igreja. o matrimônio cristão tem uma relação real, essencial e intrínseca com o mistério da união de Cristo com a Igreja. Portanto, o homem e a mulher cristãos, ao dizerem

perante a Igreja que se amam e que querem continuar a amar-se de modo a serem uma revelação do amor de amor de Cristo, celebram o sacramento do matrimónio.

2.3.3. O casal cristão, testemunho do amor de Cristo

A questão do testemunho do amor de Cristo, torna o ponto mais principal desta paisagem. Esta maneira de assumir esta vocação de serem no mundo testemunhas do amor de Cristo, deve nortear e marcar toda vida dos esposos cristãos. Desta forma, os esposos tornam para a Igreja, uma recordação contínua ou permanente de tudo aquilo que aconteceu na Cruz, porque eles são um para o outro, e para os próprios filhos, testemunhas de Salvação na qual o sacramento do matrimónio os torna participante.

Daí que, encontramos os três (3) elementos fundamentais: “*enquanto memorial*” o sacramento dá-lhes a graça e o dever de recordar as grandes obras de Deus e as testemunhar aos filhos; “*enquanto atualização*”, dá-lhes a graça e o dever de realizarem no presente, um para com o outro e para com os filhos, as exigências do amor que perdoa e que redime; “*enquanto profecia*”, dá-lhes a graça e o dever de viver e de testemunhar a esperança do futuro encontro com Cristo” (FC 13). Portanto, podemos afirmar que, o ponto de partida, como critério de referência sobre o matrimónio, é a Sagrada Escritura, na qual encontramos uma metodologia diacrônica onde se apresenta a Revelação bíblica do próprio sacramento do matrimónio no Antigo e no Novo Testamento.

2.4. O matrimónio e Família no contexto Bíblico

A doutrina Bíblica do “*matrimónio e família*” está completamente ligada ao desenvolvimento da história de Salvação, marcada por antiga e nova aliança. Na minha opinião, penso que seria mais valia falar do termo “*casamento*”, no percurso histórico do matrimónio e família, principalmente no Antigo Testamento. A denominação do casamento é vista como uma convivência carnal de duas pessoas, isto é, homem e mulher independentemente do seu estado canônico ou civil. Por isso, o termo “*matrimónio*” tem o seu significado bíblico, quando se refere a instituição por parte Do Criador (*Deus*), e a confirmação por parte do seu Filho (*Jesus Cristo*) no sentido sacramental. Logo, encontramos algumas marcas ou sinais que podem nos ajudar a confirmar que no antigo Testamento falou-se do matrimónio como sacramento, mesmo sabendo que o termo (*matrimónio*), ganha a sua postura depois de Jesus.

2.4.1. Antigo Testamento

No Antigo Testamento, o ponto de partida do matrimónio e família irá obedecer o desenvolvimento histórico da criação, onde o traço de Criador reside na própria criação. “Ao criar o homem e a mulher Deus os fez a sua imagem e semelhança” (cf. Gn 1, 26-29). “Esta imagem e semelhança não significa uma atualização representativa, pelo contrário deve ser entendida como uma relação, e neste caso, esta relação é uma forma de ser em comunidade”⁷⁵. O matrimónio não é um elemento accidental, mas essencial da criação, de tal modo que o homem não pode ser ele mesmo, completo, capaz de refletir e de glorificar o seu autor se não for homem e mulher. Por isso, enquanto o casal humano não é formado, Deus estará infeliz com a sua obra. “*O Senhor Deus disse: Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele, (...)*” (cf. Gn 2,18-19). A Bíblia relata duas versões sobre a instituição do matrimónio, completamente de formas diferente, porém com a mesma ideia de afirmação como pode-se verificar:

a). Que Deus é quem quis o matrimónio, quem o fez possível, e quem o tornou fonte de bênção; esta primeira narrativa traz consigo uma narrativa em que impõe ao casal o dever da procriação (cf. Gn 1, 28).

b). O segundo pensamento visa a afirmar que, a polarização masculina ou feminina implica na própria natureza do ser humano. Portanto, o sexo passa a ser constitutivo do que nós somos. Não obstante, o homem e a mulher são feitos um para o outro, relacionados um com o outro. O segundo argumento nos mostra que, é por uma espécie de morte a si mesmo (cf. Gn 2, 21). Assim sendo, este poder e traço da liberdade para amar é que marca o itinerário matrimonial entre o homem e a mulher. A criação do primeiro homem na terra, tem como autor o próprio Deus. Estes acontecimentos nos revelam um Deus criador em relação ao matrimónio e família. No contexto cristão ou bíblico, principalmente no Antigo Testamento a instituição do matrimónio e família, está ligada a uma ação criadora. No entanto, é lógico que a própria Escritura nos fale do matrimónio ao abordar o mistério da criação.

Na segunda hipótese, o matrimónio é colocado no contexto histórico-cultural do povo de Israel. Assim sendo, o matrimónio baseia-se em documentos mais antigos,

⁷⁵ Cf. Universidade Católica Portuguesa, *A Família*, Estudo interdisciplinar, coleção villaregalensis, nº1 (Vila Real: 1995), 39.

porque é lá onde encontramos a família patriarcal, na qual o marido ou o homem é o núcleo fundamental em relação a mulher (cf. Gn 2, 18-25). O Antigo Testamento apresenta o fenómeno matrimonial e familiar como uma aliança sagrada, por um lado, celebrada com uma “*bênção*”, (cf. Ez 16,8-9); seja de forma pública (cf. Gn 24,59-61, *matrimónio de Rebeca e Isaac*); seja de forma privada (cf. Tb 8, 4; 7, 13-14 *matrimónio de Tobias e Sara*). A privacidade do matrimónio é feita “entre duas famílias, resolvido pelo pai da noiva e pelo pai do noivo” (cf. Gn 24, 2-6;); ou pelo próprio noivo (cf. Jz 14, 1-3); No entanto, o pai escolhe a esposa para o filho e obtém o consentimento do seu pai, pagando-lhe o preço da noiva (cf. Ex 22, 15-16).

No Antigo Testamento, principalmente no tempo Patriarcal a bíblia descreve a origem do homem e da mulher como casal para constituir o matrimónio em vista de uma família. Esta família estava organizada da seguinte forma:

Uma tribo era formada por vários clãs, os quais por sua vez, eram grupos de famílias unidas por laços consanguíneos (cf Js 7,14-18). Nesta estrutura social cada membro era visto como membro de uma família. Cada família estava unida a outras famílias, que formavam um clã. O clã fazia grupos mais extensos, formando as tribos. Assim, toda a nação de Israel era, efetivamente, uma grande família de famílias⁷⁶.

Está explícito anteriormente que a questão do matrimónio e família no Antigo Testamento era definitivamente patriarcal. Portanto, na vivência do povo de Israel, existem vários termos usados para designar o matrimónio e família. Num primeiro momento, fala-se do termo “*bayith*”⁷⁷ (*casa*). Para além do seu significado de casa como vivenda, o termo também significou família, descendência e até um povo inteiro, como a casa de Israel (cf. Js 24, 15; Ez 20, 40). O outro termo que é mais importante na designação de família é “*mishpahah*”⁷⁸. Este termo significa “*clã*”, “*tribo*” e “*povo*”. O termo, descreve o grupo de pessoas que habitam em um mesmo lugar ou em várias aldeias, que têm interesses e deveres comuns e cujos membros são conscientes dos laços de sangue que os unem, pelos quais se chamam de irmãos (cf. 1Sm 20, 29; Js 7, 14).

⁷⁶ Cf. Maldonado, Jorge E, *Casamento e família*, uma abordagem bíblica e teológica, traduzido por Carlos Tadeu Grzybowski, (Kalamazoo Ave Se: 2006), 13.

⁷⁷ Cf. Boftrweck, G. Johannes & Ringgren, *Helmer, Theological Dictionary of Old Testament*, Volume II (Germany: 1999), 113- 115.

⁷⁸ Cf. Boftrweck, G. Johannes & Ringgren, *Helmer, Theological Dictionary of Old Testament*, Volume II (Germany: 1999), 113- 115.

Portanto, o que pode ficar sobre o matrimônio no Antigo Testamento é de que, na história da humanidade, a comunidade do homem e da mulher se ordenam para o vínculo conjugal, que é a forma mais íntima da própria comunidade. Assim sendo, o matrimônio passa a ser uma união permanente de dois sujeitos-chaves (homem e mulher), tendo a sua origem o próprio Deus, que vê que não seria bom que o homem estivesse só (cf. Gn 2, 18). O matrimônio foi, e continua a ser uma instituição divina, embora mais natural do que eclesial na sua natureza essencial. No meu ponto de vista, a instituição do matrimônio no Antigo Testamento, parte na criação e passa pelo dever religioso, o meio pelo qual Deus preservava e sustentava o seu povo eleito (*antiga aliança*), e encontra o seu testemunho principal na pessoa de Jesus (*nova aliança*), como veremos mais adiante no Novo Testamento. Contudo, para finalizar a reflexão sobre o matrimônio e família no Antigo Testamento, apresentar-se-á numa forma geral, os três (3) objetivos mais relevantes:

a). O primeiro é o *objetivo de procriação do matrimônio*: “Deus, tendo criado a humanidade (homem e mulher), abençoou-os e disse-lhes: “sede fecundos e multiplicai-vos” (cf. Gn 1, 28), uma bênção repetida a Noé e seus filhos após o dilúvio (Gn 9,1)”⁷⁹. Com a bênção para a humanidade, Deus estipula uma tarefa e quer preservar o gênero humano para o fim que Ele determinou, e para isso os filhos são o fruto do matrimônio. Quando falamos do matrimônio, referimo-nos à uma família que partilha a sua vida em forma comunitária, a qual recai uma tarefa cultural e histórica: a transmissão de um modo de vida onde os pais devem “*contar à geração seguinte os louvores do Senhor*” (cf. Sl 78, 3-8). O outro texto que esclarece esta ideia é a carta aos Efésios. Esta carta afirma que “*os pais não devem exasperar os seus filhos, mas devem criá-los na educação e correção que vem do Senhor*” (cf. Ef 6, 4).

b). O *objetivo relacional do matrimônio*: o Antigo Testamento tem geralmente enfatizado a questão do companheirismo fiel como um dos grandes objetivos do matrimônio. Depois da criação dos animais do campo e aves do céu, por último, Deus cria o homem e viu que faltava-lhe a mulher como sua companhia, e assim o fez. “*Ela é levada até ele, e na sua diferenciação sexual torna-se uma só carne*” (cf. Gn 2, 24). No entanto, este vínculo de companheirismo entre o homem e a mulher, também traz

⁷⁹ Cf. Atkinson, David J. (et al), *New Dictionary of Christian Ethics & Pastoral Theology*, Part I (Universities and Colleges Christian Fellowship, Leicester, England: 1995), 77- 85.

consigo uma relação entre Deus e o seu povo. Esta relação tem a máxima importância, mesmo que o matrimónio não seja abençoado com filhos (cf 1Sm 1, 8).

c). Por último *o objetivo curativo do matrimónio*: a função principal do matrimónio, segundo este objetivo, é de proporcionar a disputa e a disciplina necessária como o lugar de cura dado por Deus à nossa natureza sexual. Com esta afirmação, responde-se as duas questões mais importante: sobre o matrimónio e a virgindade.

Aqui, reflete um contexto cultural caracterizado ou por demasiado laxismo, ou por tendências que chegavam até ao desprezo do matrimónio. Os direitos e deveres conjugais são completamente iguais e recíprocos, afirmação superentende no contexto da inferioridade da mulher. Portanto, “compreendendo o matrimónio como um lugar de cura podemos ver porque é que os cristãos caracterizaram o vínculo conjugal não como um contrato mas sim como uma aliança”⁸⁰.

O matrimónio é assumido por livre escolha, porém não pode terminar como começou, isto é, terminar na liberdade. Como conclusão, pode-se afirmar que, a própria instituição do matrimónio deve disciplinar, moldar e transformar esses desejos. O matrimónio serve para nos curar quando começar a formar o nosso próprio amor na forma da fidelidade inabalável de Deus. No Antigo Testamento o marido foi visto ou considerado como o senhor de sua esposa, e por meio do matrimónio a mulher passa a ser proprietário do marido. O matrimónio é uma aliança porque é a comunhão de vida entre Deus e o seu povo e o matrimónio é constituído à imagem desta aliança.

2.4.2. Novo Testamento

“O Novo Testamento não faz uma abordagem unitária e exaustiva sobre o matrimónio e família; apenas fornece indicações fragmentárias e dispersas”⁸¹. No texto neotestamentário a questão do matrimónio e da família realiza-se em Cristo na sua plenitude de salvação. Em primeiro lugar, interessa-me neste ponto esclarecer ou partilhar o que é e o que não é dito no Novo Testamento sobre o matrimónio e família.

No Novo Testamento, a questão do mistério do amor conjugal é completada pela revelação de Jesus Cristo. No entanto, esses ensinamentos colocam-se na linha de

⁸⁰ Cf. Atkinson, David J. (et all), *New Dictionary of Christian Ethics & Pastoral Theology*, 83.

⁸¹ Cf. Virgili, Rosanna, *Os aposentos do amor*, Amor Casal Matrimónio na Bíblia, Paulinas, (Lisboa: Paulinas, 2011), 139.

querer levar à plena realização a realidade do amor tal como foi dado pelo Criador. Por isso o Apóstolo Paulo diz: “*o matrimónio deve ser no senhor*” (cf. 1Cor 7, 39), e que não se pode separar o matrimónio da virgindade, e nem da virgindade do matrimónio. Não seria estranho afirmar que em 1Cor 7, se encontra a exposição central de Paulo sobre três (3) elementos-chaves em relação à sexualidade, o matrimónio e o celibato. Portanto, o Novo Testamento agrega e revaloriza o conteúdo explícito no Antigo Testamento, sobretudo em Gn1-2, que falam da igualdade, atração e complementaridade dos sexos.

A Igreja primitiva, seguindo a orientação de Jesus, se ateve ao ideal de indissolubilidade: entre cristãos não pode existir divórcio. O Novo Testamento reprova explicitamente o adultério, que é avaliado com gravidade. Além da falta de justiça que ele supõe, expressa no Antigo Testamento, ele adquire maior gravidade por ir contra a indissolubilidade do matrimónio imagem da união de Cristo com a Igreja e da igualdade em Cristo do homem e da mulher. As relações conjugais devem ser colocadas acima de uma mera união sexual. A relação sexual entre esposos aparece como um direito e um dever mútuos⁸².

“Paulo apresenta o sentido teológico do matrimónio, acrescentando-lhe o sentido comunitário; relaciona o amor dos esposos com o amor de Cristo pela Igreja, que é mistério do amor e de fecundidade”⁸³. Na perspectiva paulina, esta seria a primeira tentativa de situar o mistério matrimonial numa visão da fé. O Novo Testamento apresenta Cristo como o exemplo total do amor conjugal como fiz referência acima. Ele é o modelo do amor sacrificado e a sua realização mais profunda. Cristo torna como aspirações de todos os homens e de todos os tempos, razão pela qual S. Paulo reflete o sacramento matrimonial tendo como base antropologia do Antigo Testamento.

Na carta aos Efésios (cf. Ef 5,21-32) desenvolve-se a grande teologia do amor à esposa como o seu próprio corpo, recorrendo-se as narrações do primeiro livro da bíblia, isto é, ao Génesis. É aqui onde nós encontramos o amor ao marido ou esposa como realização, e sinal do amor de Cristo à própria Igreja, e finaliza o seu discurso com abandono do pai e da mãe para ser uma só carne. Paulo acaba o seu pensamento com uma exclamação: “*este sacramento é grande*”(cf. Ef 5, 32). Ao afirmar isso tudo, Paulo

⁸² Cf. Graciani, Maria Regina, *O matrimónio-entre o ideal cristão e a fragilidade humana* (Pe. Marciano Vidal, <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i85.23780/17055>, acessado a 23 de Abril de 2024.

⁸³ Cf. Almeida, Maria Nilsa De, *O que Deus não uniu o homem pode separar: Casais católicos diante do processo de nulidade matrimonial*, Edições Loyola, (São Paulo, Brasil: 2010), 67.

não pretende dar uma explicação dogmática do matrimónio cristão, porém, advertir a todos nós para que vivamos a vida conjugal numa forma sã como a de Cristo à sua Igreja. Portanto, o marido deve representar a Cristo e a mulher a Igreja, e assim, o casal cristão tem o privilégio de dever missionário. O matrimónio é levado pelo amor e não pela inclinação erótica. O matrimónio no Novo Testamento deve ser monogâmico, isto é, só deve ser de um homem e uma mulher até a morte, porque Jesus Cristo não tem e não pode ter mais que uma esposa.

O outro elemento muito importante no Novo Testamento é da indissolubilidade do matrimónio, como a unidade que existe entre o Senhor e a Igreja (Mt 19, 6). O que Deus uniu não separe o homem, porque pela conjugação carnal o casal veio a ser uma só carne. Em Mc 10, 1-12 e Lc 16, 18, afirmam-se claramente que repudiar seu cônjuge e casar novamente embora possível na Antiga Lei, é proibido no reino da graça (cf. 1Cor 7, 10), porque comete-se adultério. Os evangelhos atestam a reação de Cristo ante a facilidade com que os homens repudiam a esposa (cf. Mt 5, 32). Esta prática tinha o respaldo da lei judaica”⁸⁴. No Novo Testamento “o casal, a família tornar-se-á Templo de Deus; o corpo dos dois unidos no Matrimónio é o lugar da visibilidade e da encarnação de uma aliança eterna”⁸⁵.

No Novo Testamento, a questão da família, Jesus o Messias, aparece como descendente de David e de Abraão (cf. Mt 1, 1). As alianças que se fizeram no Antigo Testamento, cumprem-se na pessoa de Jesus Cristo, que nascera na trajetória de uma família como mostra o texto, “*Genealogia de Jesus Cristo, filho de David, filho de Abraão:*” Mt 1, 1. O outro texto que poderá nos ajudar a compreender a questão da família no Novo Testamento é a seguinte: “*Ao iniciar o seu ministério, Jesus tinha cerca de trinta anos. Supunha-se que era*” Lc 3, 23. Rm 4,13 e Gl 3,6-16. estes textos dão continuidade à maneira como o antigo Testamento se aproximava do cumprimento das promessas no contexto da família.

“As declarações que envolvem matrimónio e família, no Antigo Testamento como no Novo Testamento, estão relacionadas à mensagem total das Escrituras, que dão

⁸⁴ Cf. Bedouelle Guy, Bruguès Jean-Louis e Becquart Philippe, *A Igreja e a Sexualidade*, Marcos históricos e perspectivas actuais, Editorial A.O. (Portugal- Braga: 2012), 19.

⁸⁵ Cf. Virgili, Rosanna, *Os aposentos do amor*, Amor Casal Matrimónio na Bíblia, Paulinas, (Lisboa: Paulinas, 2011), 148.

testemunho de Cristo (cf. Jo 5, 39) ”⁸⁶. Se no Antigo Testamento usava-se o termo “*casa*” para significar “*família*” (cf. Ex 20,2; Dt 12, 7; 15,20), o termo *casa* (*oikos*), também foi usado constantemente no Novo Testamento para significar família como veremos nos textos a seguir: “ide, primeiramente, às ovelhas perdidas da *casa Israel*” (cf. Mt 10, 6,); “ Saiba toda “*casa de Israel*”, com absoluta certeza, que Deus estabeleceu como Senhor e Messias a esse Jesus por vós crucificados ” (cf. At 2, 36); “(...) em que farei com a “*casa de Israel*” e a “*casa de Judá*” uma Aliança nova, (...)”, (cf. Hb 8, 8-10); e a casa de David (cf. Lc 1, 27-69; 2, 4).

Estes todos textos se referem a linhagem familiar. Logo, pode-se concluir que o Novo Testamento confere a instituição divina do matrimónio na criação, porém num sentido eclesiológico. Desta forma, implica afirmar que, no Antigo Testamento, o matrimónio e família encontra o seu desígnio na criação.

Ao passo que o Novo Testamento aponta o próprio Cristo que faz parte integrante de todo processo matrimonial entre os batizados. Enquanto se constata que o matrimónio torna uma imagem do amor incondicionado do próprio Cristo com a sua Igreja. Sesboué na sua obra afirma que: “existe uma especificidade no matrimónio cristão com relação ao matrimónio dentro da humanidade, que não é só de ordem ética e moral, mas por ser uma participação pela graça do espírito de Deus, na nova criação no corpo de Cristo.

Por isso torna sacramento”⁸⁷. Na minha compreensão, tanto Paulo assim como Jesus, apresentam a instituição do matrimónio abraçando o pensamento do Antigo Testamento, principalmente no Gênesis. Depois do percurso feito entre o Antigo e o Novo Testamento, agora, é preciso seguir em frente no “*Magistério da Igreja*” porem sem perdermos o âmago principal do tema (*matrimónio e família*).

2.5. A concepção do matrimónio e família no Magistério da Igreja

Ora, entre o Trento até o Concílio Vaticano II, foi a intervenção mais decisiva do magistério da Igreja sobre o matrimónio e a família, principalmente com a chegada da Encíclica “*Casti Connubii*” pertencente ao Sumo Pontífice Papa Pio XI. Numa primeira

⁸⁶ Cf. Maldonado, Jorge E, *Casamento e família*, uma abordagem bíblica e teológica, traduzido por Carlos Tadeu Grzybowski, (Kalamazoo Ave Se: 2006), 18.

⁸⁷ Cf. Sesboué, Bernard, *Pensar e viver a fé no Terceiro milénio: convite aos homens e mulheres do nosso tempo*, (Coimbra: Grafica Coimbra 2001), 308.

fase a nossa reflexão no Magistério, irá partir do Concílio de Trento principalmente da Encíclica acima mencionada, este por ser uma formulação que antecede a mudança personalista operada pelo Concílio Vaticano II à luz da Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”. Para além das duas fontes acima mencionadas, é imperioso trazer o pensamento geral da Exortação Apostólica do Papa João Paulo II “*Familiaris Consortio*” e a Exortação Apostólica “*Amoris Laetitia*” do Sumo Pontífice Papa Francisco, sem deixar de lado o Papa Bento XVI ou Ratzinger, nos seus pronunciamentos sobre o assunto. No entanto, em resumo, seria oportuno afirmar que, este ponto pretende acompanhar e observar os pronunciamentos pontifícios sobre a questão do matrimónio e família.

2.5.1. A Encíclica *Casti Connubii*

No que concerne a Encíclica “*Casti Connubii*”, o Sumo Pontífice teve a honra de recordar a todos sobre a santidade do matrimónio, principalmente o matrimónio cristão com os seguintes pontos: “a natureza do matrimónio cristão, da sua dignidade, das vantagens e benefícios que dele resultam para a família e até para a própria sociedade, dos erros dominantes relativamente ao matrimónio, dos abusos cometidos contra a união conjugal, e dos remédios a seguir”⁸⁸. Gostaria de recordar que esta Encíclica não foi a primeira. Mas também, tivemos a Encíclica do Papa Leão XIII, que fora publicada a 10 de Fevereiro de 1880 denominada (*Arcanum divinae Sapientiae*), que tinha como foco “pôr em relevo o carácter sagrado de toda união conjugal e condenar o contrato meramente civil e o divórcio”⁸⁹. Como se pode ver, a nova encíclica (*Casti Connubii*) não revoga as ideias, porém procura dar uma nova visão ou um novo rosto. A “*Arcanum*” procura estabelecer a sua doutrina e refutar categoricamente as aberrações das leis públicas. Ao passo que a “*Casti Connubii*” depois da sua introspecção condena os vícios que mancham a união conjugal.

A primeira verdade fundamentada pela *Casti Connubii*, traz consigo uma visão geral da Sagrada Escritura. “O matrimónio não foi instituído nem restaurado pelos homens, mas por Deus; não foi pelos homens, mas pelo restaurador da própria natureza, Cristo Nosso Senhor, que o matrimónio foi resguardado por lei, confirmado e elevado; por isso as leis não podem depender do homem e são imutáveis” (CC 5). Para confirmar

⁸⁸ Cf. Ferreira, Aires, *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii”*, 2ª Edição melhorada, (Braga: 1939), 9-10.

⁸⁹ Cf. Ferreira, *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii*, 11

esta ideia, são nos propostos quatro textos da Sagrada Escritura: (Gn 1, 27-28; 2, 22-23; Mt 19, 3; Ef 5,23). É desta forma que se define o matrimónio e família na *Encíclica Casti Connubii*.

“Quando se diz que o matrimónio recebe de Deus as suas leis, significa que as leis do matrimónio encontram na própria natureza do homem, prescindindo de toda a revelação. Estas leis são denominadas “*leis da unidade*”, “*perpetuidade*” e da “*indissolubilidade*”⁹⁰. Quando se fala dos “*bens do matrimónio*”, o Concílio de Trento segue o pensamento agostiniano. Estas considerações que se seguem fundam se na natureza do matrimónio. “A instituição do matrimónio reduz-se a três grandes bens que são ao mesmo tempo as três obrigações: *a prole*, a *fidelidade conjugal* e o *sacramento*”⁹¹. A Igreja reconhece e recebe o pensamento doutrinário agostiniano:

Na prole atende-se a que esta se receba com amor, se crie com bondade e se eduque religiosamente; *Na fidelidade*, atende-se a que, fora do vínculo conjugal, não se una nenhum dos cônjuges com outro homem ou com outra mulher; *no sacramento*, atende-se a que o matrimónio se não dissolva, e a que o repudiado ou a repudiada não se una a outrem, nem sequer para o fim de obter prole⁹².

Por sua vez, o Apóstolo Paulo afirma que, “a procriação dos filhos seja a razão do matrimónio, “*eu quero que as jovens se casem*” (1Tim 5, 14), para a procriação dos filhos, para serem mães de família” (CC 12). Portanto, este matrimónio que é natural goza de uma dignidade sacramental “porque, é um sinal sagrado que significa e produz graça”⁹³. No matrimónio os esposos fazem uma entrega total da sua própria vida um ao outro, permitindo que este amor cristão seja de facto um amor santificador. Para responder a esta realidade da dignidade, o amor conjugal deve ser sem reserva e sem fraude. “A fidelidade dos cônjuges exige em primeira instância a unidade absoluta do casamento que o próprio Criador esboçou no matrimónio dos nossos primeiros pais” (CC 20).

Por fim o documento conciliar mostra o matrimónio como sacramento. “O conjunto de tantos benefícios completa-se e coroa-se por este bem do matrimónio

⁹⁰ Cf. Ferreira, Aires, *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii”*, 2ª Edição melhorada, (Braga: 1939), 13.

⁹¹ Cf. Ferreira, Aires, *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii*, 25.

⁹² Cf. Ferreira, Aires, *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii”*, 25.

⁹³ Cf. Soares, J. A. Da Silva, *Paternidade consciente e responsável*, guia da vida matrimonial, 4ª edição atualizada, (Braga: 1969), 143.

cristão a que chamamos, com a palavra de Santo Agostinho “*sacramento*”, o qual significa a indissolubilidade do vínculo e também a elevação e consagração que Jesus Cristo do contrato como sinal e eficaz da graça” (CC 31). Ora, a conclusão que se dá sobre o matrimónio na “*Casti Connubii*”, não pode deixar de ser a repetição da nota conciliar com que abri este ponto. A “*Encíclica* marcou uma verdadeira viragem na leitura do matrimónio, tanto no campo moral assim como na área espiritual. Isto significa que o fim da linha ainda não foi atingido, mas que o problema ainda está aberto a uma nova etapa, isto é, no Concílio Vaticano II.

2.5.2. Concílio Ecuménico Vaticano II

A transmissão da autoridade torna-se cada vez mais problemática. No entanto, o Concílio Vaticano II, está consciente e preocupado dos males que apoquentam e minam o matrimónio e família. É o caso do “*divórcio*”, “*poligamia*”, “*amor livre*” e até outras deformações. Assim sendo, numa primeira fase encontramos a “*Gaudium et Spes*” que tem promovido a dignidade do matrimónio e família na sua totalidade.

A Constituição Pastoral (GS) aqui apresentada, definiu o matrimónio e família como “*a íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, ou seja pelo irrevogável consentimento pessoal*” (GS 48). De facto a comunidade dos esposos encontram a sua plena realização quando este torna fonte de vida. Os cônjuges para quem a fecundidade física é possível só se realizarão na sua totalidade levando a serio este mandado ou missão a eles confiado por Deus, porque por essência o amor passa a ser Criador.

Duma forma geral e resumida, no CV II, a instituição do matrimónio cristão, é projetado a partir da perspectiva personalista, por causa da exclusão total da manutenção das estruturas disciplinar e doutrinárias, justificando-se que a “*santidade familiar*”, o “*amor conjugal*” e a “*fecundidade*” fazem parte da missão eclesial. Razão pela qual, “o matrimónio e família são pensados na categoria de problemas mais urgentes, não de forma apologética, porem com “*abertura*”, “*misericórdia*” e “*diálogo*” (GS 46-52).

O capítulo I da segunda parte da Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, que mostra o fundamento base do matrimónio e família, apresenta as duas teologias nomeadamente: a “*inovação*” que fala em termos de aliança, e a “*conservadora*” que

fala como contrato. “Ela toma como princípio integrador para a harmonização dos dois fins do matrimónio a natureza da pessoa humana e seus atos” (GS 51). Com este ponto chega-se a conclusão de que, “é no Concílio Vaticano II, que pela primeira vez o matrimónio se define como uma profunda comunidade de vida e de amor conjugal”⁹⁴.

O Vaticano II principalmente no texto conciliar (GS) também sublinha a questão do caráter pessoal e integral do amor conjugal e dá pleno direito na sua afetividade assim como na sua expressão física. Considera-se o amor conjugal, na medida em que parte de uma pessoa e se dirige a outra pessoa. Segundo o Concílio Vaticano II, a função do amor conjugal é colocada em foco quando se fala da própria essência da graça sacramental: o Senhor, por um dom especial de graça e caridade, se dignou restaurar, aperfeiçoar e elevar esse amor” (GS 49). Ao passo que a Encíclica *Casti Connubii* ensina que a própria graça deve aperfeiçoar o amor natural, reforçar a sua unidade indissolúvel por fim santificar os cônjuges.

Portanto, falar do matrimónio e família no Concílio Vaticano II, é trazer uma reflexão profunda sobre a “*antropologia personalista*”. Assim sendo, na Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*,” o matrimónio e família foi apresentado com duas palavras-chaves que justificam esta denominação personalista: a “*comunidade*” e a “*aliança*”. Com base nos textos conciliares por mim estudados, o matrimónio é denominado como comunidade por três vezes: “comunidade de amor” (GS 47), “Comunidade profunda de vida e de amor e “*comunhão de toda vida*” (GS 50). Assim sendo, A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar” (GS 47). Por fim, a “Constituição convida a todos na promoção do matrimónio e da família. Ele destaca que a família é essencial para o bem-estar pessoal e social” (GS 52).

Por conseguinte tal reflexão nova que acontecia no Concílio Vaticano II, também foi materializado ou aceite pela Carta Encíclica “*Humanae Vitae*” de Paulo VI, e a Exortação Apostólica Pós-Sinodal “*Familiaris Consortio*” do Papa João Paulo II respetivamente. Esta Encíclica que se pronuncia sobre a reta transmissão da vida humana, encontra o seu principal fundamento na “*visão integral do homem*”, tomando

⁹⁴ Cf. Bedouelle Guy, Bruguès Jean-Louis & Becquart Philippe, *A Igreja e a sexualidade*, Marcos históricos e perspectivas actuais, Traduzido por Isaias Hipólito, Editorial A. O, (Braga: 2012), 105.

em consideração os elementos naturais e terrenos, sobrenaturais e eternos, sem dar espaço as visões unilaterais ou parciais.

“A carta Encíclica “*Humanae Vitae*”, escrita depois da conclusão dos estudos da supradita comissão, era uma resposta às questões morais sobre o tema do amor conjugal e da dimensão procriativa do sacramento do matrimônio, ambos relacionados aos problemas levantados por este documento”⁹⁵.

Contudo, no pensamento de Paulo VI, Deus é a própria fonte do amor conjugal, porque o matrimônio traz consigo algo de Sagrado. Não é fruto que vem ao caso, nem faz parte das forças humanas, todavia é um projeto na qual tem a sua origem o próprio Criador: “o matrimônio foi instituído pelo Criador, o que compromete em doação pessoal recíproca, própria e exclusiva dos esposos em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas” (HV 8). Em seguida, nos é apresentada as características que norteiam o amor conjugal: “*plenamente humano*”, “*total*”, “*fiel e exclusivo*” e “*fecundo*”.

É um amor “*plenamente humano*”, quer dizer ao mesmo tempo, espiritual e sensível. É um ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana. É um amor “*total*”, porque é uma forma muito especial de amizade pessoal, em que os esposos generosamente compartilham todas as coisas sem reservas indevidas e sem cálculos egoístas. É um amor “*fiel exclusivo até a morte*”, porque é um amor apropriado com a natureza do matrimônio e dela, como fonte, flui uma felicidade íntima definitiva. É um amor “*fecundo*”, porque não se esgota na comunhão entre os cônjuges, mas que está destinada a continuar-se, suscitando novas vidas (HV 9).

A Encíclica “*Humanae Vitae*” de sua santidade Papa Paulo VI, apesar da polémica por seu tema controverso, aborda o amor conjugal com dois fins a saber: “*unitivo ou união*” e “*procriativo*”. Segundo o Papa, esses dois fins são de caráter inseparáveis na sua natureza de ser. Paulo VI baseia-se aqui na doutrina tradicional da lei natural: “A Igreja exortando os homens ao cumprimento da lei natural interpretada pela sua doutrina permanente, ensina que o ato conjugal deve manter-se aberta à transmissão da vida”

⁹⁵ Cf. Figueiredo, Luiz Henrique Brandão, *Família e matrimônio: releitura de alguns documentos magisteriais antes do Sínodo em preparação para a sua acolhida*, acedido a 03 de Maio de 2024, <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25496/25496.PDF>.

(HV 4). Por sua vez, o Papa vai indicar o motivo da sua exigência afirmando categoricamente: “esta doutrina funda-se no vínculo indissolúvel, querido por Deus e que o homem por sua iniciativa não pode romper entre os dois significados do ato conjugal” (HV 12).

Sem mais de longa, o magistério pontifício pós-conciliar, irá continuar a reflexão sobre o tema do matrimónio e família. Contudo, este tema aqui apresentado, também esteve amplamente presente no magistério do Papa João Paulo II, principalmente na sua Exortação Apostólica intitulada “*Familiaris Consortio*”. “O Papa João Paulo II, considera como valores a solicitude da Igreja pelo matrimónio e pela família”⁹⁶. Esta exortação Apostólica, resulta de tanta reflexão por parte do Papa, juntamente com os Cardeais, bispos, padres, religiosos, leigos, a família, até mesmo a todo povo de boa vontade.

Pode-se afirmar que, na reflexão sobre o matrimónio e família, João Paulo II dá a continuidade das ideias ou dos ensinamentos que foram tratados nos dois documentos: na “*Gaudium et Spes*” e “*Humanae Vitae*”. Razão pela qual a “*Familiaris Consortio*” é assim considerada como o documento mais importante da doutrina do matrimónio e família. O Papa Francisco chama João Paulo II como Papa de família: “ neste serviço ao povo de Deus, São João Paulo II foi o Papa da família. Ele mesmo disse uma vez que assim gostaria de ser lembrado: como o Papa de família”⁹⁷. Dido isto, com palavras simples apresentar-se-á as ideias mais importantes de João Paulo II sobre o matrimónio e família.

Papa João Paulo II escreve esta Exortação Apostólica para tratar da função da família cristã no tempo presente. Por isso, logo na primeira parte, o Papa procura contextualizar a situação da família no tempo contemporâneo. “No entanto, conhecer a realidade ou as situações sociais e culturais em que o matrimónio e família se encontram hoje, é a exigência indispensável para a obra de evangelização no mundo atual” (FC 1). Na contemporaneidade a verdade do matrimónio e da família deve ser norteado pelo sentido sobrenatural da fé. “Neste contexto a Igreja tem o dever de evangelizar para um

⁹⁶ Cf. João Paulo II, Discorso in occasione dell'udienza ai partecipanti alla II assemblea plenária del Pontificio Consiglio per la Famiglia (26 maggio 1984), 1. Acedido a 07 de Maio de 2024 <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1984/may.index.html>

⁹⁷ Cf. FRANCISCO, *Homilia na Santa Missa de canonização dos beatos João XXIII e João Paulo II* (Praça de São Pedro, II Domingo de Páscoa ou da Divina Misericórdia: 27 de Abril de 2014) acedido a 07 de Maio de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20140427_omelia-canonizzazioni.html

novo humanismo, com a retomada do primado dos primeiros valores morais em que a ciência é chamada a se juntar a sabedoria. E para isso pede-se uma conversão” (FC 5-10).

Numa outra instância, a exortação faz menção sobre o desígnio de Deus em relação ao matrimônio e a família. Esta segunda parte, o Papa João Paulo II, inicia o seu discurso com os ensinamentos bíblicos sobre a criação. Portanto, Deus é o desígnio original da criação, razão pela qual deve ser modelo de toda família:

Deus criou o homem à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1, 26). Chamando-o a existência por amor, chamando-o ao mesmo tempo ao amor. Deus é amor (cf. 1Jo 4, 8) e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus escreveu nele a vocação ao amor e a comunhão (FC 11).

O matrimônio é imagem da aliança, isto é, um pacto entre Deus e o seu povo, com o seu definitivo cumprimento na união entre Cristo e a Igreja. Portanto, pelo batismo o homem e a mulher estão definitivamente inseridos na Nova e eterna aliança, e como-se não bastasse, o matrimônio entre o casal, ambos batizados dessa aliança indissolúvel. Para tal, pode-se afirmar que, segundo o pensamento do Papa João Paulo II, o amor conjugal que participa da vida de Cristo tem como características a “*unidade*”, “*indissolubilidade*”, “*fidelidade*” e “*fecundidade*”. A comunhão conjugal é o fundamento da mais ampla comunhão da família” (FC 11-16).

Na terceira parte João Paulo II fala do “papel e a importância de cada membro da família, seja como for: homens e mulheres, crianças, e os anciãos, cada um com suas particularidades, direitos e deveres, que precisam de serem atendidos” (FC 17-27).

Por fim, o Papa pronuncia-se sobre a educação dos filhos como primeira missão da família. Esta missão tem como o foco principal a transmissão do amor verdadeiro. Assim sendo, “é da responsabilidade da família a educação da moral. Conclui João Paulo II, com uma advertência e exorta aos Bispos, Sacerdotes, leigos e profissionais, a uma atenção maior para as causas familiares” (FC 73-85).

O outro documento a ser refletido numa forma rápida e resumida, será a carta “*Encíclica Deus Caritas Est*”. Este documento pertence ao sumo Pontífice Papa Bento XVI, e vem antes da Exortação Apostólica “*Amoris Laetitia*” pertencente ao Papa

Francisco. A que salientar que, este documento na sua abordagem não traz como tema central o matrimónio, porém toca os aspetos da teologia matrimonial o facto de dar o amor dentro da doutrina da moral crista. O Papa Bento XVI na sua Encíclica recorda a todos e a toda Igreja em geral que “*Deus é amor*”.

Ao recordar a Igreja que Deus é amor, Bento XVI, parte da teologia Joanina principalmente da primeira carta: “*Deus é amor, e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele*” (cf. 1 Jo 4, 16). “Estas palavras da 1 Carta de João exprimem, com singular clareza, o centro da fé cristã: a imagem cristã de Deus e também a consequente imagem do homem e do seu caminho. Mas também João oferece-nos por assim dizer, uma fórmula sintética da existência cristã” (DCE 1). Como vimos acima, a compreensão e a prática do amor parte da Tradição da Igreja e da Sagrada Escritura.

Dos fundamentos do matrimónio, amor entre mulher e homem, são tratados de forma clara nos números três (3) a oito (8), onde o Papa inicia o seu pensamento atualizando a palavras “*eros*”, na qual significava para o povo da Grécia antiga o amor entre homem e mulher. Segundo Papa Bento XVI “esta palavra somente é usada por duas vezes no Antigo Testamento e no Novo Testamento nunca foi usada, porém, o amor foi denominado por *agape*” (DCE 2). O “*eros*” é visto como o amor animalesco descendente, associado a prática sexual como meio de chegar a transcendência ou Deus. Ao passo que o “*ágape*” é visto pela Igreja, como o privilegiado, é o amor total infinito, eterno, ascendente, no qual é conseguida a ligação entre os homens com Deus. Logo, pode-se afirmar que o amor é visto como única realidade, porém com diferentes dimensões.

A doutrina cristã não exclui o “*eros*”, pelo contrário é de extrema importância para o amor matrimonial. Por natureza, o “*eros*” está mesmo contemplado na mulher e no homem, e é o elemento chave que leva ao homem a unir-se com a sua mulher. Lembrar que, esta união tem sido caracterizada pela “*unidade*” e a “*indissolubilidade*”. a compreensão de maturação do eros, também possui alicerces antropológicos, porque o ser humano goza de duas naturezas a saber: “*corpo*” e “*alma*”. Assim sendo “o desafio do eros pode considerar-se verdadeiramente superado, quando se consegue esta unificação” (DCE 5). O Papa Bento XVI não para por aqui, aína no mesmo número, ele afirma: sendo o ser humano uma unidade de espírito e matéria (*alma e corpo*), a consequência é que, para que o “*eros*” passa conduzir-nos para além de nós próprios,

requer um caminho de ascese, renúncias, purificações e saneamentos”(DCE 5). Para Bento XVI, o amor é uma realidade única, porém com dimensões distintas. Segundo ele, o amor matrimonial deve ser composto de ambas as dimensões. E assim sendo, constata-se uma valorização do corpo a partir de uma antropologia integral. Tudo isto, visa dar continuidade do aggiornamento da teologia matrimonial discutido no Concílio Vaticano II. O Pontífice Bento XVI, partindo do pressuposto da imagem de Deus que ama o seu povo com um amor de eleição, diz: “o matrimónio baseado num amor exclusivo e definitivo torna-se o ícone de relacionamento de Deus com o seu povo e, vice-versa, o modo de Deus amar torna-se a medida do amor humano” (DCE 11).

O matrimónio e a família estão radicados no âmago mais íntimo da verdade sobre o homem e sobre o seu destino. A Sagrada Escritura revela que a vocação ao amor faz parte da autêntica imagem de Deus, que o criador quis imprimir na sua criatura, chamando a tornar-se semelhante a Ele, na medida em que permanecer aberta ao amor⁹⁸.

“A família é o lugar onde a teologia do corpo e a teologia do amor se entrelaçam. É aqui que se aprende a bondade do corpo, o seu testemunho de uma origem boa, na experiência de amor que recebemos dos pais”⁹⁹. Numa outra análise do Papa, é na “família que o homem descobre a sua relacionalidade, não como indivíduo autónomo que se auto-realiza, mas como filho, esposo e pai, cuja identidade se fundamenta no fato de ser chamado ao amor, a receber-se de outros e a doar-se a outros”¹⁰⁰.

Depois da Encíclica “*Deus Caritas Est*”, o próximo e o último documento Pontifício a ser analisado neste trabalho será a Exortação Apostólica “*Amoris Laetitia*” do Papa Francisco. Este documento resume o pensamento do Francisco na sua relação com a sociedade, principalmente a questão da família. O Papa Francisco, ao falar da família como Igreja doméstica, parte da Sagrada Escritura e tem como ponto de

⁹⁸ Cf. Bento XVI, *Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no congresso internacional sobre matrimónio e família*, (Vaticano: Quinta-feira, 11 de Maio de 2006), acedido a 09 de Maio de 2024, <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/may.index.2.html>

⁹⁹ Cf. Bento XVI, *Discurso do Papa Bento XVI aos participantes num encontro promovido pelo pontifício instituto João Paulo II para os estudos sobre matrimónio e família* (Sala Clementina: Sexta-feira, 13 de Maio de 2011), acedido a 09 de Maio de 2024, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20110513_istituto_gpII.html

¹⁰⁰ Cf. Bento XVI, *Discurso do Papa Bento XVI aos participantes num encontro promovido pelo pontifício instituto João Paulo II para os estudos sobre matrimónio e família* (Sala Clementina: Sexta-feira, 13 de Maio de 2011), acedido a 09 de Maio de 2024, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20110513_istituto_gpII.html

referência a Sagrada Família como modelo a seguir. Logo no princípio Francisco afirma: “a alegria do amor que se vive nas famílias é também o júbilo da Igreja” (AL 1).

O Papa Francisco na sua Exortação Apostólica afirma “a fecundidade do casal humano é «imagem» vida e eficaz, sinal visível do ato criador” (AL 10). “A capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação. O Deus Trindade é comunhão de amor; e a família, o seu reflexo vivente” (AL 11). Em todos capítulos do documento, Francisco inspira-se na Sagrada Escritura. Ora, estas duas afirmações do Papa Francisco, faz-nos compreender que o documento (AL) é o resultado de um percurso sinodal, de uma experiência de escuta por parte da Igreja aos sinais dos tempos.

Francisco recorda que a bíblia está cheia de famílias, com histórias de amor e de crise, desde as primeiras páginas, com a Adão e Eva no Génesis até as últimas, com as bodas do Cordeiro e sua Esposa no Apocalipse, (cf. Gn 4; Ap 21, 2-9). Nesta primeira parte da exortação, Francisco mostra como o homem e a mulher se complementam na sua união conjugal, e fala dos filhos como resultado desta união. Porém, apesar das crises aqui mencionadas, Francisco convida a um gesto de ternura, isto é, capacidade de um entregar ao outro dando a sua vida total.

Em seguida, Francisco destaca os possíveis problemas e desafios que norteiam a família nos tempos de hoje; o bem da família contribui a todo custo uma sociedade boa e justa em diversas formas existencial: “O bem da família é decisivo para o futuro do mundo e da Igreja” (AL 31). Não acontecendo isto Francisco afirma que, podem existir situações que podem comprometer a missão da família na própria sociedade em que vivemos.

O outro elemento chave que não se pode ignorar, encontra-se no capítulo terceiro. Talvez no meu entender, este capítulo pode ser considerado o coração deste documento, na medida em que, segundo o Papa Francisco, procura fixar o olhar em Jesus, aquele que pode esclarecer a vocação da família. Com o próprio testemunho da família, é convidada a viver o Evangelho e ao mesmo tempo anuncia-lo. Desta forma, para explicar melhor a questão da “*evangelização*” e o “*anúncio*” Francisco cita a Exortação Apostólica “*Evangelii Gaudium*”: “Nada há de mais sólido, mais profundo, mais seguro, mais consistente e mais sábio que esse anúncio» e toda a formação cristã é, primariamente, o aprofundamento do *Kerygma*” (EG 165). “Pois bem, o que Deus uniu,

não o separe o homem” (cf. Mt 19, 3- 9). Isto pode significar que, o matrimónio sacramental está no plano de Deus. Estando no plano de Deus e sendo ícone da comunhão trinitária, deve consequentemente estar aberto á vida.

À luz de São Paulo, Francisco enumera alguns elementos chaves que devem estarem presente na vida do casal. No entanto, o Papa inspira-se no hino de São Paulo que fala da “*caridade*”, para sustentar as suas ideias: “Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine. (...). Agora permanecem estas três coisas: a “*fé*”, a “*esperança*” e o “*amor*”; mas a maior de todas é o “*amor*” (cf. 1Cor 13,1-13). Contudo, faz sentido apresentar essas características que fazem com que tenhamos um amor verdadeiro ao matrimónio: “O amor é paciente, atitude de serviço; a cura da inveja, não ser arrogante nem se orgulhar, amabilidade, não desprendimento, não se irrita, nem guarda ressentimento, não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade, tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta cf.1Cor 13, 4-7 ” (AL 90)

O outro elemento a ser destacado é a questão do “*amor que deve ser fecundo*”. Quando se refere da fecundidade do amor dos cônjuges, significa que, “o amor deve dar vida, e assim sendo, em nenhum momento o amor pode-se esgotar no interior do próprio casal. A realidade dos filhos é o reflexo vivo do seu amor, sinal da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do ser pai é mãe” (FC 14).

Francisco nas suas catequeses afirmava que: “a nova vida permite-nos descobrir a dimensão mais gratuita do amor que nunca cessa de nos surpreender. É a beleza de ser amado primeiro: os filhos são amados antes de chegar”¹⁰¹. No fundo, Francisco deixa claro sobre a defesa da vida, principalmente contra o aborto ou mesmo qualquer forma de violência.

Sem mais de longa, ao terminar esta parte do “*matrimónio e família*” na visão do Magistério, apresentar-se-á rapidamente as linhas gerais dos documentos aqui tratados. Portanto, o Concílio Vaticano II na Constituição pastoral “*Gaudium et Spes*” no seu quarto capítulo da segunda parte, “promoveu a dignidade do matrimónio e da família”. E na Constituição dogmática, no seu primeiro capítulo, afirma-se que “ os cônjuges

¹⁰¹ Cf. Francisco, *Audiência geral* (Quarta-feira 11 de Fevereiro de 2015), multimídia, acessido a 13 de Maio de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/documents/papa-francesco_20150211_udienza-generale.html

cristãos são em virtude do sacramento do matrimónio com que significa e participam o mistério da unidade do amor fecundo entre Cristo e a Igreja (...) (cf. Ef 5, 32), e fala-se da família como Igreja doméstica” (LG 11). Paulo VI na “*Humanae Vitae*”, salientou-se o seu vínculo anterior. Ao passo que João Paulo II define a família como caminho da Igreja peregrina. Bento XVI, na “*Deus Caritas Est*” destaca que “o verdadeiro matrimónio é sinal de relacionamento de Deus com o seu povo”. Por fim, Francisco traz a teologia do matrimónio e família na “*Amoris Laetitia*”. Neste documento o amor conjugal torna como lugar de alegria. Todos estes documentos parecem mostrar que o matrimónio é sacramento e não apenas um fenómeno humano. Portanto, além do magistério o tema do “*matrimónio e família*”, também teve a sua repercussão na teologia.

2.6. Matrimónio e família no pensamento teológico

Na perspetiva teológica representada por alguns autores como Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Karl Rahner, e Hans Urs von Balthasar, o tema do matrimónio e família não exclui uma justificação de cunho transcendental. Gostaria de recordar que, a questão em causa, isto é, o *matrimónio e família* é muito extenso e é muito debatido na atualidade. Aqui, far-se-á o brevíssimo resumo das ideias principais de cada um dos teólogos que fora a cima aludida. Segundo Schillebeeckx afirma: “em geral os padres da Igreja relacionavam o matrimónio com o milagre de Caná, por meio do qual, em sua opinião, Cristo tinha abençoado o matrimónio e o incluía no plano da redenção”¹⁰².

Com tudo, Agostinho é visto como o pioneiro a denominar o matrimónio à luz da carta aos Efésios (cf. 5, 32-33), de “*sacramentum*” num duplo sentido. As duas obras intituladas “*Dos bens do matrimónio*” e “*Da Santa virgindade*”, ambos pertencentes ao Santo Agostinho, afirmam categoricamente que, o matrimónio se torna bom (*bona*) porque contempla os três benefícios a saber:

Bonum prolis (o bem da prole), que a criança seja aceita com carinho e com o direito da educação responsabilmente, isto é, o matrimónio deve estar na base da fomentação familiar, com o acolhimento e educação dos filhos. Este designa-se como um bem primário e fundamental do matrimónio.

¹⁰² Cf. Schillebeeckx, Edward, *o matrimónio realidade terrestre e mistério de salvação* (petrópolis: vozes 1969), 223.

Bonum fidei (o bem da fidelidade), que não haja relações sexuais fora do matrimónio. Ora, a fidelidade mostra a sua unidade inseparável, isto é, indissolúvel e única exigida pela condição humana sexual que se dá na complementaridade de ambos os sexos.

Bonum sacramentum (o bem sacramental), que não haja separação, isto é, indissolubilidade da união a exemplo de Cristo e sua Igreja. o bem sacramental é a rocha que alicerça que mantém a potencialidade da indissolubilidade do vínculo. Grande é este mistério; mas eu interpreto-o em relação a Cristo e a Igreja. De qualquer modo, também vós: cada um ame a sua mulher como a si mesmo; e a mulher respeite o seu marido” (Cf. Ef 5,32-33). Ao apresentar estes bens, Agostinho vai identificando os problemas que norteiam a sociedade, e mostra o que é lícito ou não, como o caso de separação, o divórcio e outros problemas.

Segundo Agostinho, o matrimónio não é moralmente o mau, porque acarreta certos valores positivos na dimensão cristã. Agostinho também não exclui a hipótese de que, o matrimónio foi instituído por Deus para responder as necessidades humanas, sobretudo de companhia e promoção da raça humana. Segundo Agostinho, duas razões norteiam os bens do matrimónio: por um lado, ele vê no matrimónio um remédio á concupiscência, isto é, uma maneira de salvaguardar a santidade pessoal daqueles que não conseguem manter-se em estado celibatário e virginal. Logo, o matrimónio tem a finalidade de guardar o bem dos cônjuges. Por outro, o respeito dos filhos gerados. Este respeito deve-se basear no acolhimento, cuidado e na educação religioso. Portanto, o percurso foi muito breve e sucinto para o muito que Agostinho tem para oferecer sobre o matrimónio cristão. Concluimos assim, à luz de tudo que analisamos: “*o que Deus uniu não o separe o homem*”(Mt 19,6).

O aparecimento de Tomás de Aquino marca uma reação positiva na área da moral sexual sobretudo em relação rigorismo e do pessimismo excessivos. Aquino, se distancia do pensamento de Agostinho na suspensão de todo prazer: o prazer pode ser visto como um facto natural enquanto governado pela própria razão. “A sociedade inicial, aquela que a natureza apresenta antes de qualquer outra, é sem dúvida, a sociedade familiar caracterizada por *uma comunidade e estabelecida pela natureza em*

vista da existência quotidiana”¹⁰³. “O matrimónio aparece como exemplificação da Lei divina, ou seja, é tratado no contexto em que são Tomás explica a Lei divina. Toda a lei tem como objetivo a realização do plano de Deus para as suas criaturas”¹⁰⁴.

Ao falarmos da “*sociedade familiar*” e “*sociedade civil*” em São Tomás de Aquino, referimo-nos a união do homem e da mulher para o prolongamento da espécie através das gerações, educação dos filhos, assistência recíproca dos pais e a conservação do lar. Estes elementos acima referidos, fazem com que Aquino declarasse que o matrimónio deve ser indissolúvel e deve subsistir até ao fim da vida dos ambos os cônjuges, isto é, “a amizade conjugal pode subsistir por meio da virtude, da utilidade e do prazer”¹⁰⁵. Como pode-se conferir, Aquino explica a indissolubilidade do matrimónio não apenas na educação dos filhos, mas parte da comunidade indissolúvel de vida e de amizade.

A exigência de um casamento único e definitivo exprime essencialmente uma exigência que é inerente à relação amorosa entre um homem e uma mulher. Trata-se de uma verdade antropológica que ultrapassa uma especificação religiosa. O matrimónio sacramental assenta nas condições humanas que o fundam: a de um casamento livre, único e definitivo, ordenado para a educação dos filhos¹⁰⁶.

“O matrimónio é sacramental na medida em que, pela sua natureza humana, simboliza uma ação de Deus, e, pela sua natureza divina, realiza essa mesma ação, com o contributo ativo dos homens. o sacramento do matrimónio é sinal visível do amor de Deus aos homens”¹⁰⁷.

O teólogo “Hans Urs Von Balthasar”, para o tempo de sínodo dizia: o matrimónio como sacramento cristão não pode ser compreendido como um simples instituto natural, na qual se dá uma simples bênção. Mas deve ser visto como sacramento da “Nova Aliança”, porque este, se funda no acontecimento da redenção de Cristo que tem a sua origem no mistério da cruz. Balthasar fala de alguns elementos que foram cumpridas e

¹⁰³ Cf. Ameal, João, São Tomás de Aquino, *Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, Carta-Prefácio de Jacques Maritain. Da Academia Portuguesa da história, 5ª edição (Livraria Tavares Martins, Porto: 1961), 454.

¹⁰⁴ Cunha, Duarte da, Padre, *A Amizade segundo São Tomás de Aquino*, 1ª Edição (Lisboa: 21 de Junho de 2000), 235.

¹⁰⁵ Cf. Haring Bernhard, *o matrimónio: Problema Debatido*, pontos controversos, Edições Paulinas (São Paulo: 1969), 85.

¹⁰⁶ Cf. Igreja Católica. Pontifício Conselho para a família, *Léxico da família: Termos ambíguos e controversos sobre família, vida e aspectos éticos*, 1ª edição (Cascais: 2010), 731.

¹⁰⁷ Cf. Federação Portuguesa dos Centros de Preparação para o matrimónio, *Caminhada em matrimónio: um guia para noivos e família*, (S.l. CPM 2018), 121.

qualificados pelo acontecimento de Cristo Esposo, que se entregou numa cruz pela Igreja Esposa. É o caso da entrega, a fidelidade, a unidade, o sexo, a fecundidade, a pobreza, a castidade e a obediência. É esta entrega que constitui o fundamento do sacramento do matrimónio e não apenas o ato social pelo qual um homem e uma mulher se entregam um ao outro.

“O matrimônio tem como traços característicos: a totalidade, em força da qual os cônjuges se doam em todas as componentes da pessoa, físicas e espirituais; a unidade que os torna uma só carne; a indissolubilidade e a fidelidade que a doação recíproca definitiva exige; a fecundidade à qual ela naturalmente se abre”¹⁰⁸.

Por fim, Karl Rahner aprofunda este momento essencial do sacramento do matrimónio. Para Rahner, o amor conjugal representa o amor de Deus em Cristo pela humanidade. Assim sendo, no sacramento do matrimónio a Igreja torna-se presente. Ele (*matrimónio*) passa a ser verdadeiramente a mais pequena comunidade dos redimidos e santificados, cuja unidade se enraíza no mesmo fundamento sobre o qual a Igreja assenta. A este respeito, é preciso dizer que a celebração do sacramento entre pessoas batizadas é um acontecimento público, que explicita o amor e a graça que une Deus e os homens. “A participação de dois cristãos neste sacramento é possível graças ao poder que lhes é conferido pelo batismo de participarem ativamente nesta auto-realização”¹⁰⁹. Portanto, é com o teólogo Karl Rahner que se fecha este segundo capítulo.

Pode-se pós concluir que este capítulo foi muito enriquecedor, porque tratou-se da evolução do matrimónio e família na vida da Igreja, a partir da sua definição, o seu significado, sem deixar de lado o contexto Bíblico, Magistério e a Teologia. Assim sendo quatro pontos foram tratados de forma prévia, a fim de possibilitar ao leitor a máxima compreensão. Contudo, seguir-se-á para o terceiro capítulo que representa o coração deste trabalho.

¹⁰⁸ Cf. Concelho Pontifício «Justiça e Paz»: *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 1ª edição (Cascais: 2005), nº 217.

¹⁰⁹ Cf. Aguilera, Eduardo António Carranza, *O Casamento na Igreja e os Sacramentos*, acedido a 21 de Maio 2024, <https://pt.scribd.com/document/680422922/EL-MATRIMONIO-control-de-lectura-Rahner>

CAPÍTULO III: A TEOLOGIA CRISTÃ DIANTE DA ESPECIFICIDADE DA CULTURA LÓMWE

No terceiro capítulo, que constitui o coração deste trabalho, a atenção é sobre *a teologia cristã diante da especificidade da cultura Lómwe*. O tema do matrimónio e família é muito extenso e complexo, há uma série de aspetos teológicos, antropológicos, culturais, morais e éticos envolvidos. Neste último capítulo, o meu objecto de estudo centra-se em sete (7) pontos que são da máxima importância, sobretudo no que se refere ao matrimónio e a família no contexto Lómwe. O primeiro e o segundo ponto, procuram dar um panorama do matrimónio e família a partir da circuncisão, sem deixar de lado o ciclo vital que serviu como ponto de partida. Em seguida, visa mostrar os valores morais e éticos na circuncisão dos rapazes e das raparigas, que constitui um processo matrimonial. A terceira parte, se debruça sobre a consumação do matrimónio. E a última parte, propõe analisar os desafios atuais do matrimónio e família, sem deixar de lado a questão do celibato.

3. A compreensão do ciclo vital, na perspectiva Lómwe

O ciclo vital refere-se em princípio, às fases nas quais se divide o período de vida de um individuo. Este processo (ciclo vital) compreende-se entre o nascimento até a morte.

Segundo Elias Ciscato, “com a expressão «ciclo vital» entende indicar o ciclo indefinido da vida-morte. A morte é consequência inevitável da vida, mas ao mesmo tempo, é valorizada como condição de vida. Sem morte não há vida, a morte é um valor de vida”¹¹⁰. E ainda mais, “existir é devir e cada devir é visto biologicamente como um nascer, crescer, morrer e renascer. Cada mudança (física, social, moral) é uma morte da qual provém a vida”¹¹¹. Para o povo Lómwe, o ciclo vital é uma realidade sagrada, porque não se pode falar dos acontecimentos humanos, matrimónio, família, os ensinamentos morais e éticos, etc, fora do espaço vida-morte.

Martinez, na sua cosmovisão considera “a vida (*Ekumi*) como o eixo da roda da existência e como a meta para a qual todos os homens caminham e para onde todos os indivíduos e toda a comunidade regressa...”¹¹². Para o nosso autor, a vida é vista como “a lei fundamental e a aspiração suprema da sociedade Lómwe; penetra toda a estrutura

¹¹⁰ Cf. Ciscato, Elias, *ao serviço Deste Homem*, Apontamentos de Iniciação Cultural: edições Paulistas-africa, (Maputo- Moçambique,1989), 66.

¹¹¹ Cf. Ciscato, *ao serviço Deste Homem*, Apontamentos de Iniciação Cultural,66.

¹¹² Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical,1989), 83.

comunitária, social, familiar e aparece nas suas expressões culturais, caracterizando a sua maneira de ser, de pensar e de estar no mundo”¹¹³. Contudo, Martinez resume o seu pensamento sobre a vida, apontando três (3) dimensões a saber: dimensão comunitária, pessoal e religiosa:

A dimensão comunitária: na sua primeira fase, a vida deve ser considerada no seu aspecto comunitário. “a vida, por princípio, não pertence ao indivíduo, mas à família, ao grupo de família, à comunidade”¹¹⁴. Ora, falar da dimensão comunitária, é sim referir-se antes de tudo, “crescer com”, isto é, aperfeiçoar a vida relacionando-se com os outros. Por um lado, esta relação pode ser compreendida num sentido horizontal, isto é, relação com a natureza e o povo. Por outro, num sentido vertical: relação com o Criador (Deus).

A dimensão pessoal: a dimensão acima mencionada, “nunca pode vir a negar nem destruir a personalidade individual, visto que este se enriquece, cresce integralmente, na medida em que vive e participa da vida da comunidade”¹¹⁵. Na dimensão pessoal, “a vida é completamente dinâmica e um processo. Para os Lómwes viver é uma atividade contínua, que implica várias fases pelas quais ele tem que passar”¹¹⁶.

A dimensão religiosa: sobre o questão da religião, Martinez afirma que: “o sagrado é imanente e dinâmico, está presente e actua constantemente na vida quotidiana do homem Lómwe. Deus (*Muluku*), a pessoa (*Mutthu*) e o cosmo (*Elapo Yothene*), formam a permanente unidade existencial e dinâmica da sociedade Lómwe”¹¹⁷. Segundo a minha experiência, eu como um dos membros da sociedade em causa, de facto, vejo esta grande relação que existe entre Deus (*Muluku*), a pessoa (*Mutthu*) e o cosmo (*Elapo Yothene*). Por isso, no pensamento Lómwe o sagrado não é vivido separadamente do profano. Portanto, “o ciclo vital é constante e dinâmico, porque se apoia em Deus que é a fonte da vida”¹¹⁸.

Por consequente, como não podemos tratar de tudo sobre o ciclo vital, agora concentrar-me-ei no que podemos chamar de nascimento. O nascimento de uma vida nova constitui um dos elementos mais importante na compreensão da própria

¹¹³ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 83

¹¹⁴ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 84

¹¹⁵ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 85

¹¹⁶ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 86

¹¹⁷ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 88

¹¹⁸ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 88

circuncisão. Logo, não teria sentido falar do rito da circuncisão antes do nascimento, porque o nascimento de um indivíduo antecede a circuncisão.

Quando tratava da organização política do povo Lómwe neste trabalho (págs. 10 até 14), fiz referência de como o povo era organizado e como era feita a continuidade desta organização social. No entanto, Martinez faz uma grande revelação sobretudo no que diz respeito ao nascimento de uma nova criança:

O nascimento de uma criança é um dos acontecimentos mais importantes da sociedade Lómwe. A criança é desejada e esperada pelos pais, pelos responsáveis e membros da família, pelos habitantes e finalmente, por todos os membros da sociedade, porque todos amam a vida e desejam que esta continue. Por isso, o nascimento de uma criança é motivo de festa para toda a comunidade, dia de alegria para todos¹¹⁹

Para finalizar este ponto que serviu de contextualização, sublinho sobretudo alguns elementos importantes. Por um lado, a vida é vista como um dom recebido gratuitamente da fonte vital (Deus), e os intermediários (os antepassados do povo). Cabe ao homem assumir com muita responsabilidade estes dons recebidos, e tornar valer moralmente dentro da sua sociedade. Por outro, a vida prevalece como transmissão. Para o povo Lómwe, em nenhum momento se pode negar a transmissão da vida, e quem não o fizer condena-se a si mesmo e torna-se inimigo da sociedade.

Para os Lómwes, a transmissão da vida é o primeiro objetivo da união matrimonial. Martinez dizia que, “o homem e a mulher, ao casarem-se, colocam-se ao serviço da vida e são instrumentos comunitários através dos quais a comunidade recebe a vida como um dom e transmitem-na como uma homenagem a quem lha deu”¹²⁰. O Papa Francisco por sua vez, faz uma ressonância sobre o acolhimento de uma nova vida e diz ele: “a família é o âmbito não só da geração, mas também do acolhimento da vida que chega como um presente de Deus. Cada nova vida permite-nos descobrir a dimensão mais gratuita do amor que nunca cessa de nos surpreender”(AL 166).

3.1. A circuncisão como princípio moral e ético para o matrimónio na sociedade Lómwe

Antes de tudo é importante nos perguntar, o que realmente significa a circuncisão e porque é tão importante fazer menção na vida do matrimónio e família no seu contexto

¹¹⁹ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 89

¹²⁰ Cf. Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 104

Lómwe? Depois da pequena reflexão introdutória que servira de alicerce no primeiro ponto deste capítulo, agora é o momento oportuno de tentarmos responder a questão acima colocada, sobre a circuncisão e a sua importância no tema.

Por um lado, apesar da circuncisão pertencer a um dos elementos culturais na maioria dos povos africanos, por outro, ela (a circuncisão) é o ponto importante na vida do indivíduo porque moralmente marca uma mudança radical de cada um que a recebe. Ora, numa primeira fase, pode-se afirmar que a circuncisão faz parte de um dos elementos do ciclo vital do povo Lómwe. A circuncisão é um dos princípios morais na qual o indivíduo é reconhecido como adulto, na sua forma de agir, na sua capacidade autónoma moral e na sua forma de transmissão dos valores dentro da família em que se encontra.

José António da Silva Soares, afirma que “O fundamental é que, é nesta fase da heteronomia (diversas regras) que se transmitem os valores próprios da cultura de origens, e que por sua vez transformam-se como regras de vida social que resulta na capacidade da autonomia moral”¹²¹. John S. Mbiti na sua obra (*Introduction to African religion*), afirma que “a circuncisão é a porta de entrada para o matrimónio”¹²². Mas também na construção da própria família, ideias da minha autoria.

Na visão de Mbiti, esta é uma das características mais acentuadas da circuncisão. É o período de reclusão, na qual aprendem muitas coisas como é o caso da vida do seu povo, a sua história, as suas tradições, as suas crenças e, sobretudo de como constituir família. Diz Mbiti que: “os mistérios morais, éticos tradicionais e todos os segredos da vida matrimonial e familiar são desvendados neste momento, para prepará-los o que está por vir”¹²³. Ora, o autor que acabamos de citar, parece que viveu completamente o contexto Lómwe. De facto, segundo os Lómwes, esta ideia de não se casar antes da circuncisão do indivíduo prevalece até então. Os Lómwes acreditam que, a circuncisão purifica o indivíduo e este por sua vez torna um homem novo, capaz de formar uma família almejada na sociedade em geral.

Francisco Lerma Martinez, apresenta-nos três elementos chaves da importância do rito de iniciação da circuncisão:

¹²¹ Cf. Soares, José António da Silva, *A Família um projecto: Guião para encontros de jovens, casais e família*, 2ª edição (Fátima: Eds. Do Santuário 1993), 59.

¹²² Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 2ª edição, (United State of America: 1975), 94

¹²³ Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 94.

A circuncisão é o rito de separação, com os quais o indivíduo abandona o seu anterior estado social, isto é, a infância; a circuncisão é um rito liminar, pelo qual o indivíduo vive uma particular transformação da sua personalidade em clima de separação física, social e moral; por fim, a circuncisão é o rito de incorporação na situação normal da sociedade, pela qual o iniciado, ao deixar atrás de si o período marginal (assim considerado) e ambíguo, se agrega a vida social, na nova condição de adulto, membro da comunidade para todos os efeitos¹²⁴

Portanto, todas estas realidades que acabamos de aferir acima, sobre o significado global da circuncisão à luz do Martinez, fazem parte do pensamento do povo Lómwe. Com o rito da circuncisão, o indivíduo goza da sua liberdade social, porém, não somente uma liberdade cultural, mas também moral e ético. Assim sendo, os Lómwes partem do pressuposto cultural, para demonstrarem o seu valor moral. Daí que não se possa falar dos valores morais do matrimónio e da família sem que tenhamos presente os princípios culturais do povo.

Contudo, os ritos da circuncisão “ordenam, classificam e orientam, salvam do caos e da desordem, tendo assim um papel de harmonização, cumprindo ao mesmo tempo uma função terapêutica e moral”¹²⁵. Este rito aqui presente, faz parte ao ciclo da vida, razão pela qual, não poderia falar da circuncisão sem fazer menção do mesmo (ciclo de vida). A estes argumentos que acabamos de expressar, terminamos este ponto com as afirmações que se seguem:

A primeira hipótese é baseada na afirmação de que, a circuncisão faz parte de um dos elementos chave da vida de cada indivíduo. Assim sendo, ela (circuncisão) promove o estado produtivo unindo-a à comunidade; une o masculino com o feminino, a paternidade com a maternidade, sinalizando a permissão oficial para se casar e ter filhos. A circuncisão trás consigo uma ligação entre os vivos e os mortos, o visível com o invisível, porque no contexto Lómwe, depois deste rito o indivíduo pode realizar rituais religiosos. A segunda hipótese é de que a circuncisão torna-se como que uma marca de unidade com o povo. O indivíduo é selado ao seu povo assim vice-versa. E esta forma de aliança, de pacto entre o recém-iniciado e o seu povo, é um passo profundamente religioso. Por último, pode-se constatar que, a circuncisão prepara o

¹²⁴ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 110.

¹²⁵ Cf. Osório, Conceição & Macuácuá, Ernesto, *Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos*. Construindo identidade de género, (Maputo: 2013), 71.

indivíduo para a fase mais responsável da sua vida, que é o matrimónio e a criação da sua família.

3.2. Os valores morais e éticos na circuncisão dos rapazes e das raparigas

Tal como foi a análise do ponto anterior, o tratamento deste tópico será exemplificado mas bem aprofundado com questões relacionados a valores morais e éticos a partir da circuncisão dos rapazes e das raparigas. A pergunta que não se quer calar é: já que as disposições de cada indivíduo e a sua acção têm sempre como função uma partilha de valores e padrões comuns, será que podemos falar dos valores morais na circuncisão dos rapazes e raparigas fora do contexto cultural do povo em questão?

Sobre esta questão colocada anteriormente, e segundo a minha consciência e experiência pessoal, diria que não. No contexto africano, principalmente os Lómwes, em nenhum momento podemos falar do valor moral do matrimónio e família fora da sua cultura. Para os Lómwes, os valores morais estão intimamente ligadas com a cultura, isto é, com os rituais do povo.

Segundo Maria da Assunção Carqueja Rodrigues, “no seu significado tradicional e vulgar, designa-se por Moral o conjunto de regras de conduta e de costumes que caracterizam uma determinada coletividade”¹²⁶. No mesmo fio de pensamento, “a Moral surge para a criança e adolescente como um poder invisível que os adultos impõem disciplinando os seus impulsos, norteando as suas atitudes, compelindo-os a certos actos”¹²⁷.

Ora, o autor não termina por aqui, e vai mais além “em todas as morais tradicionais o duplo critério de Bem e Mal aparece como fundamento das regras de conduta. Deve evitar-se o que é mal e fazer-se o que é bem. Portanto, a Moral envolve acção na medida em que o bem é qualquer coisa que é preciso fazer”¹²⁸. Contudo, “a educação para uma conduta moral e ética que promove o bem da comunidade desempenha aqui um papel crucial e decisivo”¹²⁹. Este rito da circuncisão dos rapazes e das raparigas, é

¹²⁶ Cf. Rodrigues, Maria da Assunção Carqueja, *A dimensão moral nas comunidades africanas de expressão banto*, (Porto: Separada do nº. 3 da revista africana universidade Portuguesa 1988), 281.

¹²⁷ Cf. Rodrigues, Maria da Assunção Carqueja, *A dimensão moral nas comunidades africanas de expressão banto*, 282.

¹²⁸ Cf. Rodrigues, Maria da Assunção Carqueja, *A dimensão moral nas comunidades africanas de expressão banto*, 282.

¹²⁹ Cf. Bujo, Bénétet, *Foundations of an african ethic: Beyond the universal claims of western morality*, translated by Brian McNeil, (New York: The Crossroad Publishing Company, 2016), 24.

acompanhada de vários elementos, como é o caso de cantos de ensinamentos, os contos, lendas, provérbios e conselhos, que por sua vez desempenham um papel decisivo para o indivíduo. Todos elementos acabados de mencionar, estão em vista do bem comum de toda sociedade Lómwe. Um (1) dos provérbios educativo que nunca pode sair na mente das pessoas é:

*“Se uma árvore não for colocada numa posição vertical, desde muito cedo, permanecerá torta para sempre”*¹³⁰. Para os Lómwes, isto significa que, se uma criança não for corrigida ou não lhe forem transmitidos os valores morais a partir da sua infância, quando crescer pode ser tarde demais para aprender o comportamento correto. Existem vários, porém, nós trouxemos este para facilitar na compreensão dos porquês os rapazes e as raparigas são submetidos/as a vários ritos tão cedo.

Todos estes conselhos que são transmitidos em forma de cantos, contos, fala, provérbios, ritos da iniciação, têm um valor moral vivo para o presente e o futuro. A moral assim transmitida, tem um carácter principalmente sapiencial, que servirá para todas as situações da vida. Talvez posso-me arriscar e afirmar que, nesta sociedade (os Lómwes), são poucos os que têm a escrita como forma de comunicação. Posso estar errado, porém falo pela minha experiencia, já que eu também faço parte da mesma sociedade em estudo. Bujo afirma:

Numa sociedade em que a palavra falada é mais importante que a escrita, o convívio com pessoas idosas e experientes tem sido uma tarefa essencial da vida, pois os rapazes e raparigas que crescem, não só devem aprenderem a dominar a vida, mas também adquirir a arte de falar. Os provérbios que expressam a síntese das experiencias passadas, desempenham um grande papel para o futuro e para as gerações vindouras. Mas como esta moralidade é sapiencial, as virtudes comunicadas e adquiridas por meio de contos, falas, provérbios, não se destinam a serem aplicadas de maneira estática as diversas situações da vida¹³¹.

Portanto, o rito da iniciação acarreta alguns elementos importantes na vida de cada indivíduo. Em síntese, aqui estão alguns elementos chaves: físico, psicológico e sociológico. Porém, as suas implicações morais são mais ou menos idênticas.

¹³⁰ Cf. Bujo, Bénétzet, *Foundations of an african ethic*, 24

¹³¹ Cf. Bujo, Bénétzet, *Foundations of an african ethic*, 25

O elemento físico, “geralmente inclui cinco etapas significativas: reclusão (afastamento voluntário do convívio social), instrução (transmissão de conhecimentos: culturais, morais, etc), impressão física, integração e aliança. Estes elementos são responsáveis na construção dos “serviços divinos, incorpora o código moral do grupo ético e simboliza a unificação de toda a organização tribal¹³²; tendo como finalidade o bem comum. A reclusão significa a morte da qual os iniciantes só serão libertados pela integração na comunidade após o processo de iniciação.

Como foi dito acima deste trabalho, o povo Lómwe transmite os seus valores morais através dos provérbios, enigmas, canções, danças, e bem como outras fontes de sabedoria dos antepassados. Estes elementos aqui mencionados emanam a orientação moral de toda comunidade.

O elemento instrução, “sublinha a relação entre uma comunidade humana e um determinado ambiente físico, a verdade de que a vida humana se assemelha á natureza, da qual nem o indivíduo nem a sociedade são independentes”¹³³. Ora, quando se trata da moral ou ética na vida do indivíduo ou sociedade, principalmente na fase de instrução, temos cinco áreas a saber: “religião, o mistério da vida e da morte, virtudes doméstica e sociais, sexo e sexualidade e formas de auto-identidade”¹³⁴. Estes elementos têm o seu objetivos: o reconhecimento do valor absoluto da vida.

Assim sendo, Deus é visto como o grande ancestral que dá a vida moral a todos; ele é o exemplo, a plenitude moral está em Deus, por isso deve ser protegido e garantir que toda sociedade deve observar todas as exigências éticas e morais da religião; o indivíduo que recebeu a circuncisão deve ser o exemplo para a sociedade em que se situa.

Portanto, sem me alongar neste ponto, termino elencando alguns elementos importantes que nos facilitam a compreensão dos valores morais da circuncisão tanto dos rapazes como das raparigas. A circuncisão em ambos os géneros (rapazes e raparigas), visa estabelecer a identidade como membro de um determinado grupo étnico e une de uma forma geral e especial aos antepassados. Me parece que, esta ideia não constitui novidade, porque já fiz referência ao longo do primeiro capítulo.

¹³² Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, (Maryknoll, New York: Orbis books 1997), 96.

¹³³ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 97

¹³⁴ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 97

O outro elemento muito importante visa afirmar que, o processo da circuncisão que tem o caráter transformador dos rapazes para serem homens, e das raparigas para serem mulheres, aponta como o fim último o matrimónio e a família. Segundo os Lómwes, o matrimónio e família são expressões de caráter importância para a continuidade da vida. Na lógica do povo Lómwe, sem a circuncisão, o matrimónio é visto como algo incompleto.

O matrimónio é visto como incompleto, porque sem a circuncisão, os rapazes e as raparigas não têm a responsabilidade total de abraçar a vida humana como ela é realmente. No entanto, “o matrimónio, família e a procriação têm a maior importância no pensamento moral do povo Lómwe”¹³⁵. De tudo que foi dito, Francisco Lerma Martinez, resume em uma só frase: a circuncisão dos rapazes como das raparigas, tem como finalidade “transformar-se em homem ou mulher e encontrar o próprio lugar na sociedade”¹³⁶.

3.3. O processo matrimonial

Como já discuti detalhadamente o ponto anterior sobre o valor moral da circuncisão dos rapazes e raparigas, agora limito-me aqui trazer uma breve apresentação ou reflexão no que concerne o processo matrimonial e familiar na visão Lómwe. Assim sendo, gostaria de advertir ao caro leitor que, o tratamento deste assunto vai ser muito resumido. Resumido não no seu sentido do conteúdo mas sim na sua extensão de apresentação. Achei melhor assim fazê-lo, também para dar uma grande importância ao ponto que se segue.

Francisco Lerma Martinez na sua obra afirma: na sociedade Lómwe, “como em qualquer sociedade humano, a idade adulta é caracterizadas, sobretudo, pela formação de uma família através do matrimónio”¹³⁷. Quando falava do ciclo vital, apontava o matrimónio como uma das etapas muito importante, porque implicava a mudança de família e de residência de um dos cônjuges. “A este respeito é oportuno dizer desde já

¹³⁵ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 105.

¹³⁶ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 152.

¹³⁷ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 157.

que o matrimónio é “exorilocal ou matrilocal”¹³⁸ e, por isso, é o noivo que se integra no grupo familiar da esposa¹³⁹.

Antes de tudo, não é conveniente falar do processo matrimonial sem que tenhamos presente alguns aspectos mais destacados. O primeiro aspeto a mencionar é o *aspeto vital* que fora mencionado anteriormente. Vital porque o matrimónio funda-se nos antepassados, razão pela qual se diz, casar-se é uma forma de formar a família, e ter onde viver (casa) é cultivar.

O aspecto económico: na sociedade Lómwe, raramente se pode falar da instituição do “dote matrimonial”¹⁴⁰ para a realização do matrimónio. Porém, pode-se falar do factor económico, no sentido de que, a família da noiva enriquece na medida em que recebem um novo membro. “Com os serviços que o noivo prestará, com o seu trabalho, a família da mulher crescerá, não só em número mas também economicamente”¹⁴¹.

O aspecto exogâmico: na sociedade Lómwe é rigorosamente proibido casar-se com a mesma linhagem. Quem assim fizer é mal visto dentro da família, assim como na sociedade em geral. É considerada uma pessoa que está à margem da lei moral. E como consequência, a pessoa é excluída em vários serviços sociais, religiosos e políticos. As normas morais também proíbem casar dentro do próprio grupo familiar entre aqueles que têm o mesmo nome apelido “Nihimo”¹⁴².

O aspecto matrilocal: o matrilocal não defere muito do aspecto económico. Ora, o matrilocal acontece quando o cônjuge masculino depois da consumação do matrimónio, muda-se para construir e viver na casa ou na região da sua esposa ou mãe da esposa.

Com tudo, “acredita-se em muitas sociedades africanas que, deste o início da vida humana, Deus ordenou ou ensinou as pessoas a casarem e a terem filhos. Portanto, o matrimónio é visto como um dever sagrado que toda pessoa normal deve cumprir”¹⁴³.

¹³⁸ . Costume tradicional que diz respeito à regras ou ao padrão de matrimónio que determina a morada de um novo casal em casa da mulher ou junto da sua comunidade de origem.

¹³⁹ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 157.

¹⁴⁰ . Designação do conjunto de posses ou quantia monetária levada para o casamento pela noiva. É uma forma de adquirir os bens materiais na parte do noivo (comida, bebidas, roupas, etc...) e valores avultados de dinheiro, para a família da noiva.

¹⁴¹ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 162.

¹⁴² . Nihimo:

¹⁴³ Cf. Bujo, Bénézet, *Foundations of an african ethic: Beyond the universal claims of western morality*, translated by Brian McNeil, (New York: The Crossroad Publishing Company, 2016), 98.

Assim sendo, torna-se importante referir qual é o caminho ou processo que se deve seguir para alcançar o matrimónio almejado. Ora vejamos:

a). A primeira fase do processo matrimonial é denominada de *período de negociação*. Segundo Martinez: “todo processo matrimonial começa com a fase de negociação entre as famílias dos noivos. O acordo entre as famílias é o primeiro acto de uma série de sequências rituais matrimoniais”¹⁴⁴. Normalmente, este período obedece cinco (5) elementos a saber: o conhecimento dos noivos, consulta da autoridade familiar, o acordo, a primeira aceitação, por fim, a entrega do noivo à família da noiva.

O conhecimento dos noivos, normalmente tem acontecido em várias ocasiões da vida, isto é, nos eventos sociais, religiosos, políticos e culturais. A partir deste momento, os noivos apresentam vários sinais de paixão, porém a resposta de aceitação ou de confirmação de que cada um/uma está a viver um momento de paixão ou não, é feito por sinais. O primeiro consentimento de aceitação ou de negatividade pode consistir por um sorriso, um olhar ou qualquer outro gesto que demonstra interesse ou desinteresse.

A consulta da autoridade familiar e o acordo, acontece quando o noivo animado pelos sinais da rapariga, aproxima o seu tio materno, que é autoridade máxima da família, para manifestar o desejo de se casar com a rapariga. Depois o ancião da família do noivo entra em contacto com a família da noiva, iniciando assim o tempo de negociação propriamente dita.

A primeira aceitação e a entrega do noivo à família da noiva, acontece depois de um período de tempo de negociação e reflexão entre as duas famílias, isto é, do noivo e da noiva. A família da noiva depois de receber os pedidos da família do noivo, têm a ousadia de investigarem o comportamento do noivo e toda sua família. Depois desta investigação rigorosa da parte da família da noiva, “é comunicada a família do noivo que o resultado das investigações foi positivo e que, por isso, aceitam o jovem como esposo de sua filha”¹⁴⁵. Com esta resposta da parte da família da noiva, segue-se a marcação do dia e da hora para a apresentação e a entrega total do mesmo. Assim, o

¹⁴⁴ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 163.

¹⁴⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 164.

noivo que acaba de contrair o matrimónio tem a sua nova morada na qual poderá permanecer para toda sua vida.

b). A segunda fase é conhecida como *período de prova*. O período de prova normalmente tem sido um ano inteiro, onde o homem e a mulher devem demonstrar as suas qualidades morais na vida prática. Francisco Lerma Martinez diz: “o jovem deve convencer a família da sua esposa de que é homem adulto e trabalhador, capaz de ter filhos, de formar uma família e alimentá-la, construir a casa e defender a sua mulher de qualquer perigo”¹⁴⁶.

O mesmo se diz também para a mulher. A mulher deve mostrar ao seu marido, familiares e a sociedade em geral, tudo aquilo que ela recebeu no rito de iniciação: a responsabilidade de ser mãe, ser capaz de conceber e dar a luz, tratar da melhor forma o seu marido e a todos que chegam à sua casa, e ter uma consciência moral tranquila. Este período é de máxima importância para os cônjuges. Importantes porque os esposos devem a todo custo cultivar certas virtudes morais, de modo que a sua união não seja banalizada dentro da sociedade. Os cônjuges devem pôr acima de tudo o amor verdadeiro, porque estes dois serão os promotores da família.

3.3.1. A consumação do matrimónio na sociedade Lómwe

A sugerida consumação do matrimónio na sociedade Lómwe algo que falaremos neste ponto, tem como o seu ponto de partida a festa comunitária. O processo matrimonial que foi o ponto antecedente, nos ajudou um pouco a contextualizar o passo consequente. Segundo o povo Lómwe, o matrimónio encontra o seu ponto máximo na festa comunitária, como afirma Martinez:

O processo matrimonial culmina com uma festa comunitária, em que participam todos os membros das famílias que se unem, as autoridades da aldeia e toda a população. Entre os Lómwes, a realização desta festa comunitária é o momento ritual mais importante de todo o processo matrimonial, porque por meio dela, o casamento adquire o reconhecimento social definitivo¹⁴⁷

¹⁴⁶ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 165

¹⁴⁷ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 168

Ora, esta festa comunitária começa na sua maioria com os oferecimentos dos sacrifícios aos antepassados. Os antepassados “Makholo”¹⁴⁸ são considerados como primeiros guardiões dos novos esposos. Este sacrifício é orientado com o chefe mais velho da família da jovem e, muitas vezes tem-se realizado numa árvore específica chamada “Mutholo”¹⁴⁹.

Para que isso aconteça, usa-se alguns produtos alimentares, como é o caso de farinha, feijões, o arroz e o vinho tradicional. Esta cerimónia faz-se em forma de ladainhas com os nomes dos antepassados mais importantes, e tem como finalidade pedir a proteção contra as forças do mal, isto é, feitiçaria “Okhwiri”¹⁵⁰, contra as doenças, e toda espécie de desgraça.

A outra finalidade da cerimónia, é implorar aos antepassados para que ajudem a todo custo, os cônjuges na abundância de bens materiais, morais e espirituais: comida, dinheiro, saúde, muitos filhos para o novo lar, bom senso na vida quotidiana, e o amor verdadeiro, que possa lhes levar até ao fim dos tempos. Estas cerimónias preparam aos jovens a fase mais responsável da sua própria vida. Quando se fala de vida, se refere do matrimónio e a criação de família.

Contudo, depois de terem passado pelas cerimónias, isto é, a circuncisão e a festa comunitária, já não há nada que os impeça de se envolverem sexualmente e terem filhos. No entanto, até esta fase eles estão sob a obrigação solene de fazê-lo. Ora, o pensamento Lómwe não está longe do pensamento bíblico sobre o matrimónio e família. Na sua maioria, os Lómwes acreditam que, desde no preâmbulo da vida humana, Deus ordenou e ensinou a toda humanidade a se casarem e a terem filhos.

Para os Lómwes, o matrimónio e família é visto como um dom sagrado, que todo homem e mulher devem participar ou cumprir. “E deixar de fazer isso, implica interromper o fluxo da vida humana, diminuindo a própria humanidade na terra”¹⁵¹.

¹⁴⁸ *Makholo*: plural de Nikholo. Os antepassados, os grandes da família, os troncos. Agente grande de há muito tempo. Os anciãos. Os maiores. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 102.

¹⁴⁹ *Mutholo*: nome de uma árvore, a sombra da qual os nativos, muitas vezes, costumam enterrar os seus mortos. É também a árvore sagrada, à sombra da qual oferecem sacrifícios de farinha aos seus antepassados. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 166.

¹⁵⁰ *Okhwiri*: feitiço, encantamento, mau-olhado, malefício, sortilégio. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990), 278.

¹⁵¹ Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 2ª edição, (United State of America: 1975), 98

Caso exista uma pessoa normal fora deste pensamento (não casar e não ser casada), é visto mal perante a sociedade e corre risco de ser excluído na sua totalidade. Razão pela qual, tem sido muito difícil para o povo Lómwe compreender a passagem da Escritura sobre o matrimónio e celibato em Mt 19, 10- 12; 1Cor 7, 1- 9, como veremos mais adiante.

Penso que não faria sentido nenhum, falar da consumação do matrimónio sem fazermos referência à questão da relação sexual. Portanto, com ajuda do Martinez, atrevo-me afirmar que, “nos ritos de passagem da iniciação, tando dos rapazes assim como das raparigas aprendem as técnicas e a arte da vida sexual íntima que agora devem pôr em prática”¹⁵².

Para os Lómwes, o sexo é considerado como algo sagrado, na qual não se pode realizar fora do contexto matrimonial. Desta forma, o homem tem toda a responsabilidade de como e onde pode realizar relações sexuais com a sua própria esposa. Contudo, arrisco-me a dizer que, para os Lómwes, em nenhum momento a mulher pedirá directamente o acto sexual ao seu parceiro, podendo fazê-lo indirectamente através de uma linguagem figurada.

Em determinadas circunstâncias, as relações sexuais entre os esposos são completamente proibidas. Aqui cito alguns momentos ou circunstâncias em que segundo o povo Lómwe, por questões morais, não se pode relacionar sexualmente: “durante o período da menstruação; após o parto; durante o tempo da amamentação; em caso de doença de um dos cônjuges; na morte de um familiar próximo (tios maternos, pais, avós, filhos, irmãos); e durante os ritos de passagens dos filhos/as”¹⁵³. Para o povo, estes momentos são de tristeza, mas também de angústia, razão pela qual, o sexo deixa a ser prioritário entre os cônjuges.

Portanto, por um lado “as relações sexuais são um meio para um fim e esse fim, mais uma vez, é a procriação. Para atingir este objetivo, o uso da sexualidade deve ser saudável ou promotor da vida”¹⁵⁴. Assim sendo, o sexo não pode em nenhum momento “pôr em risco a totalidade do bem-estar da comunidade, isto é, dentro dos limites

¹⁵² Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), 170.

¹⁵³ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 171.

¹⁵⁴ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, (Maryknoll, New York: Orbis books 1997), 144

prescritos, as relações sexuais no contexto Lómwe gozam de ampla margem de manobra e com pouca vergonha associada”¹⁵⁵.

Como pode-se verificar, o sexo tem a máxima importância na sua totalidade, é sagrado, um bem, porque tem a função de transmitir e preservar a força vital em vista de formar uma família. É com a sexualidade que a humanidade continua. “E por ser tão fundamental para a preservação e transmissão da força vital, deve ser rigorosamente bem protegido de qualquer tipo de abuso”¹⁵⁶. E isto acarreta um dilema e cria uma situação contraditória no ceio da família Lómwe: por um lado, há um ambiente de liberdade sexual, e por outro, uma rigorosa restrição das relações sexuais por meio de proibições.

Para além das proibições acima mencionadas, temos o incesto que é completamente proibido. Este acto é mal visto perante a sociedade porque perturba o bem-estar da comunidade de forma muito grave.

A gravidade deste acto encontra o seu ponto máximo quando perturba as relações humanas, como é o caso de linhagens familiares e clãs. Todavia, o que é ainda mais importante, irrita os antepassados. Há uma teoria que alguns usam, na qual também me simpatizo. O povo Lómwe acredita que: “esta raiva ancestral pode resultar em muitos nados-mortos, não só na família em causa, mas talvez em todo o clã. É aí que reside a imortalidade do incesto, por isso mesmo é condenável”¹⁵⁷.

A fornicação também tem sido preocupante dentro da sociedade e é visto como algo grave. Porém, para os Lómwes a gravidade deste é menor que o incesto, porque ela (fornicação), continua a ser a ofensa dos vivos, isto é, afeta o corpo, a carne, razão pela qual, se distancia aos antepassados. A Bíblia por sua vez nos adverte a cerca do incesto e da fornicação. E isso pode-se provar em duas passagens da Sagrada Escritura:

“Nenhum de vós se aproximará de uma parente próxima, para lhe descobrir a nudez. Eu sou o Senhor. Não descobrirás a nudez do teu pai nem da tua mãe” (Lv 18, 6- 20); Maldito o que tiver relação com a mulher do seu pai, descobrindo assim o leito paterno; maldito o que tiver relação com sua irmã, filha do seu pai ou da sua irmã; maldito o que tiver relação com a sua sogra” (Dt 27,20;22-23); “Ouve-se dizer por toda parte que existe entre vós um caso

¹⁵⁵ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 144.

¹⁵⁶ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 144.

¹⁵⁷ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 145.

de imoralidade, e uma imoralidade como não se encontra nem mesmo entre os pagãos: um de vós vive com a mulher do seu pai” (1Cor 5,1-2). Por outro, são vários textos bíblicos que falam da fornicção: Mt 5, 27; 19,3; Mc 7, 20-23.

Portanto, Deus condena a fornicção porque o sexo foi criado para ser realizado entre o homem e a mulher dentro do matrimónio, como uma forma de produzir vidas, isto é, filhos. E todo acto sexual realizado fora deste contexto é contra as normas morais, mas também contra normas divinas. Assim sendo, as relações sexuais no seu contexto Lómwe, visam trazer os valores morais, quebrando laços importantes que mantêm a sociedade unida. Contudo, a partir deste ponto pode se declarar que, “os valores morais do matrimónio e família, são alimentados pela comunicação da própria cultura”¹⁵⁸.

Para além das proibições sexuais que acabamos de mencionar acima, agora, nos é apresentado a importância que existe entre o matrimónio e a morte. No contexto africano, em particular Lómwe, “o matrimónio é visto como base entre a vida e a morte, porém, a vida vence silenciosamente a morte”¹⁵⁹. Contudo, a moralidade matrimonial e familiar encontra o seu ponto máximo na memória, isto é, uma solidariedade com os antepassados.

Consequentemente, constata-se que o matrimónio é o ponto de encontro das três camadas da vida humana de acordo com o pensamento negro. Estes são os que partiram (antepassados), os vivos e os que nascerão (filhos). Os antepassados entram em cena, porque são as raízes sobre as quais os vivos se sustentam. Os vivos fazem o elo de ligação entre a morte e a vida, ao passo que os filhos que vão nascer sempre serão necessários.

O pensamento Lómwe tem muita dificuldade de explicar o fenómeno da morte: de como vencer ou como escapar desta realidade. Porém, acredita-se que com o matrimónio dos cônjuges, os efeitos da morte são completamente reduzidos e neutralizados. Não obstante, a gravidez no matrimónio é um remédio que pode apaziguar a mortalidade. “Embora a morte continue a decimar a vida, o matrimónio e a procriação estão sempre à frente, porque mesmo que os indivíduos morram, a vida

¹⁵⁸ Cf. Asenga, Kosmas Baltazar. Dir. Poso Abejón Geraldo del, *African traditional religion's "afterlife belief" and christian faith on afterlife: critical study of the chaga christians of Rombo- kilimanjaro*, Tanzania, (Madrid: Universidad San Damaso, 2020), 272.

¹⁵⁹ Cf. Bujo, Bénézet, *Foundations of an african ethic: Beyond the universal claims of western morality*, translated by Brian McNeil, (New York: The Crossroad Publishing Company, 2016), 35.

humana como tal nunca ira morrer. Sempre vai continuar, e a morte poderá capturar o individuo ao longo do caminho”¹⁶⁰. Portanto, o matrimónio não só envolve apenas as relações interpessoais, mas também comunitários. Contudo, as comunidades envolvidas vão partilhando cada vez mais a sua própria existência tornando um só povo.

“Devido a estas relações estabelecidas pelo matrimónio, a família é o canal de integração da pessoa no clã e na sociedade em geral. Consequentemente, ao se casar com sua esposa, o homem está assumindo a responsabilidade para com outra família”¹⁶¹. Razão pela qual se afirma: o valor do matrimónio é comunitário, assim sendo, o consentimento do casal só tem validade neste contexto social, moral e ético comunitário.

Permitam-me dizer que, trata-se de amor e fidelidade, fé, confiança, e da promoção de tudo o que favoreça uma união cada vez mais estreita entre os cônjuges. Em última análise, o matrimónio e a família encontram o seu sustento em Deus que é transmissor da força vital. Por esta razão, tem características e significado religioso, mesmo que este parta no seu contexto cultural.

3.3.2. Os desafios atuais do matrimónio e da família no contexto Lómwe

Na atualidade, o povo Lómwe vive num mundo em que o valor moral e ético se ajuíza em termos cósmicos e culturais. Por um lado, no plano matrimonial e família surgem novos valores, mas por outro, muitos desafios que apoquentam a sociedade em geral. E estes desafios, as vezes modificam o ordenamento dos valores que a tradição divina e cultural autorizam para o bem comum. Vale então perguntar: até que ponto a reflexão dos desafios atuais podem iluminar ou mostrar o caminho de saída da crise do matrimónio e família na atualidade?

Contudo, é preciso entender que a sociedade Lómwe, mudou completamente. E quando digo que mudou completamente, quer dizer que a transição demográfica significa duas coisas a saber: por um lado, há uma transição em termo de idade, e por outro, há uma transição em termo de mentalidade cultural, moral e ético, no que concerne ao matrimónio e família. E esta dupla estrutura acarreta vários desafios no contexto social.

¹⁶⁰ Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 2ª edição, (United State of America: 1975), 99

¹⁶¹ Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, (Maryknoll, New York: Orbis books 1997), 119.

a). O primeiro desafio a destacar neste ponto é: *como encontrar o companheiro certo ou a companheira certa para toda vida*. Ora, este desafio traz consigo um elemento chave para cada um que vai assumir um compromisso do matrimônio para a construção de uma nova família. As causas que influenciam este fenômeno são várias, porém, somente duas (2) serão destacadas como ilustra a seguir:

- ✚ Muitos homens e mulheres procuram uma pessoa certa, enquanto eles mesmos não possuem esta característica.
- ✚ A escolha do marido ou da esposa, também está influenciada pela cultura.

No entanto, se cada um ou cada uma das partes envolvidas, encontrarem o esposo certo ou a esposa certa, a probabilidade maior dos cônjuges é de viverem em harmonia, amor, fidelidade, confiança e felizes, condicionando o bem-comum de toda sociedade.

b). *A escolha do esposo e da esposa através das aparências físicas*. É costume as mulheres Lómwes idealizarem os homens com quem querem casar para constituírem família, vice-versa. A idealização da mulher e do homem sobre com quem poderá realizar o matrimônio, é feita com base nos seguintes requisitos:

- ✚ Os homens afirmam que, a minha futura esposa deve ser alta, clara ou branca, deve possuir uma beleza incomparável, de boas ancas, deve ter um nível de escolaridade superior (licenciada, mestrada ou doutorada), mesmo que a pessoa não tenha estes níveis, mas sonha de ter uma parceira de género. E este sonho quando não se realiza é uma frustração total.
- ✚ O mesmo acontece com as mulheres. Quer um marido Doutor, com boa reputação social, da família rica, com boa altura, amável, cheiroso, bonito, muito carinhoso, e até vão além ao afirmarem que, o marido deve ser um pouco barrigudo, um que trabalha mas com um bom salário, tenha uma casa condigna e carro para os tempos de lazer.

Ora, estas todas afirmações por parte da mulher e do homem parece uma novela ou uma invenção, mas é uma realidade na atualidade. Isso tudo não passa de uma ilusão, e sendo ilusão é um desafio maior, para aqueles que vão assumir o relacionamento

como cônjuges. Como resultado, a mulher ou o homem perdem a oportunidade de terem um parceiro ou parceira certo/a, por causa dos requisitos acima mencionados.

Para o povo Lómwe, classificam este tipo de matrimónio como “matrimónio material. O matrimónio é realizado por interesse material, e não no amor verdadeiro. Logo, a verdadeira finalidade do matrimónio e família é posta de fora, elevando-se os meios.

A outra causa mais notável na escolha da parceira e parceiro é a pobreza absoluta. A pobreza pode ser mental ou económica. Segundo a minha compreensão, a pobreza mental acontece quando um jovem ou uma jovem faz comparação de que todos/as da minha idade já fizeram o matrimónio e eu também tenho que o fazer a todo custo, mesmo sem uma preparação para tal.

Ao passo que a pobreza económica acontece quando um jovem ou uma jovem vive numa família em que as condições não são das melhores, daí que acredita-se no matrimónio como solução para se livrar da pobreza. Muitas mulheres acreditam que, com o matrimónio os seus problemas económicos serão todos resolvidos e a vida poderá mudar completamente. Não concretizando este sonho, o matrimónio entra em decadência total.

A pressão por parte da família e da sociedade é uma das causas da indevida escolha dos cônjuges. Na sociedade Lómwe, é notável surgirem muitas críticas e questionamentos, tanto da parte da família como na sociedade em geral sobre uma jovem ou um jovem que não realiza o matrimónio. As críticas e questionamentos, são feitas em formas figuradas e até mesmo em provérbios. Não obstante, menciono algumas questões frequentes: quando é que será o seu matrimónio? Quero comer o seu bolo; será que hei-de ver o meu neto antes de falecer ou morrer? Estamos afiando os dentes para a festa do seu matrimónio; quer ser padre ou irmã religiosa?

Minha experiência, confesso que estas questões chegam a um extremo em que o jovem ou a jovem fica em dilema, sem saber o que fazer. A única solução é tomada de decisão errada, juntando-se com qualquer mulher ou homem que seja. O importante é realizar o matrimónio para evitar as críticas.

A última causa que não posso deixar de lado é a questão da gravidez indesejada. Sem querer exagerar, permitam-me afirmar que a gravidez indesejada constitui caso de

cada dia na sociedade Lómwe. Razão pela qual encontramos vários abortos, e vários filhos/as com os pais desconhecidos. Portanto, uma jovem grávida provavelmente é obrigada a casar-se para evitar a vergonha e o pecado da sua gravidez.

Todos estes elementos aqui apresentados, fazem parte do primeiro desafio elencado na (alínea a). Este (desafio), afasta da realidade Sagrada, principalmente o que encontramos na (1Sm 16, 4-13), sobre a unção de David.

c). *A esterilidade e a impotência* são desafios que merecem uma cuidadosa atenção dentro do povo Lómwe. Estes casos são raros, porém não há dúvidas da sua existência. “No entanto, a esterilidade e a impotência são frequentemente atribuídas como deficiências morais das pessoas envolvidas”¹⁶². Quem possui estas deficiências no meio da sociedade Lómwe é mal visto e corre em risco de ser excluído.

Por um lado, o povo Lómwe percebe que os indivíduos assim atingidos por estas situações, não são responsáveis pela sua condição. Com isso, há hipótese de que seja natural. Por outro, há um raciocínio de que os indivíduos responsáveis destas patologias, tenham cometido uma ofensa contra os antepassados, razão pela qual são improdutivos. Contudo, tanto o primeiro como o segundo caso, demonstram uma ambiguidade óbvia no julgamento moral. Consequentemente, estas situações podem provocar no matrimónio e família, desavenças, desconfianças, discussões, poligamia, concubinato, que até chega ao ponto do divórcio.

d). *Os casamentos prematuros*: importa referir que a questão dos casamentos prematuros na sociedade Lómwe, é uma realidade que merece uma atenção inquestionável. A sociedade Lómwe enfrenta uma situação enorme da pobreza absoluta, razão pela qual, a maioria das raparigas já foram casadas ou assumiram uma união antes dos 18 anos. Abandona-se a escola, porque acredita-se no matrimónio como elemento chave para a saída da pobreza. Por isso, sem querer exagerar, para o povo Lómwe, principalmente as famílias desfavorecidas, a educação é perda de tempo.

Assim sendo, tornam um desafio porque põe em perigo a sociedade em geral, mas também as próprias raparigas. Portanto, com os casamentos prematuros há um aumento considerável de analfabetismo no seio da sociedade.

¹⁶² Cf. Magesa, Laurenti, *African religion: The moral traditions of abundant life*, 146.

Para além do aumento de analfabetismo, as raparigas sofrem maiores abusos morais tais como: violência doméstica, abusos sexuais, psicológicos, até provocando a separação total. Por isso, é imperioso e urgente que haja uma sensibilização às comunidades sobre a prevalência deste mal.

*e). A poligamia (Watteya)*¹⁶³: no primeiro capítulo deste trabalho fez-se menção de que o matrimónio Lómwe era monogâmico (organização familiar em que uma pessoa tem apenas um cônjuge). Na atualidade, a poligamia tornou-se na sociedade Lómwe uma realidade e um desafio prejudicial do matrimónio e da família. Com as mudanças culturais e morais a poligamia passou a ser vício nesta sociedade. Esta aceitação do matrimónio poligâmico, apoia-se numa série de factores sociais e históricos, que vale apenas mencioná-los:

Sinal de grandeza: Francisco Lerma Martinez afirma que, “ o facto de um homem ter muitas mulheres ao seu redor, ele é considerado tradicionalmente, como um sinal de poder ou grandeza”¹⁶⁴; *Instrumento de defesa*: “o homem com muitas mulheres, contribuía par aumentar numericamente os membros da família e, conseqüentemente, os seus futuros defensores”¹⁶⁵; *Razão económica*: na produção agrícola, as mulheres são um elemento estável e permanente, pelo que quantas mais mulheres houver em casa mais força de trabalho existem”¹⁶⁶. O outro e último factor a mencionar deve ser a esterilidade da mulher, a doença grave da mesma.

*Os últimos desafios a destacar são: o divórcio (Omwalana)*¹⁶⁷, Concubinato e adultério: estes três (3) desafios que apoquentam o matrimónio e a família, resultam das crises morais, culturais a nível social. É notável na sociedade Lómwe, uma mulher ou um homem fazer um filho fora do seu contexto conjugal. Numa relação conjugal, caso haja uma pessoa improdutiva, isto é, impotente ou estéril, a probabilidade é do divórcio, concubinato ou adultério. E o resultado é tudo aquilo que assistimos: homicídios,

¹⁶³ Cf. *Watteya*: ter várias mulheres; muitas mulheres, para um só homem. Ser bígamo, polígamo. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical,1990), 462.

¹⁶⁴ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, (Lisboa: Ministério da Educação, instituto de Investigação Científica Tropical,1989), 174.

¹⁶⁵ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultur*, 175.

¹⁶⁶ Cf. Martinez, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*, 175.

¹⁶⁷ Cf. *Omwalana*: separar-se, diferenciar-se, apartar-se, espalhar-se, dispersar-se, descarar-se. Abandonar-se um ao outro. Divorciar-se. Prata, A. Pires, *Dicionário Macua-Português*, (Lisboa; MP: Instituto de Investigação Científica Tropical,1990), 305.

crianças com pais desconhecidos ou abandonadas, solteiras e solteiros com percentagens elevadas, o que torna antagónico à lei moral.

4. O Celibato no pensamento Lómwe

Ana Rosa Clocllet da Silva e Lais da Silva Lourenço afirmam que, “das três (3) religiões reveladas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo), o catolicismo é a única que recomenda ou impõe o celibato eclesiástico”¹⁶⁸. Contudo, numa e outra forma, importa referir que “a questão do celibato tem sido um dos temas de debates para os dias de hoje. Razão pela qual achamos pertinente, apresentarmos uma reflexão a cerca do mesmo”¹⁶⁹.

Todavia, antes que tenhamos a sua reflexão mais profunda, rapidamente apresentar-se-á a sua etimologia. O termo celibato deriva de duas palavras gregas *Κοιτη* (koite) ou *κοιτος* (coitos) que no seu sentido literal significa cama do casamento, ou leito nupcial, Heb 13,4; e do verbo *λείπω* (leipo) que significa deixar, renunciar ou abandonar Mt 19, 10-12. Ora, a partir destas palavras pode-se compreender que o celibato significa abstenção do uso sexual, isto é, a livre escolha da pessoa humana de abstenção da prática sexual.

Para além da sua etimologia, existem outros elementos mais fortes e importantes que nos permitem distinguir o fenómeno celibatário. Refiro-me às possíveis características. O celibato goza do caráter opcional, e acima de tudo livre e responsável. Contudo, a responsabilidade e a opção do indivíduo devem ser acompanhadas por motivações claras e sérias, válidas e autênticas. Por isso, o celibato no contexto religioso normalmente deve ter a mesma característica ou estrutura que o matrimónio.

O celibato, também pode ser definido superficialmente ou popularmente: celibato como o estado do indivíduo que se mantém solteiro. E o povo Lómwe enquadra-se nesta definição independentemente do que a pessoa é. Portanto, numa visão bíblica é mais que esta definição superficial, visto que o celibato é a ausência de atividade sexual na

¹⁶⁸ Cf. Silva, Ana Rosa Clocllet da & Lourenço, Lais da Silva, *Entre o dogma e a disciplina: a polémica sobre o celibato no contexto da hegemonia liberal-regalista (1826-1842)*, 2016, acessado a 19 de Julho 2024, <https://core.ac.uk/download/pdf/294859562.pdf>

¹⁶⁹ Cf. Tchiheke, Abílio Lima, *Arquidiocese de Luanda Paróquia de São José Operário, Celibato*, (Luanda: Julho de 2016), acessado a 20 de Julho 2024, <https://pt.scribd.com/document/561664304/Celibato>

vida de uma pessoa por uma motivação de livre escolha. O propósito deste ponto, é da responsabilidade minha, tentar explorar o celibato no seu contexto Lómwe.

Partindo do pressuposto do Apóstolo Paulo referente ao sexo fora dos laços do matrimónio (1Cor 7,1 40), a questão do celibato no seu contexto Lómwe é visto de formas diferente. Na perspetiva cristã, a realização de amor do ser humano para uma verdadeira felicidade comporta dois (2) efeitos a saber: o matrimónio e a virgindade ou o celibato. Porém, não existe a mais perfeita, porque, “tanto uma quanto a outra representa a realização da verdade mais profunda a respeito de o homem ter sido Criado a imagem de Deus” (FC 32).

Por isso mesmo, pode-se afirmar que há uma complementaridade entre o celibato e o matrimônio. Por um lado, o sacramento matrimonial pode despertar para a vocação celibatária, na medida em que, a fidelidade e auto doação pelos cônjuges oferecem um modelo de vida para os que optam pelo celibato. Por outro, o celibato segue o mesmo caminho mostrando que tipo de união o sacramento representa. E pelo facto de se abster, mostra-se o grande valor da união sexual 1Cor 7, 32.

O Papa João Paulo II, na sua Encíclica *Veritatis Splendor* propõe uma explicação clara sobre o celibato. O celibato encontra a sua forma de ser no “sentido de opção fundamental e de escolhas particulares de actos determinativos” (VS 66-68). Logo, o celibato e o matrimónio têm a mesma estrutura. Razão pela qual, tanto o celibato como o matrimónio são assumidos permanentemente.

Enquanto a Igreja posiciona-se desta forma sobre o celibato cristão, o povo Lómwe tem duas vertentes sobre o assunto. Por um lado, os Lómwes não descartam o pensamento cristão, pelo contrário é muito valorizado e confiável. Acredita-se no que diz respeito à vida consagrada, isto é, ordenação dos padres e a consagração das irmãs religiosas. Segundo eles (*Lómwes*), a finalidade é sempre a mesma e única: como vocação do homem para a santificação das almas. Para os Lómwes, o celibato para o Reino é mais que uma exceção a regra, ao passo que o matrimônio vê-se como uma vocação normal.

Se a vida celibatária não for ao encontro do plano original do Criador e da moral social, torna-se fracasso e conseqüentemente um escândalo para a sociedade Lómwe. Também acredita-se que o celibato é uma forma de conservar a pureza dos consagrados.

Isto não pode ser visto no sentido humano, mas sim espiritual. Os Lómwes admitem encontrar no celibato os princípios das leis morais que ajudam para o bem comum da própria sociedade.

A outra hipótese que se levanta é de que, o celibato em si mesmo não é por sua natureza mau nem é ilegal quando daí resulte ganhos sociais. Contudo, os que assumem o celibato devem ser o ponto de referência à sociedade e bons administradores no seio das famílias. Os celibatários devem salvaguardar os seus compromissos para que os escândalos não possam recair sobre a Igreja. Em nenhum momento a conduta dos celibatários (padres, irmãos e irmãs religiosas), pode contrariar as suas escolhas e opiniões. Nesta primeira fase conclui-se que, os celibatários são homens íntegros perante a sociedade. Esta é a visão positiva que se tem em relação ao celibato.

Por outro, a sociedade Lómwe vê o celibato como algo negativo. É negativo porque tanto o celibato cristão que acabara de mencionar, como o celibato cultural, ambos trazem vários questionamentos da sua existência. Acredito que, o termo usado, isto é, “*celibato cultural*” pode ser novo ao leitor, porém, foi por minha livre iniciativa assim chamar, a todos aqueles que não pertencem a vida religiosa como escolha, mas também nem vivem como casados.

Perante a sociedade Lómwe, os impotentes por natureza, os estéreis, são chamados padres e irmãs, não no sentido positivo, mas no sentido pejorativo. A convivência com estas pessoas não é das melhores, porque há várias especulações sobre elas. Confesso que é difícil encontrar os escritos sobre o celibato no contexto Lómwe, porém, as ideias trazidas cá partem das experiências pessoais com algumas consultas.

O celibato que se diz cultural é interpretado como uma fuga de assumir as responsabilidades como: construir a família e sustentar; medo de traições em série, a impotência, etc. O celibato no contexto Lómwe resulta de factores sociais e económicos, distanciando-se do celibato cristão. Vale a pena referir que, a maioria das pessoas que vivem o celibato, prestam-se à determinados fins sociais, como por exemplo: ritual para fortalecer a chefia, ou mesmo até trazer riquezas financeiras á sociedade.

Como fez-se menção a pouco tempo, essas pessoas solteiras/os são vistas na sua maioria como pessoas anómalas, que por suas vez são julgadas de estarem fora das

normas morais. Na sociedade Lómwe, é inaceitável ver uma pessoa adulta e que não tenha um horizonte de realizar um matrimônio. Assim sendo, é mau exemplo para toda comunidade.

Duma e outra forma, também acredita-se que as pessoas que possuem esta anomalia, pode ser por maldição do próprio homem ou mesmo pelos espíritos dos antepassados. Contudo, conta-se que os solteiros/as são vítimas de relacionamentos invisíveis, isto é, esposas espirituais ou maridos espirituais. Esta é a visão negativa do povo Lómwe sobre o celibato.

Conclui-se que, o terceiro capítulo que acaba de ser encerrado, tratou-se da teologia cristã diante das especificidades da cultura Lómwe. Seja como for, poucos sabem que a moralidade do matrimônio e família, principalmente no contexto Lómwe, enquadra-se na vida dos povos através de um longo percurso. “A moral trata da questão do que é correto e bom, e do que é errado e mau, na conduta humana. Assim sendo, os povos africanos têm um profundo sentido do certo e do errado”¹⁷⁰.

Com os avanços ao longo dos séculos, a moralidade do matrimônio e família desenvolveu tradições, costumes, regras, leis e tabus, observadas em cada sociedade. Contudo, a moralidade de que se refere encontra-se fixada nestes sistemas de comportamentos e condutas. É impossível falar da moral num contexto Lómwe, sem que tenhamos presente estes elementos. É da opinião do povo que sem a moral haveria caos no seio da humanidade. Logo, “a moral orienta as pessoas a fazerem o que é correto e bom, tanto para o seu próprio bem, como para o bem da sua comunidade”¹⁷¹.

O conceito da família abarca um grande leque de membros incluindo filhos, pais, avós, tios, tias, vários parentes tanto do lado paterno como materno dos cônjuges, sem se esquecer dos antepassados, aqueles que têm como elo de ligação ou intermediários. Também é na família onde encontramos a moral comunitária. Aqui a situação é mais que complexa, porque envolve mais pessoas. Portanto, “o que fortalece a vida da comunidade é considerado bom e correto. E o que enfraquece a vida da comunidade é considerado mau e errado”¹⁷². Segundo os Lómwes é moralmente correto entre os cônjuges, que não haja traições ambas as partis. Duma forma sumária, o matrimônio e a

¹⁷⁰ Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 2ª edição, (United State of America: 1975), 175

¹⁷¹ Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 175.

¹⁷² Cf. Mbiti, John S, *Introduction to African Religion*, 177.

família no pensamento Lómwe residem na construção de uma nova família; um elo de ligação no ritmo de vida; recordação dos pais após a morte; recuperar uma imortalidade perdida.

CONCLUSÃO

Não havendo necessidade de me alongar ainda mais sobre o assunto, conclui-se que: “Compreender o matrimónio e família na comunidade Lómwe, um desafio actual e para o futuro: um olhar moral e ético”, era o tema deste trabalho. Os assuntos aqui abordados acerca do matrimónio e família no seu contexto Lómwe, foram pensados a partir desta obra cultural intitulada *o povo Macua e a sua cultura*. Mas também, sem excluir as demais obras e áreas do saber sobre o tema.

Na verdade, não foi tão fácil abordar a questão da moral matrimonial e família partindo do contexto cultural. Seja como for, como nos diz Marciano Vidal, “toda cultura ou religião contem um conjunto de preceitos e normas que dão origem a uma determinada forma de conduta”¹⁷³. Ora, a única questão da qual ninguém nos pode tirar, e que afirma a identidade de um povo com maior intensidade, é a própria cultura. No entanto, esta foi a grande motivação que fez com que eu continuasse a refletir este tema.

Quanto ao primeiro capítulo, a abordagem visou situar o povo Lómwe no seu contexto geográfico, económico, político e religioso. Geograficamente, a região contemplada neste trabalho encontra-se localizada no centro de Moçambique, província da Zambézia cuja capital é Quelimane, como mostra o mapa.

A economia do povo Lómwe baseia-se na agricultura, acompanhada pela criação de gado, caça, pesca, sem se esquecer do comércio local em forma de troca dos produtos. Para além deste fenómeno, também vimos a possibilidade de recolha dos alimentos silvestres para a sobrevivência. A política aqui mencionada, goza dum aspeto familiar e cultural, e não como Estado da Nação. Ela (política) desempenha um papel como facilitadora da organização social. A política é um fim público porque na sua funcionalidade implica a diversificação de poderes entre os indivíduos que compõem o povo ou a família.

Para os Lómwes, a religião é algo inquestionável. A religião é uma bússola que acompanha a cada indivíduo desde o seu nascimento até a morte. A religião acompanha

¹⁷³ Cf. Vidal, Marciano et al, *Ética Teológica: Conceitos fundamental*, tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves, Editora Vozes (Brasil Petrópolis, 1999), 169.

a sociedade a todos os níveis, quer público como privado. Com certeza, é também na religião onde o povo encontra os seus valores morais e éticos.

No capítulo segundo da pesquisa, foi apresentada a questão do matrimónio e da família na vida da Igreja e na teologia. O matrimónio, embora tratado ou realizado de formas diferentes, não exclui a possibilidade de ser algo comum a todas as sociedades do mundo. Na primeira parte deste ponto, fez-se menção do conceito, origem, função e o significado do matrimónio e família. Em seguida nos foi apresentado o matrimónio e a família na visão bíblica, no Magistério e na Teologia.

A doutrina bíblica do matrimónio e da família está completamente ligada ao desenvolvimento da história de salvação, e o seu ponto de partida é a Sagrada Escritura, marcada pela antiga e nova aliança. Como não bastasse, o matrimónio encontra o seu significado bíblico na instituição por parte de Deus Criador (Deus), e na confirmação por parte do seu Filho (Jesus Cristo) no sentido de sacramento. No Antigo Testamento, o ponto de partida do matrimónio e da família obedece ao desenvolvimento histórico da criação, onde o traço de Criador reside na própria criação (Cf. Gn 1,26-29; 2,18-19); Portanto, o matrimónio adquire um carácter religioso ao ser introduzido no âmbito da aliança. No Novo Testamento, o matrimónio e a família realizam-se em Cristo na sua plenitude de salvação. O mistério do amor conjugal completa-se na revelação de Jesus Cristo (1Cor 7,39); Paulo mostra a grande teologia do amor (Ef 5,21-32); A indissolubilidade do matrimónio (Mt 19, 6); o casal representa uma só carne (Mc 10, 1-12; e Lc 16, 18).

A Encíclica *Casti Connubii*, na sua primeira fase, tratou dos princípios fundamentais. O matrimónio não pode ser obra dos homens mas sim obra de Deus. Nem foi protegido, confirmado e menos ainda elevado por leis humanas, mas sim por lei divina. Logo, o matrimónio foi instituído por Deus. Em seguida, a Encíclica tratou dos bens do matrimónio: *prole*, a *fidelidade conjugal* e o *sacramento*. Por fim, a encíclica fez menção dos erros, dos vícios opostos e as suas consequências. O Papa termina aludindo os principais remédios para evitar a perdição.

O Concílio Vaticano II, ao definir o matrimónio não tanto em termos jurídicos, mas teológico como “comunidade de vida e de amor”, trouxe uma novidade já vista anteriormente. Contudo, a compreensão do matrimónio cristão, deve ser explicada à luz

da Palavra de Deus. Assim sendo, situar o matrimônio na história da salvação, foi um passo muito grande e isto foi considerado como uma das novidades do CV-II.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, fundamenta a sua ideia a partir da relação entre Cristo e a Igreja, razão pela qual se faz referência ao texto da carta aos Ef 5,32. “O amor entre os esposos é o símbolo do amor de Cristo e sua Igreja” (LG 11). “A vida matrimonial e familiar é um exercício e uma admirável escola do apostolado dos leigos” (LG 35). Aqui está a justificação do matrimônio como vocação. Em seguida, foi apresentado o matrimônio como comunhão (GS 47-51). Aqui a atenção foi de caracterizar o matrimônio como “íntima comunidade da vida e do amor” (GS 48). A Encíclica *Humanae Vitae*, eleva o matrimônio como Sacramento, com a justificação de que, “Deus é a própria fonte do amor conjugal, e o matrimônio tem algo do Sagrado” (HV 8-13).

Santo Agostinho de Hipona, reflete sobre o matrimônio partindo dos bens materiais: *o bem da prole*, *o bem da fidelidade* e *o bem sacramental*, ao passo que São Tomás de Aquino ao refletir sobre o matrimônio e a família parte da amizade. Aquino fala de três tipos de amizade para explicar a vida conjugal: o útil, o prazer e a virtude. Hans Urs Von Balthasa, por sua vez vê o matrimônio como um sacramento da Nova Aliança, porque se funda na redenção de Cristo, ao passo que para Karl Rahner o amor conjugal representa o amor de Deus em Cristo pela humanidade.

No último capítulo que foi o centro da nossa pesquisa, para além do ciclo vital que fora tratado logo a primeira vista, também foi possível apresentar o quanto a circuncisão foi e continua a ser útil para o matrimônio e a família na comunidade Lómwe. Na sociedade Lómwe, como em qualquer sociedade humana a idade adulta é caracterizada pela formação de uma família através do matrimônio.

Casar-se é uma forma de formar uma família e ter onde e com quem viver para a vida toda. Para os Lómwes, o matrimônio funda-se nos antepassados e possui três (3) aspectos a saber: económico, exogâmico e matrilocal. E são vários desafios destacados entre eles: como encontrar um esposo ou esposa certa para vida toda; escolha do esposo ou esposa através das aparências; a esterilidade; a impotência; os casamentos prematuros; a poligamia; o concubinato; adultério etc.

Em síntese, quero aqui acreditar que, a moralidade do matrimónio e da família está cada vez mais ameaçada. O amor dos cônjuges e da família, que antes era profundo, hoje virou algo efémero, como uma história que desaparece em menos tempo. Segundo os Lómwes há duas vertentes sobre o celibato. Por um lado, o celibato é visto no sentido positivo, na medida em que este traz um ganho ao indivíduo, assim como a sociedade em geral. É o caso do celibato cristão. Ora, o povo Lómwe não descarta este tipo do celibato, é muito bem-vindo. Por outro, não acontecendo àquilo que a sociedade almeja sobre o celibato cristão, há uma incompreensão e nesse caso o celibato é visto negativamente. O celibatário deve ser o guardião da moral em todas as facetas. Vendo esta realidade toda, podemos nos questionar: será que somos nós que mudamos ou é o próprio tempo que está em devir? Será que os valores do matrimónio e família podem voltar na sua originalidade? Como?

BIBLIOGRAFIA

(FONTES)

Ciscato, Elia. *ao serviço Deste Homem, Apontamentos de Iniciação Cultural*: edições Paulistas-africa, Maputo- Moçambique, 1989.

Estado-maior, Comando Naval de Moçambique. *Moçambique: agrupamento étnico, aspetos do estudo do meio humano*: Lourenço Marques: Comando Naval de Moçambique, 1969.

Martinez, Francisco Lerma. *O Povo Macua e a sua cultura*, Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

Osório, Conceição & Macuácu, Ernesto. *Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos*. Construindo identidade de género, Maputo. 2013

Prata, A. Pires. *Dicionário Macua-Português*, Lisboa MPAT. Instituto de Investigação Científica: Tropical, 1990.

(ESTUDOS)

Asante, Molefi Kete & Mazama, Ama. *Encyclopedia of African Religion*, California, 2009.

Atkinson, David. J, et al. *New Dictionary of Christian Ethics & Pastoral Theology*: Universities and Colleges Christian Fellowship, Leicester, England, 1995.

Almeida, Maria Nilsa De. *O que Deus não uniu o homem pode separar*: Casais católicos diante do processo de nulidade matrimonial, Edições Loyola, São Paulo: Brasil, 2010.

Ameal, João. *São Tomás de Aquino: Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, Carta-Prefácio de Jacques Maritain. Da Academia Portuguesa da história, 5ª edição (Livraria Tavares Martins, Porto: 1961.

Asenga, Kosmas Baltazar & Dir. Poso Abejón Geraldo del. *African traditional religion's "afterlife belief" and christian faith on afterlife*: critical study of the chaga christians of Rombo- kilimanjaro, Tanzania, (Madrid: Universidad San Damaso, 2020.

Aguilera, Eduardo António Carranza. *O Casamento na Igreja e os Sacramentos*, acedido a 21 de Maio 2024, <https://pt.scribd.com/document/680422922/EL-matrimonio-control-de-lectura-Rahner>.

Bíblia Sagrada. *Bíblia de Jerusalém* (Ed. Revista). São Paulo: Paulus, 2002.

Branco, Raul. *A Família na palavra de João Paulo II*, Ministério do emprego e da segurança social direcção –geral da família, Lisboa, 1993.

Boftrweck, G. Johannes & Ringgren, Helmer. *Theological Dictionary of Old Testament*, Volume II: Germany, 1999.

Bedouelle, Guy, Bruguès Jean-Louis e Becquart Philippe. *A Igreja e a Sexualidade*, Marcos históricos e perspectivas actuais, Editorial A.O. Portugal- Braga, 2012.

Bujo, Bénézet. *Foundations of an african ethic: Beyond the universal claims of western morality*: translated by Brian McNeil, (New York: The Crossroad Publishing Company, 2016.

Clemente, Manuel. *O tempo pede uma Nova Evangelização*, 3ª edição: Portugal-Prior Velho: Paulinas, 2013.

Corral, Salvador Carlos e Urteaga, Embil José Mª. *Dicionário de Direito Canónico*: São Paulo: Loyola, 1993.

Cunha, Duarte da. *A Amizade segundo São Tomás de Aquino*, 1ª Edição Lisboa, 2000.

Falcão, Manuel Franco. *Enciclopédia Católica Popular*, Paulinas-Prior Velho, 2004
Ferreira, Aires. *O matrimónio cristão segundo a Encíclica “Casti Connubii”*, 2ª Edição melhorada, Braga, 1939.

Fisichella, Rino. *A Nova Evangelização: Um desafio para sair da indiferença*, Lisboa: Paulus, 2012.

Figueiredo, Luiz Henrique Brandão. *Família e matrimónio*: releitura de alguns documentos magisteriais antes do Sínodo em preparação para a sua acolhida, acedido a 03 de Maio de 2024, <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25496/25496.PDF>.

Federação Portuguesa dos Centros de Preparação para o matrimónio. *Caminhada em matrimónio*: um guia para noivos e família, S.l . CPM 2018.

Garcia, Edília Coelho. *Educação Moral e Cívica na escola Média*, Brasil, 1972

Graciani, Maria Regina. *O matrimónio-entre o ideal cristão e a fragilidade humana*(Pe.MarcianoVidal,<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rc.t.i85.23780/17055>, acedido a 23 de Abril de 2024.

Haring, Bernhard. *O Matrimónio: Problema Debatido*, pontos controversos, Edições Paulinas: Sõa Paulo, 1969.

João Paulo II. *Carta às Famílias Gratissimam sane*, nº 2. Apud Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral. A família, Esperança da Igreja e do Mundo, Coimbra, 2004.

Leclercq, Jacques. *A família*, Editora da universidade de São Paulo: Tradução de Américo da Gama, São Paulo 1968.

Magesa, Laurenti. *African religion: The moral traditions of abundant life*, Maryknoll, New York: Orbis books 1997.

Maldonado, Jorge E. *Casamento e família, uma abordagem bíblica e teológica*. Traduzido por Carlos Tadeu Grzybowski: Kalamazoo Ave Se, 2006.

Maria, Ester Lucas José. *A reflexão teológica em Moçambique independente* (1975-2022), Artigo submetido a 01.01.2023 e aprovado a 04. 10. 2023.

Mbiti, John S. *Introduction to African Religion*, 2ª edição: United State of America, 1975.

Mondin, Battista. (tradução José Maria de Almeida). *Quem é Deus?* Elementos de teologia filosófica, São Paulo: Paulus, 1997.

Nunes, José. *Teologia da Missão*. Notas e perspectivas, 2ª Ed. Obras Missionárias Pontifícias: Lisboa, 2008.

Patrício, D. T. J; Alexandre, A e Jorge, A. D, *O Povo lomwé, sua expansão e a influência da modernização nos seus hábitos costumes*, Vol. 3, nº 2, 2023, acessado a 21 de Março de 2024, <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1312/1061>.

Rodrigues, Maria da Assunção Carqueja. *A dimensão moral nas comunidades africanas de expressão banto*, Porto: Separada do nº. 3 da revista africana universidade Portugalense, 1988.

Sevilha, Joaquim. *Amor e casamento*. Textos para o ensino religioso. Edição do secretariado Nacional da Educação Cristã, Santarém, 1984.

Sesboué, Bernard. *Pensar e viver a fé no Terceiro milénio: convite aos homens e mulheres do nosso tempo*, Coimbra: Gráfica Coimbra, 2001.

Soares, J. A. da Silva. *Paternidade consciente e responsável: guia da vida matrimonial*. 4ª edição: atualizada, Braga, 1969.

------. *A Família um projecto*: Guião para encontros de jovens, casais e família, 2ª edição Fátima: Eds. Do Santuário 1993.

Suana, Eduardo Mouzinho. *A religião Tradicional Africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique*: caminhos para a inculturação do Evangelho em Moçambique. Salamanca: Universidad pontificia de Salamanca, 2013.

Smedt, D. *Amor conjugal*. Pastoral e diálogo: Traduzido por Maria Manuela Cobra Pereira, Lisboa, 1964.

Schillebeeckx, Edward. *O matrimónio realidade terrestre e mistério de salvação* petrópolis: vozes, 1969.

Silva, Ana Rosa Clochet da & Lourenço, Lais da Silva, *Entre o dogma e a disciplina*: a polémica sobre o celibato no contexto da hegemonia liberal- regalista (1826-1842), 2016, acessido a 19 de Julho 2024, <https://core.ac.uk/download/pdf/294859562.pdf>.

Theissen, Gerd. *A religião dos primeiros cristãos*: Uma teoria do cristianismo primitivo, Tradução Paulo F. Valério- São Paulo: Paulinas, 2009.

Thurian, Max. *Matrimónio e Celibato*: traduzido por António Lópes e Francisco Correia, Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1969.

Tchiheke, Abílio Lima. *Arquidiocese de Luanda Paróquia de São José Operário*. Celibato. (Luanda: Julho de 2016),acessido a 20 de Julho 2024, <https://pt.scribd.com/document/561664304/Celibato>.

Universidade Católica Portuguesa. *A Família*. Estudo interdisciplinar. Coleção villaregalensis,nº1: Vila Real, 1995.

Virgili, Rosanna. *Os aposentos do amor*. Amor Casal Matrimónio na Bíblia. Paulinas: Lisboa Paulinas, 2011.

Documentos do Magistério

Bento XVI. *Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no congresso internacional sobre matrimónio e família*, (Vaticano: Quinta-feira, 11 de Maio de 2006), acessido a 09 de Maio de 2024, <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/may.index.2.html>.

------. *Discurso do Papa Bento XVI aos participantes num encontro promovido pelo pontifício instituto João Paulo II para os estudos sobre matrimónio e família* (Sala Clementina: Sexta-feira, 13 de Maio de 2011), acessido a 09 de Maio de

2024,https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2011/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20110513_istituto_gpii.html..

----- . *Carta Encíclica Deus Caritas Est*, Aos Bispos aos presbíteros e aos diáconos às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre o amor cristão, Roma, 2005.

Conselho Pontifício «Justiça e Paz»: *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 1ª edição: Cascais, 2005.

Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 10ª edição, Editorial A. O Braga- Portugal, 1987

----- . Constituição Dogmática *Gaudium Et Spes*. 10ª ed. Braga: Editorial A. O, 1992.

Francisco. *Homilia na Santa Missa de canonização dos beatos João XXIII e João Paulo II* (Praça de São Pedro, II Domingo de Páscoa ou da Divina Misericórdia: 27 de Abril de 2014) acedido a 07 de Maio de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20140427_omelia-canonizzazioni.html

----- . *A alegria do amor*, Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, Editorial A.O, Vaticano Abril, 2016.

----- . Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual: Roma, 24 de Novembro de 2013

João Paulo II, *Exortação-Apostólica*, Familiares Consortio, 4ª edição, Editorial A. O. Braga: 1985.

----- . *Discorso in occasione dell'udienza ai partecipanti alla II assemblea plenária del Pontificio Consiglio per la Famiglia* (26 maggio 1984), 1. Acedido a 07 de Maio de 2024 <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1984/may.index.html>.

Igreja Católica. *Código de Direito Canónico*: tradução António Leite, 4ª edição, Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

Pontifício Conselho para a família, *Léxico da família*: Termos ambíguos e controversos sobre família, vida e aspectos éticos, 1ª edição: Cascais, 2010

Papa Pio XI. *Carta Encíclica Casti Connubii*, sobre o matrimónio cristão. Roma, 1930.

Paulo VI. Carta Encíclica *Humane Vitae*: Sobre a regulação da natalidade, 1968.